NÚMERO: 155/2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

ANA CAROLINA TORELLI MARQUEZINI

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: AS CIDADES DE FOZ DO IGUAÇU (PR) E PONTA PORÃ (MS)

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

ORIENTADOR: PROF. DR. MÁRCIO ANTONIO CATAIA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE/DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO E ORIENTADA PELO PROF. DR.

_____

Orientador

Campinas, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR

HELENA FLIPSEN - CRB8/5283 - BIBLIOTECA CENTRAL “CESAR LATTES” DA UNICAMP

Marquezini, Ana Carolina Torelli.

M348c Circulação de mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai : as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porá (MS) / Ana Carolina Torelli Marquezini. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.

Orientador: Márcio Antonio Cataia.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências

1.Geopolítica. 2. Território nacional - Foz do Iguaçu (PR) 3. Território nacional - Ponta Porã (MS) 4. Controle de mercadorias. 5. Brasil - Fronteiras. I. Cataia, Márcio Antonio, 1962- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Merchandize flow in the frontier between Brazil and Paraguay : the cities of Foz do Iguaçu (PR) and Ponta Porã (MS)

Palavras-chave em Inglês:
Geopolitics; National territory - Foz do Iguaçu (PR); National territory - Ponta Porã (MS); Commodity control; Brazil – Boundaries

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora:
Márcio Antonio Cataia [Orientador]
Regina Célia Bega dos Santos
Adalto de Oliveira Souza

Data da defesa: 12-12-2011

Programa de Pós-Graduação: Geografia

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: Ana Carolina Torelli Marquezini

"Circulação de Mercadorias na Fronteira entre Brasil e Paraguai: as Cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS)".

ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

Aprovada em: 12 / 12 / 2011

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia _____ - Presidente

Profa. Dra. Regina Célia Bega dos Santos _____

Prof. Dr. Adauto de Oliveira Souza _____

Campinas, 12 de dezembro de 2011

Ao meu esposo, Giovani.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi realizada graças ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Por este motivo, agradeço primeiramente aos professores do curso de mestrado, em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio Cataia, por todo o apoio durante a pós-graduação e desde os tempos de graduação. Agradeço também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos que me foi concedida, sem a qual não seria possível a realização do presente estudo.

Agradeço, por fim, meus amigos geógrafos, cuja amizade se mostra cada vez mais valiosa com o passar do tempo; minha irmã e meus pais, sempre maravilhosos e, especialmente, meu esposo, pelo grande apoio e interesse compartilhado pelo conhecimento científico.

"…All in all it's just another brick in the wall

All in all you're just another brick in the wall"

(**Pink Floyd**)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: AS CIDADES DE FOZ DO IGUAÇU (PR) E PONTA PORÃ (MS)

RESUMO

No presente estudo, analisamos a circulação de mercadorias na fronteira entre o Brasil e o Paraguai através da situação geográfica vigente em duas cidades fronteiriças: Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS). Por meio do termo *situação de fronteira* discutimos a configuração espacial, social e econômica dessas cidades e as alterações provocadas *in loco* pelos fluxos de mercadorias ordenados por demandas externas ao lugar. O poder do consumo em ordenar atividades é analisado na escala do Estado Nacional e na escala local; nesse contexto, entram em foco políticas de fiscalização, apreensão e refuncionalização de mercadorias (leilões), além da análise do perfil dos agentes que promovem a circulação de mercadorias nas cidades fronteiriças selecionadas em nossa pesquisa.

Palavras-chave: Fronteira, Cidades gêmeas, Circulação de mercadorias.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MERCHANDISE FLOW IN THE FRONTIER BETWEEN BRAZIL AND PARAGUAY: THE CITIES OF FOZ DO IGUAÇU (PR) AND PONTA PORÃ (MS).

In this study we analyze the merchandise circulation in the frontier between Brazil and Paraguay through the geographic situation in two cities: Foz do Iguaçu (PR) and Ponta Porã (MS). Using the term *frontier situation* we discuss the space, social and economic configuration of these cities and the modifications happening on site due to the merchandise flux caused by demand external to those places. The effects of consumer demand in activities ordering is analyzed in the National State scale and also on the local scale; in this context, inspection, arrest and merchandise auctions policies are considered, as well as the analysis of the profile of agents that promote the flux of merchandises in border cities studied in this work.

Keywords: Frontier, Twin cities, Merchandise flow.

SUMÁRIO

RESUMO _____ xi
ABSTRACT _____ xiii

INTRODUÇÃO _____ 01
1 O ESPAÇO ECONÔMICO DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: O SUBDESENVOLVIMENTO E OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA _____ 03
1.1 O circuito de mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai: o consumo popular de mercadorias importadas _____ 15
2 AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL E PARAGUAI _____ 29
2.1 A zona de fronteira brasileira _____ 29
2.1.1 Cidades gêmeas, situação geográfica e situação de fronteira _____ 38
2.2 Cidades de fronteira: Foz do Iguaçu (PR), Ponta Porã (MS) e a circulação de mercadorias do comércio paraguaio _____ 43
3 FISCALIZAÇÃO E DESTINAÇÃO DE MERCADORIAS (PR E MS) _____ 63
3.1 Circuito inferior da economia urbana: o perfil dos envolvidos nas práticas comerciais chamadas de informais _____ 85
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ 107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____ 109

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo geral compreender a circulação de mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai, tomando como estudos de caso as cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS). Para o desenvolvimento dessa proposta optamos por, inicialmente, traçar um breve histórico sobre o processo de subdesenvolvimento da economia brasileira, concentrando nossa análise na teoria dos dois circuitos da economia urbana (Santos, 1979).

Na primeira parte de nosso trabalho analisamos o estabelecimento de um circuito espacial produtivo fronteiriço impulsionado, basicamente, pelo consumo de mercadorias importadas de diversos países do mundo.

Na segunda parte focamos em apresentar, de maneira geral, as relações fronteiriças entre Brasil e Paraguai, passando pelos aspectos geopolíticos (relembrando termos como zona de fronteira e cidades gêmeas) para depois nos concentrarmos na circulação de mercadorias que ilustra grande parte do cotidiano de uma cidade de fronteira.

Na terceira e última parte desta dissertação temos a compreensão da fiscalização e destinação das mercadorias circulantes e um aprofundamento acerca de uma das atividades geradas pela apreensão, os leilões. Por fim, temos a análise dos agentes da circulação de mercadorias, ou seja, um retrato atual dos envolvidos nas práticas comerciais informais/circulação de mercadorias no território nacional.

Finalizando nossa pesquisa, apresentamos nossas considerações finais seguidas pelas referências bibliográficas que ajudaram a construir nossa análise.

1. O ESPAÇO ECONÔMICO DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: O SUBDESENVOLVIMENTO E OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Breve histórico do subdesenvolvimento da América Latina: capitalismo e globalização

O capitalismo nasceu na América Latina com as economias exportadoras e o trabalho assalariado (Cardoso de Mello, 1982). Segundo o autor a deterioração do modelo produtivo da *plantation* levou ao cultivo apoiado no trabalho assalariado. A colônia carregava elementos escravistas, feudais e capitalistas e, em diversos países com esse perfil, incluindo o Brasil, acontece a transição que leva a economia colonial à economia exportadora francamente capitalista. Caracterizando a economia colonial, o autor conclui que ela era organizada para ser instrumento de acumulação primitiva de capital.

A economia colonial, com seu forte caráter mercantil, tinha suas forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção instauradas pelo capital comercial, afirma o autor. A acumulação e a concentração de capital nas mãos da burguesia comercial metropolitana eram fatores essenciais à constituição do capitalismo, conclui (Cardoso de Mello,1982). Desdobrando-se sobre a questão 'capitalismo industrial e periferia agrária' o autor analisa, à luz da Revolução Industrial, que o capitalismo industrial gerou a crise das economias coloniais, alterando estruturas políticas e econômicas. Com a crise e a queda do *exclusivo metropolitano*, as questões produtivas ficaram a cargo do Estado Nacional. O Brasil, neste momento, se configurava como primeiro produtor mundial de café, apoiado em trabalho escravo e atrelado a um sistema comercial financeiro nacional. Com uma agora já formada economia nacional, o autor aponta o surgimento de uma nova fase, com certa urgência/ emergência pelo trabalho assalariado. Com a adoção deste, além do abolicionismo e imigração ocorrendo, extingue-se a escravidão e se firma uma estrutura voltada à reprodução do capital no País.

Partindo do período entre 1929 e 1979, Cano (2000) relembra que tal intervalo foi decisivo para que os países latino-americanos atingissem maior nível de soberania nacional em relação ao seu desenvolvimento. Desde a crise de 1929 os países latinos, visando desenvolver sua economia, tentaram por meio da industrialização alterar sua estrutura produtiva, visto a queda dos seus índices de exportação para os países desenvolvidos que sofriam os impactos da grande

depressão. Sendo assim, houve relativa liberdade para os países periféricos ordenarem suas atividades, já que os países desenvolvidos se voltavam para os próprios problemas; foi o momento onde se intensificou o processo de industrialização, especialmente no Brasil, Argentina e México, com maior destaque para setores como o siderúrgico e químico e grande crescimento urbano decorrente do impacto industrial.

Mais à frente no contexto histórico, o autor destaca a bipolarização e a Guerra Fria e a mudança de comportamento dos EUA em relação à América Latina, estimulando regimes autoritários; os Estados Nacionais latinos visavam, por sua vez, insurgir progresso definindo o desenvolvimento de setores estratégicos, como petroquímico e siderurgia. A corrida pelo desenvolvimento aposta na industrialização como solução do atraso e do subdesenvolvimento.

Com a implementação e reestruturação da década de 1980 e 1990, além da globalização, ocorre a adoção de políticas neoliberais, com diminuição crescente do Estado e recorrente privatização de setores estratégicos. A estabilização se dá a um preço onde o Estado perde autonomia, ocorrem cortes em gastos públicos e ocorre flexibilização do emprego, entre outros fatores que permanecem até hoje na configuração econômica de países como o nosso, afirma Cano (2000).

Lall (2002) afirma que a globalização mudou radicalmente o contexto do desenvolvimento econômico na América Latina. Nesse novo contexto, a competitividade se faz vital para as economias industrializadas e também para os países subdesenvolvidos, inicialmente isolados dos mercados mundiais, apesar das “aberturas” econômicas. Os países desenvolvidos se preocupam com a manutenção de sua vantagem competitiva, sendo que as principais razões desta são tecnológicas. Seguindo essa tendência, o acesso rápido a novas tecnologias torna-se fundamental para o bem estar das nações subdesenvolvidas, influenciando diretamente sobre os fatores produtivos que, por sua vez, se tornam cada vez mais concentrados e de difícil acesso. Na opinião do autor “não há outra maneira de chegar ao desenvolvimento industrial senão participar da dinâmica da globalização”. Esse quadro geral produziu reflexos profundos nos hábitos de consumo da população, gerando comportamentos, ordenando fluxos e criando situações que são objeto de nossas considerações nesta pesquisa.

O subdesenvolvimento da economia brasileira: os dois circuitos da economia urbana

Com o intuito de se entender a situação econômica atual, podemos partir da premissa de Santos (1979) e compreender a situação dos países subdesenvolvidos e a especificidade de sua evolução em relação aos países desenvolvidos. Segundo o autor o país subdesenvolvido tem uma situação nada igual à dos desenvolvidos antes da sua industrialização. O caminho ideal seria "recusar os métodos importados e começar pelo começo na análise desses espaços".

A organização do espaço é um objetivo central da análise. É fundamental saber se o comportamento do espaço é o mesmo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar (daí viriam as diferenças entre os espaços) diz Santos (1979). Segundo o autor, o espaço dos subdesenvolvidos organiza-se e reorganiza-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial, denotando a presença de *verticalidade* (Santos, 1996). As forças de modernização são vindas de fora, são extremamente seletivas nas formas e efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas da mesma maneira nem vão para a mesma direção nos países subdesenvolvidos. Isso cria uma história espacial seletiva (a cada modernização novos pontos são conquistados e tornam-se espaço operacional. A resultante é a grande instabilidade na organização do espaço, com necessidades constantes de ajustes e presença de desequilíbrios, afirma Santos (1979).

Sendo assim, o espaço dos subdesenvolvidos é marcado pelas diferenças de renda na sociedade (o poder de consumo do indivíduo varia muito). Desse modo, há seletividade no espaço, com a produção concentrada em certos pontos e o consumo agindo como forma de dispersão (com a seletividade agindo "como freio", produzindo diferenças na capacidade de consumir), determina o autor.

Criam-se dois circuitos econômicos: o superior e o inferior, pelos quais podemos passar a ver a cidade. O circuito superior é produto direto da modernização tecnológica (elemento representativo: monopólio, com ações verticais, externas). O circuito inferior compreende atividades de pequena dimensão, direcionada às populações pobres e mantém relações privilegiadas com a região (Santos, 1979). Segundo o autor, um grande erro na análise de economias urbanas é supor que apenas há o setor moderno. O circuito inferior é tido como elemento indispensável à compreensão da realidade urbana.

Cada cidade teria duas zonas de influência, sendo que cada circuito mantém com o espaço um tipo particular de relação. Para análise real da cidade, Santos (1979) nos diz que é necessária uma nova metodologia, além de estatísticas mais adequadas, estudo dos mercados como subsistemas do comércio (mercados como "centro da vida", da vida diária, presente na realidade) e análise sistemática do circuito inferior (sendo este, para o autor: fabricação artesanal, transportes tradicionais e serviços variados. Um grande problema é apontado por Santos (1979): a imensa insuficiência de dados sobre economia doméstica).

Um novo paradigma é apontado pelo autor: a descoberta de novas abordagens em função da realidade do presente. Em nosso estudo, sentimos a necessidade de periodizar e encontrar resposta para os padrões de consumo e circulação de mercadorias que configuram grande parte de nossa problematização nas cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS). O entendimento dos circuitos urbanos no amplo contexto da urbanização e subdesenvolvimento brasileiros nos permite analisar de maneira mais fiel a *situação geográfica* presente na fronteira entre Brasil e Paraguai.

Compreender os impactos dos sistemas históricos sobre a organização do espaço, da sociedade e da economia dos subdesenvolvidos é primordial para Santos (1979). A abordagem pela modernização seria a ideal, por permitir datar fenômenos, contar com rigor na análise da realidade dos subdesenvolvidos, contemplar a periodização da história (reconhecendo modernizações sucessivas) e uma análise sistemática do país subdesenvolvido. Para o autor, a realidade dos subdesenvolvidos é incomparável: seria arriscado interpretar realidades novas, com rápidas mudanças, baseados em conceitos clássicos.

Teríamos, no caso dos países subdesenvolvidos, regiões polarizadoras (centros de dispersão de poder), com a formação e a transformação do espaço dependendo de dois fatores: o momento da intervenção das primeiras forças externas e os impactos sucessivos de outras modernizações (Santos, 1979). A diversidade das condições de subdesenvolvimento e originalidade das situações é, para cada lugar, a conjugação das forças externas (que vem de um centro nos países polo) com as forças já existentes no espaço. Desse modo, de acordo com o autor, podemos pensar que o mundo já se modernizou várias vezes, sendo que a modificação do espaço é pela união econômica, política e social ao mundo moderno.

Cada modificação no espaço modernizado corresponde a uma mudança da projeção do sistema mundial sobre o dominado e as repercussões nos países periféricos são igualmente

diferentes, diz Santos (1979). O grande capital usaria as estruturas como veículo para alcançar aplicação em outros lugares. Mudando o espaço dos subdesenvolvidos há a revolução do consumo e uma "guerra" para a industrialização dos mesmos. O impacto modernizador é, por definição, seletivo: tanto no nível nacional, quanto regional e local, afirma o autor.

Santos (1979) argumenta que duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram difusão nos países periféricos. São elas a informação e o consumo, que são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e dispersão, cuja atuação define a organização do espaço. Nesse contexto, a revolução no domínio do consumo foi acompanhada pela deformação da estrutura do consumo[1].

A existência de uma massa de pessoas com baixos salários ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma parcela minoritária de renda elevada cria uma divisão na sociedade entre aqueles que têm acesso aos serviços e aqueles que não têm, afirma Santos (1979). Tal situação cria diferenças de consumo e a causa e efeito dos dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. Em se tratando de analisar situações com base em economia urbana, o autor determina que um dos dois circuitos é resultado direto da modernização tecnológica e consiste em atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e da parcela que se beneficia deles; o outro é resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige à parcela que se beneficia parcialmente ou não dos progressos técnicos recentes e atividades a eles ligada (Santos, 1979).

Nos países de velha urbanização o fenômeno da modernização tecnológica cria estruturas novas que se impõem às pré-existentes na cidade, provocando modificação ao contato com novas realidades. Nos de nova urbanização, caso dos países de economia periférica, a modernização cria de uma só vez as duas formas de organização econômica urbana. Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Salientando que: apesar da aparente interdependência o circuito inferior é dependente do circuito superior da economia urbana.

Nos países subdesenvolvidos os pobres urbanos são mais numerosos, formando uma mão-de-obra flexível e adaptável. É uma pobreza sem segurança ao contrário da pobreza dos países

[1] Os termos referentes às alterações nos padrões de consumo nos países subdesenvolvidos são vários. Enquanto Milton Santos (1979) definiu o ajuste do consumo popular por meio do termo *circuito inferior da economia urbana*, alguns economistas como Wilson Cano tratam do mesmo tema com termos como "*terciário deformado*", por exemplo.

desenvolvidos, dita com segurança (em razão do investimento de alguns estados em bem estar social). A segurança constitui uma diferença fundamental entre a situação da pobreza entre os dois tipos países, o que explica a impossibilidade da existência de um circuito inferior nos países desenvolvidos. Atividades ligadas ao circuito inferior da economia são fruto da sobrevivência no sistema capitalista. Os fluxos de mercadorias que atravessam as fronteira de Foz do Iguaçu (PR) e de Ponta Porã, além de muitas outras cidades fronteiriças são exemplos claros dessa luta pela sobrevivência.

Segundo Santos (1979) as situações de pobreza são conjugadas às situações das estruturas de monopólio e do Estado nos países subdesenvolvidos. O modelo econômico escolhido e desenvolvido é responsável por uma distribuição de renda injusta, assim como pelo desenvolvimento de um mercado interno para os produtos modernos. Por esta razão surge o circuito inferior da economia urbana, uma das consequências dessa situação.

Quanto mais a renda é concentrada, mais o consumo de alta renda se diversifica, tornando cada vez mais inadequada a evolução da demanda. Os pobres são duas vezes desfavorecidos, não têm acesso e os bens de consumo corrente deixam de ser produzidos, provocando limitação do emprego e seletividade acentuada (as desigualdades são mantidas por uma produção voltada aos ramos modernos. O setor doméstico fica em segundo plano, diz Santos (1979). Atualmente temos, em substituição à essa situação desfavorável, o consumo de produtos similares que satisfazem as necessidades dos mais pobres. Os produtos “piratas” suprem essa demanda há algumas décadas, aumentando a capacidade e a variedade de consumo dos mais pobres.

Em sua análise, Santos (1979) advoga que a adoção de modelos de crescimento importados tem efeitos relevantes no nível do emprego, pois cada atividade aqui instalada cria grande número de empregos no exterior (fornecimento de matérias primas tecnológicas). Num país subdesenvolvido, o preço do capital e o trabalho mudam de situação com o progresso técnico. Demandas por trabalho ocasionam na diminuição dos salários e, mais tardiamente, o trabalhador braçal é substituído por máquinas e a necessidade de operários qualificados aumenta, aumentando os salários, criando uma situação proibitiva para a integração de muitos trabalhadores. A mobilidade social é seletiva e discriminatória (o crescimento da classe média torna a distribuição da renda menos igual, não mais igual). Atualmente, os reflexos da sobrevivência da massa menos abastada criaram os ditos “empregos informais”, que abrangem

inúmeras funções que movimentam a vida e o consumo dos mais pobres, principalmente nos grandes centros urbanos.

A pobreza seria compatível com o crescimento rápido, afirma Santos (1979). A modernização acarreta disparidades sociais e econômicas crescentes. A alocação de importantes partes dos recursos nacionais é feita em benefício daqueles que já são ricos e em detrimento da população mais pobre - exército industrial como condição geral da produção capitalista.

A urbanização facilita o processo capitalista e agrava desigualdades. Nos subdesenvolvidos o aumento das favelas e em população está em relação com a pobreza urbana e modelos de consumo importados. A situação presente é responsável pelo aparecimento do circuito inferior nos países subdesenvolvidos, afirma o autor. Os pobres não têm acesso aos produtos modernos e os mais pobres só consomem por meio de um sistema particular de distribuição, completado por um aparelho de produção também específico e que é uma resposta aos meios de produção modernos e às condições de pobreza da grande massa. Tal análise antecipa o nascimento da circulação de mercadorias importadas ("pirateadas" ou não) pelo território brasileiro. A maior atração que o comércio paraguaio na fronteira oferece são os baixos preços, tanto pelos produtos importados originais e preços mais baixos ainda pelos ditos "pirateados". Essa atração é uma oportunidade de consumo para os mais pobres e, além disso, uma oportunidade de emprego para os excluídos do sistema.

"Sem levar em conta o circuito inferior a compreensão da cidade é incompleta", afirma Santos (1979); o circuito inferior aparece como "herança de condições econômicas tradicionais, mas, atualmente, se configura como prisioneiro de uma economia tradicional, que significa ser privado das formas de consumo que definem os limites entre providos e desprovidos". Pobreza e circuito inferior são relações de causa e efeito inegáveis, ainda mais no período atual[2].

Santos (1979) defende que na estrutura tripartite da economia, o circuito inferior é comumente encaixado como 'terciário' na literatura sobre subdesenvolvidos, que definem como tercirização as condições de subemprego resultantes de uma urbanização sem industrialização (ou 'terciário deformado' em análises mais recentes). Mas o circuito inferior, afirma o autor, cobre uma área muito mais ampla que a expressa pelo termo 'terciário'.

[2]A definição de circuito inferior na ocasião do lançamento da análise era "Circuito econômico não moderno, que compreende a manufatura, artesanato, pequeno comércio, pequenas quantidades, empresas familiares, tecnologia obsoleta ou tradicional, organização deficiente, sem controle dos custos e lucros. Reciclagem constante". Atualmente novos significados são adicionados levando-se em conta o período atual e a modernização na fabricação de itens de consumo populares (emprego de alta tecnologia).

O circuito inferior seria resultado de uma situação dinâmica e englobaria as atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como artesanato e formas tradicionais de produção.

Sendo um “polo marginal da economia”, também chamado “terciário-primitivo” ou “terciário-refúgio”, é elemento fundamental da vida urbana dos subdesenvolvidos, por ser abrigo da população pobre, que raramente consome ou trabalha no circuito moderno. Acolhendo o máximo de serviços que puder (pulverização em cadeia das atividades, assim a massa participa da cumulação praticada na cidade), o fator essencial do circuito inferior é o trabalho, sendo que o fator fundamental do circuito superior é o capital. As atividades do circuito inferior ajustam-se ao mercado local e dependem totalmente dele, sendo seu comportamento uma resposta direta à demanda. A fluidez do emprego é característica imediata, a mobilidade no emprego é uma 'saída de emergência' para a população do Terceiro Mundo. O circuito inferior tem como função absorver o contingente desempregado da indústria moderna.

A desigualdade de renda é tanta, que se proliferam os intermediários. A existência desses é a base das possibilidades de funcionamento da economia. São elementos fundamentais para o funcionamento do circuito inferior, juntamente com o crédito e o dinheiro líquido, diz Santos (1979). A modernização é acompanhada por uma mudança na estrutura do consumo e isso repercute diretamente no circuito inferior. Há o consumo de produtos modernos, produzidos e comercializados por meio de técnicas menos modernas. Tal consumo faz nascer novas atividades no circuito inferior.

A economia do circuito inferior tem algo de dinâmico, mas o conceito de produtividade dever ser aplicado com cuidado. Tem sua dinâmica interna e força para criar atividades, dar situações melhores. Essa é uma análise sem levar em conta a economia urbana como um todo. No final, sua função é perpetuar a situação de pobreza. Desde que se leve em conta a dependência que o circuito inferior tem do circuito superior, não há dinamismo real. Não se pode analisá-lo isoladamente.

Há racionalidade no circuito inferior, pois há o equilíbrio da pobreza, com interação permanente com o circuito superior, afirma o autor. A coerência interna do circuito inferior é maior que a do circuito superior (salvo em cidades com industrialização para dentro). Há, portanto, relações entre os dois circuitos de competitividade e concorrência. Os dois estão em

permanente estado de equilíbrio instável. A complementaridade não exclui a concorrência e vice-versa.

Para a análise do período atual, no entanto, uma atualização dos conceitos é necessária. Desde a década de 1970 até o momento presente houve mudanças significativas nas características dos dois circuitos, principalmente nas que se referem ao circuito inferior.

Aos nos depararmos com a análise dos circuitos da economia urbana à época de seu lançamento e a realidade atual, produzimos uma tabela comparativa com base nas proposições de Santos (1979) para os países subdesenvolvidos.

Tabela 1.1 - Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos

Tabela Original (1979), com modificações para o período atual (em azul)	**Circuito Superior**	**Circuito Inferior**
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo Recria, adapta e imita tecnologia a baixos custos.
Organização	Burocrática	Primitiva Própria e bem estruturada
Capitais	Importantes	Reduzidos Volumosos (para distribuidores) Reduzidos (Vendedores, Sacoleiros)
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório Inexistente
Estoques	Grande quantidade e qualidade Just in time/ Just in place	Pequena/ Média quantidade e qualidade média a inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)/ Flutuam em relação ao dólar
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios.	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios. Reduzida por unidade e importantes em relação ao volume de produtos
Relações com a clientela	Impessoais e com papéis	Diretas e personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis Custos razoáveis
Publicidade	Necessária Densidade Técnica e Informacional	Nula Densidade Comunicacional (Informações "boca a boca")
Reutilização de bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula Muito grande (mercadorias importadas)

Fonte: Santos (1979), p. 44. Modificada pela autora.

A divisão de renda existente na sociedade urbana dos países subdesenvolvidos se deve à existência de diferentes circuitos de produção, distribuição e consumo. Enquanto o circuito superior é o resultado do que há de mais moderno nos circuitos produtivos globais, o circuito inferior se ocuparia dos serviços não modernos fornecidos no mercado, sendo, por definição, um comércio de pequena dimensão, voltado aos menos favorecidos (Montenegro, 2006). Apesar de o circuito superior manter as características descritas por Santos (1979), com poucas alterações a serem feitas para analisá-lo no período atual, o circuito inferior não segue o mesmo padrão: ele passa a agregar características da realidade moderna, como o comércio popular praticado em qualquer centro urbano (um exemplo notável seria o comércio da Rua 25 de março, o maior centro de compras popular do País, na cidade de São Paulo e o local que o "alimenta" de mercadorias, o comércio praticado na fronteira, nas cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS), assim como outras cidades na mesma situação). Com a aplicação de informações empíricas, sugerimos algumas pequenas atualizações nos conceitos que seguem:

> O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível (...) enquanto no circuito inferior a tecnologia (...) é frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável (Santos, 1979, p. 43).

Em relação ao nosso foco de análise (o comércio urbano popular de mercadorias) podemos salientar que, atualmente, o circuito inferior orienta sua produção visando adaptar a tecnologia importada e moderna à custos mais baixos e de fácil acesso aos consumidores. A criatividade se mantém, mas não focada na produção de artesanato, por exemplo, e sim em alimentar o circuito inferior de produtos que, normalmente, são desenvolvidos para o consumo do circuito superior.

"As atividades do circuito superior manipulam grande quantidade de mercadorias, enquanto que as do circuito inferior, tanto no comércio quanto na fabricação, trabalham com pequenas quantidades" (Santos, 1979, p. 44). A dimensão do circuito inferior, em relação ao comércio de mercadorias diversas, é gigantesca, atualmente. Considerando que as mercadorias são provenientes de países asiáticos, passam do Paraguai para o Brasil e chegam aos grandes centros urbanos, podemos afirmar que o circuito inferior lida com grandes quantidades e grande capital, não sendo mais "um comércio de pequena dimensão" (Montenegro, 2006).

"No circuito superior, os capitais são comumente volumosos (...) no circuito inferior as atividades (...) utilizam capitais reduzidos e podem dispensar organização burocrática" (Santos, 1979, p. 45). O mesmo definido em nossa pesquisa, em relação ao volume de mercadorias, se aplica ao volume de capitais, ou seja, não são mais tão reduzidos, pois suportam toda uma ligação de fornecimento de mercadorias, de diversos países, até o comércio praticado nos centros urbanos brasileiros. A organização, apesar de não ser burocrática, como no circuito superior, articula, de maneira eficiente, grandes volumes de mercadorias e capital, além de redes de transporte, para o pleno funcionamento do circuito inferior no período atual.

> O circuito superior emprega um número importante de estrangeiros (...). No circuito inferior, os empregos vão para os nacionais. Às vezes, os estrangeiros, como os libaneses na África Ocidental, os chineses em certas partes da Ásia ou os indianos na África Oriental, participam como comerciantes, trabalhando por conta própria (Santos, 1979, p.45).

No período atual, o circuito inferior é totalmente dependente de seus fornecedores, de inúmeras nacionalidades, mas em sua maioria, de países asiáticos. A função de "comerciantes por conta própria" pode ser comparada às ocupações de camelôs e sacoleiros do período atual, principais disseminadores de mercadorias nos centros das grandes cidades brasileiras.

> A atividade do circuito superior é, em grande parte, baseada na publicidade (...). No circuito inferior, a publicidade não é necessária, graças aos contatos com a clientela e tampouco seria possível, já que a margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e de sua família (Santos, 1979, p. 46).

Podemos afirmar que a publicidade do circuito superior segue os preceitos da densidade informacional e densidade técnica (Santos, 1999, p. 205), ou seja, são promovidas por agentes ligados ao circuito superior, em razão de suas intenções relativas ao consumo de sua produção. Segundo Santos (1999), podem ser descritas como "intervenções verticais" dos centros de decisão e comando. Sendo "exteriores aos lugares", elas "privilegiam setores e atores" sendo, portanto, direcionadas ao seu público alvo consumidor. Seguindo o mesmo raciocínio, podemos afirmar que a publicidade no circuito inferior não é nula no período atual, mas pertencente à categoria da densidade comunicacional (Santos, 1999, p. 205). A densidade comunicacional refere-se ao caráter humano e pessoal da disseminação de informações (o popular "boca a boca"). Seria promovida por "atores do mesmo entorno", ficando excluída da relação a verticalidade

presente no circuito superior. Segundo Santos (1999), são "uma resultante do meio social ambiente", relações comunicacionais do próprio lugar.

A afirmação de que a publicidade no circuito inferior seria impossível devido à pequena margem de lucro não condiz com a atualidade, pois o comércio de mercadorias costuma lidar com grandes volumes como, por exemplo, em Foz do Iguaçu (PR), cuja gêmea, Ciudad del Este, costuma registrar lucros de U$ 15 bilhões (Rabossi, 2004), anualmente.

"As atividades do circuito superior têm custos fixos importantes (...). As atividades do circuito inferior quase não têm custos fixos" (Santos, 1979, p. 47). Consideramos em nossa pesquisa que há custos fixos, no caso do comércio de mercadorias.

A transposição dos conceitos nos permite analisar o presente com todas as possibilidades que as definições dos dois circuitos permitem, e promove maior entendimento a respeito do funcionamento e funções do circuito superior e inferior no período atual. A compreensão do circuito inferior (e do comércio de mercadorias praticado na fronteira) nos permite uma maior compreensão, em se tratando das particularidades da circulação de mercadorias nas cidades contempladas em nosso estudo.

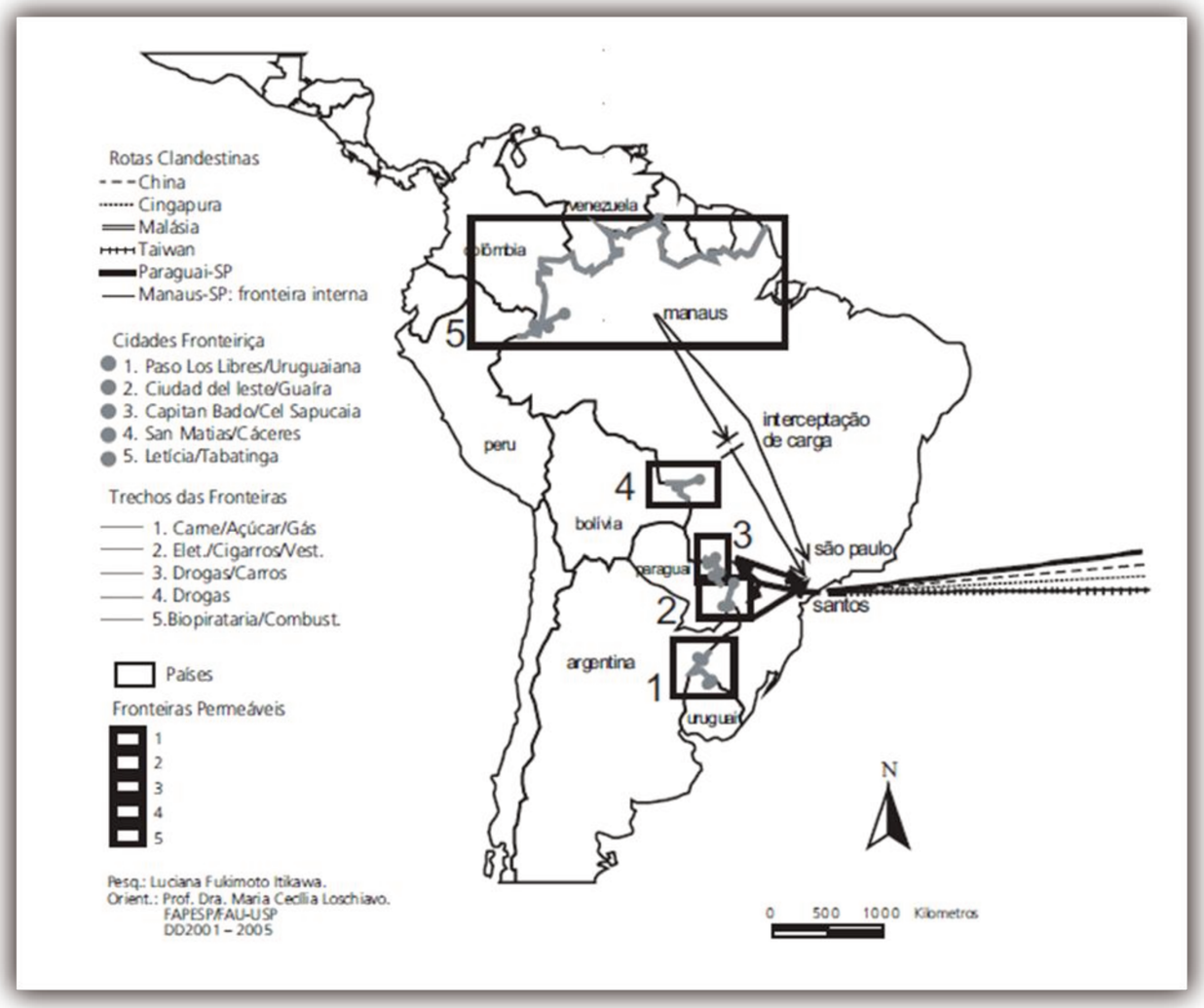
1.1 O circuito de mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai: o consumo popular de mercadorias importadas

Em nossa pesquisa temos por objetivo analisar a circulação de mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai, tomando como pontos especiais de circulação as cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS), entre outras inúmeras cidades na mesma situação.

Analisar a circulação de mercadorias implica no entendimento de um circuito espacial produtivo de escala global. Para entender os fluxos que movem as cidades de fronteira temos que expôr esse circuito, que é movido, principalmente, pelo consumo urbano generalizado (ricos e pobres). É de conhecimento geral que as mercadorias importadas (originais ou não) de nosso interesse têm o comércio paraguaio como principal intermediador. São os comerciantes paraguaios que fazem a ponte entre a importação de inúmeros produtos de diversos países do mundo e o consumo brasileiro na fronteira (e, consequentemente, grande parte do consumo

brasileiro nos centros urbanos). No mapa a seguir podemos observar o estabelecimento das principais rotas de mercadorias (legais e ilegais) que perpassam o território brasileiro.

Mapa 1.1 - Rotas de circulação de mercadorias em território brasileiro



Fonte: Itikawa (2006).

Ribeiro (2010), ao tratar do consumo popular e seus desdobramentos, utiliza termos tais como “globalização econômica de baixo para cima” e “globalização popular” e defende a existência de um sistema amplo de consumo e fluxos de comércio “animados por gente do povo e não por representantes das elites”. O autor afirma que os mercados, os fluxos e as redes de comércio da globalização popular fazem parte do sistema mundial não hegemônico. Tais atividades são consideradas ilegais, ‘contrabando’ na maior parte do tempo. Uma grande

quantidade de mercadorias é considerada ilegal e as atividades são tomadas como ilegítimas do ponto de vista dos poderosos, que as combatem em nome da legalidade, diz o autor.

Discutindo legalidade/ilegalidade, Ribeiro (2010) afirma que em assuntos que envolvem economia informal há sempre um ponto em comum: a entidade central é o Estado. "São as elites estatais que têm, ao longo dos séculos, mantido o monopólio da definição e da regulação da legalidade/ilegalidade." Josiah Heyman e Alan Smart apud Ribeiro (2010, p. 24):

> A lei dos Estados inevitavelmente cria suas contrapartidas, zonas de ambiguidade e ilegalidade aberta. Submundos criminosos, piratas e quadrilhas, mercados negros, migrantes ilegais, contrabandistas e redes de extorsão são tópicos que causam certa atração sensacionalista ou talvez desafiadora. Mas não existem separados do Estado, nem o Estado deles. Tendo se desenvolvido necessariamente conectadas, a lei estatal e a sua evasão devem ser estudadas juntas [...] é interessante pesquisar as condições sob as quais governos e práticas ilegais gozam de algum tipo de simbiose e aqueles que resultam em maiores graus de conflito.

O autor advoga que a ilegalidade não necessariamente significa que as atividades são ilegítimas quando há "hegemonias incompletas e práticas estatais parciais e frequentemente comprometidas". É o caso das cidades brasileiras situadas na fronteira. São praticamente free-shops, com um comércio que atrai fluxos consumistas que escapam à fiscalização/pagamento de tributos.

> Com efeito, as relações entre o legal e o ilegal são multifacetadas e complexas, envolvendo interesses normativos, políticos e morais diversos. No que diz respeito ao sistema mundial não hegemônico, sua compreensão pode ser enriquecida também por abordagens cujo foco se move nas fronteiras entre a economia informal e a economia ilícita e entre o ilícito e o ilegal (p.25).

Sobre o assunto, Rabossi (2004) nos diz que "o ilegal, longe de ser o resultado do funcionamento anormal ou amoral da sociedade, faz parte das possibilidades abertas em um mundo definido pela lei". O ilegal seria um ajuste que, de modo geral, beneficia os menos favorecidos. O autor conclui que "legal / ilegal não é uma clivagem que permita diferenciar *a priori* setores do funcionamento do social ou universos preexistentes", mas é o que gera o agente através do qual se produzem "distinções, se reproduzem desigualdades e se aproveitam oportunidades".

No esforço em estabelecer uma definição para cada termo, Ribeiro (2010) afirma que um debate de suma importância é sobre o poder de regulação do Estado.

> O ‘comércio global ilícito’ floresce e triunfa em um mundo mais interconectado, com fronteiras mais porosas e poderosas tecnologias em mãos de ‘civis’, com menos barreiras ao comércio e mais agentes não estatais operando no cenário internacional. O presente é o paraíso do contrabandista. (Naim, 2005, apud Ribeiro, 2010, p. 22).

Nesse contexto, o autor enxerga lugares como as cidades de fronteira abordadas como “buracos negros geopolíticos”, ou seja, como “lugares onde as redes de tráfico ‘vivem’ e desabrocham”. Em palavras de populares, a fronteira seria “uma terra sem lei”.

Para o autor, “uma região remota, primitiva e mal governada – ou desgovernada – não é um buraco negro geopolítico a não ser que possa irradiar ameaças a outros lugares distantes”. Podemos notar presença de verticalidade (Santos, 1996) nas cidades de fronteira (as atividades nela produzidas sofrem influências de consumo de certas regiões, mas também têm o poder de influenciar fluxos). Concluindo seu pensamento, o autor afirma que “as redes de comércio que operam internacionalmente servem como canais por meio dos quais tais ameaças se movimentam de lugares remotos para o resto do mundo”.

Ribeiro (2010, p. 23), analisando Naim (2005), afirma que

> Pontos claros e buracos negros mantêm relações e fazem parte de redes que atravessam os Estados-Nação. Quanto mais claro o ponto, mais atrativo será para as redes dos buracos negros oferecerem seus serviços e produtos, especialmente porque a diferença de preços é o fator determinante no comércio ilícito.

É o caso da atração do comércio paraguaio, que movimenta as cidades brasileiras de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS). Do outro lado da fronteira há milhares de produtos importados originais e também cópias, a baixos preços se comparados aos produtos com alta carga tributária no Brasil. Os resultados são fluxos constantes de diversos tipos de consumidores na fronteira. O papel do Estado frente a esse movimento restringe-se a fiscalizar e combater os fluxos criminosos de armas e drogas e mercadorias fora do padrão de consumo estabelecido pela Receita Federal do Brasil. Assim, “fluxos de pessoas, mercadorias e informações são considerados ilícitos porque desafiam as normas das autoridades formais, mas são considerados lícitos pelas pessoas envolvidas nas transações”.

Ribeiro (2010) cita Abraham e Van Schendel para dissertar sobre “cadeias de mercadorias” e “espaços regulatórios”. Segundo o autor, trata-se de uma opção interpretativa bastante produtiva para pensar práticas transnacionais. Os autores citados por Ribeiro (2010)

definem que “as atividades criminosas transnacionais” como “formas de práticas sociais que intersectam dois ou mais espaços regulatórios e violam ao menos uma regra normativa ou legal”.

Segundo Ribeiro (2010) a produção, a circulação e o consumo de mercadorias podem ocorrer em espaços circunscritos ou atravessar diferentes espaços regulatórios. Dessa forma, determinadas mercadorias que entram em determinados fluxos e atravessam certos espaços regulatórios podem se transformar de legais em ilegais e vice-versa (situação ocorrente na circulação de mercadorias na fronteira Brasil/Paraguai). “Por exemplo, caixas de uísque escocês podem ser produzidas e exportadas legalmente para um país, introduzidas e vendidas ilegalmente em outro”.

Os autores citados falam em “transformações possíveis do par ilícito-lícito”. Na fronteira entre Brasil e Paraguai é comum a informação de que postos de combustíveis são abertos a pouca distância uns dos outros e em grande quantidade com a finalidade de se formar um ambiente propício à “lavagem de dinheiro” de atividades criminosas, por exemplo.

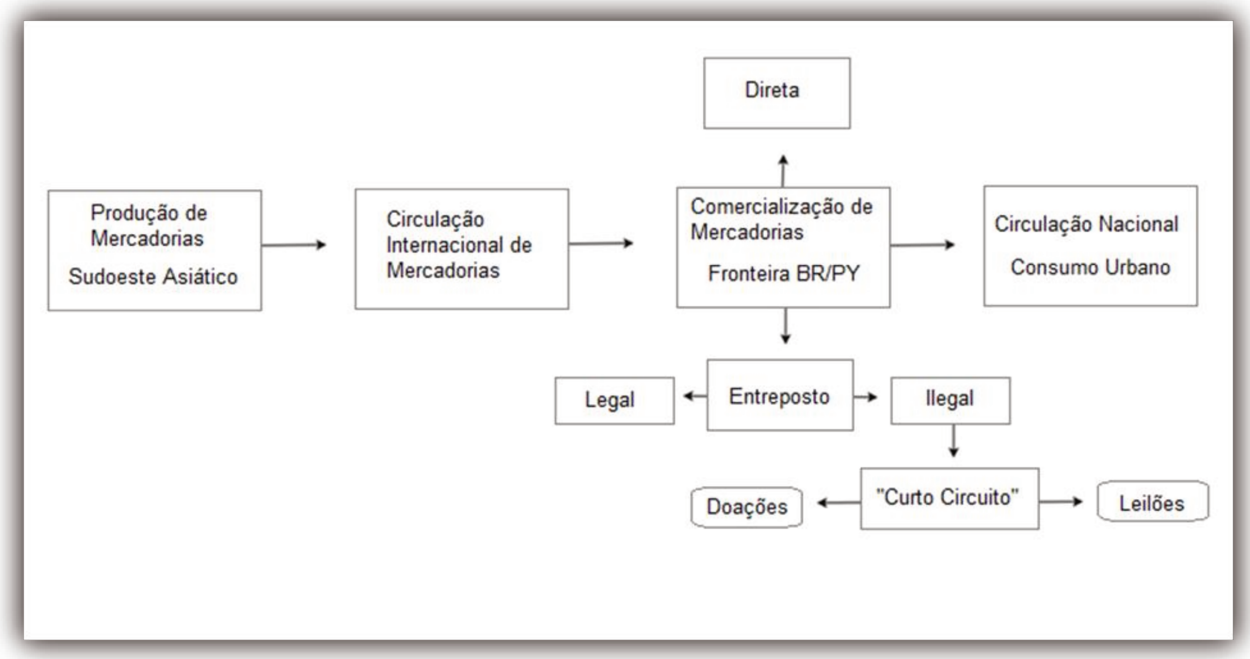
Ribeiro (2010) nomeia o movimento comercial e de sobrevivência da população como sistema mundial não hegemônico (não é anti-hegemônico, e sim não hegemônico; ele faz parte do sistema, que é visto como um sistema em pirâmide). Santos (1979) definiu o mesmo conjunto de atividades como circuito inferior da economia urbana. O economista Wilson Cano traduz tais atividades como um resultado do processo de subdesenvolvimento que acabou por criar um “terciário deformado” nos países subdesenvolvidos.

Há acordos para o uso de portos brasileiros por importadores paraguaios. Sobre os portos, há muita pouca fiscalização – Nordstrom, 2007 (apud Ribeiro, 2010) afirma que mesmo nos portos mais sofisticados, “apenas 5% das cargas de contêineres é efetivamente inspecionada”. Uma vez incluídas nos circuitos comerciais, a dispersão é incontrolável: “as mercadorias que fluem internamente ao sistema mundial não hegemônico podem mudar de mãos várias vezes, atravessando vários espaços regulatórios, até chegarem aos consumidores finais”.

Ribeiro (2010) afirma que o sistema é formado por uma rede intricada de nós, apontados como pontos de interconexão entre vendedores e compradores. Tais nós variam em tamanho e importância para a reprodução do sistema, podendo ser desde pequenos aglomerados de barracas de camelôs destinados a atender as necessidades de consumidores finais, até megacentros, em grande medida destinados a intermediários, cuja influência econômica tem algum alcance internacional. O autor cita o “espaço social transfronteiriço de Ciudad del Este”, citando Rabossi

(2004), onde há "agentes da globalização popular operando em um raio de alcance de alguns milhares de quilômetros e cruzando países".

Diagrama 1.1 - Circuito espacial produtivo: circulação de mercadorias além-fronteiras



Fonte: Elaborado pela autora.

Identificamos um circuito espacial produtivo de escala planetária, desde a produção propriamente dita, passando pela distribuição, troca e chegando ao consumo. O diagrama acima esquematiza o circuito e suas ramificações, em especial no território brasileiro. O diagrama busca sistematizar topologias da circulação de mercadorias que movimenta os fluxos transfronteiriços nas cidades gêmeas.

Na etapa inicial da produção do circuito identificamos, por meio de informações coletadas em jornais, revistas e verificação de procedência em parte das mercadorias, que o local de produção predominante das mesmas localiza-se no sudeste asiático e maciçamente são provenientes da República Popular da China. A alta competitividade dos produtos devido aos baixos custos de produção provoca uma verdadeira "inundação" de produtos asiáticos, sobretudo chineses, em praticamente todos os países do mundo. Tal produção, incentivada pelo governo chinês, tem toda uma estrutura de suporte voltada para exportação de produtos para todo o

mundo, tais como transporte por navios e aviões e incentivos fiscais internos. De acordo com relatório do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) as importações paraguaias provenientes da China que em 2000 perfaziam 10%, no ano de 2009 chegaram a 30%. A China já é o maior abastecedor do mercado paraguaio, superando inclusive o Brasil, responsável em 2009 por 23% das importações do Paraguai.

O diagrama representa um circuito produtivo onde o principal receptáculo de mercadorias são as cidades paraguaias cujo comércio é voltado diretamente para a fronteira brasileira. Desse modo, temos que tais mercadorias importadas do sudoeste asiático são difundidas a partir de cidades como Ciudad del Este, Pedro Juan Caballero, Salta del Guairá, entre outras cidades em contato com território brasileiro. Tal circulação produz reflexos importantes nas cidades brasileiras perpassadas por esses fluxos, produzindo situações únicas na fronteira. Tais situações requerem medidas mais intensas de fiscalização, em razão do comércio de mercadorias ficar, na maior parte das vezes, fora dos padrões estabelecidos pelo governo brasileiro. Nesse ponto temos os "curtos circuitos", ou seja, a interceptação de parte dos fluxos de mercadorias pela Polícia e Receita Federal. O resultado desse corte se dá na destinação de mercadorias (que discutiremos mais além), apesar do consumo (que se subdivide em vários tipos) não ser comprometido – o reflexo da circulação é constatado em qualquer cidade brasileira, seja qual for seu porte: as barracas de camelôs com os produtos importados (piratas ou não) ao alcance do consumidor final encerram o circuito espacial produtivo.

O Paraguai tem na atividade reexportadora de mercadorias importadas cerca de 50% de seu Produto Interno Bruto (PIB). O setor de comércio e serviços é o mais representativo no PIB paraguaio, segundo o Banco Central do Paraguai (a seguir, o gráfico para o ano de 2011).

Gráfico 1.1 - Composição do Produto Interno Bruto do Paraguai para o segundo trimestre de 2011

Fonte: ABC Digital, 2011.

A atividade dentro dos limites territoriais paraguaios é legal e realizada com o apoio de grandes redes logísticas para a importação de mercadorias. As mercadorias são encomendadas a inúmeros países por grandes comerciantes/ importadores paraguaios e o transporte é feito através de contêineres alojados em aviões e navios. Analisando os dados de apreensão de mercadorias em portos e aeroportos brasileiros, as mercadorias destinadas ao Paraguai chegam primeiramente ao Brasil e depois são encaminhadas aos comerciantes paraguaios, que vão revendê-las na fronteira para compradores brasileiros. Existe convênio entre Brasil e Paraguai para o uso de portos brasileiros e o livre trânsito de mercadorias paraguaias pelo território brasileiro.

Não podemos deixar de diferenciar os tipos de mercadorias importadas pelos comerciantes paraguaios, pois essa distinção se confirma mais tarde no que se refere aos circuitos de consumo, ou seja, a variação da oferta de produtos, para ricos e pobres, na mesma atividade. No que se refere à circulação, há a importação de mercadorias asiáticas de baixo custo, que abastecerão os circuitos comerciais da população de baixa renda e há a importação de mercadorias de preços mais elevados e mesmo de alto luxo (desde alimentos industrializados, vestuário, cosméticos, bebidas, tabaco, entre outros produtos) de vários países. Circulam produtos de grandes marcas em qualquer segmento e também são ofertados produtos imitativos das

grandes marcas, ou seja, a presença de mercadorias tanto de baixo valor, quanto de alto valor condiciona diretamente no tipo de consumo na fronteira.

Na fronteira identificamos três tipos de comércio: o das grandes lojas, inclusive aquelas localizadas em *Shopping Centers*[3], que pulverizam mercadorias de médio e alto valor, importadas de vários países (tais como EUA, França, Alemanha, entre outros), o comércio das lojas de rua e há o comércio de rua realizado por meio de inúmeras barracas (no geral, localizadas logo em frente às grandes lojas e pequenas lojas de rua). Basicamente há a comercialização de dois tipos de mercadorias: as originais, de qualquer segmento de consumo e as cópias "piratas", feitas para satisfazer o desejo de consumo para a população de menor poder aquisitivo.

Entre os consumidores, também nota-se uma clara distinção: os que compram para consumo próprio (geralmente mercadorias caras e originais) e os que compram em quantidade (mercadorias de baixo valor, geralmente cópias pirateadas - Ribeiro (2010) nomeia esse consumidor através do termo "contrabando formiga") para revenda, principalmente nos centros urbanos do Sul e Sudeste brasileiro. A complementaridade entre consumo popular e consumo elitizado fica evidente na análise do comércio fronteiriço, pois este se molda para satisfazer os desejos de consumo dos principais segmentos de renda (ricos e pobres). A seguir, fotografias ilustram nossa identificação no comércio praticado nas cidades paraguaias (Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero). Primeiramente, o tipo de comércio das megalojas e depois os outros dois tipos de comércio, lojas de rua (grandes, médias e pequenas) e barracas instaladas nas calçadas.

[3]O esclarecimento semântico dos termos *Shopping Center* (do inglês: centro de compras, centro comercial) e somente *Shopping* (do inglês *Shop*: loja; *Shopping*: compras) têm importância na compreensão da configuração comercial da fronteira paraguaia. Normalmente, *Shopping Center* é o nome dado a um conjunto de lojas localizado em um mesmo espaço, enquanto o termo *Shopping,* seguido do nome do estabelecimento (ex: Shopping Roma, Shopping China), refere-se a um único estabelecimento comercial, mesmo que este tenha grandes dimensões (enormes lojas de departamentos). Neste trabalho, a opção para identificar tais estabelecimentos foi pôr nomeá-los como "Loja Shopping Roma", por exemplo.

Fotografia 1.1 - Comércio em Pedro Juan Caballero: *shopping centers* e barracas nas calçadas na linha de fronteira

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 24/09/2011.

Do ponto de vista jurídico, na fronteira e na circulação das mercadorias em direção aos grandes centros de consumo, são definidos dois tipos de ações (de consumo), a legal e a ilegal. Este par dialético, legalidade/ilegalidade é definido pelo cumprimento de normas de importação exigidas pelo Brasil e normas de transporte de mercadorias pirateadas. Em razão das fiscalizações exercidas pela Secretaria da Receita Federal e pela Polícia Federal, ocorre o que estamos chamando de "curto circuito", na etapa da troca na fronteira e na etapa da distribuição dentro do território brasileiro, pois mercadorias são apreendidas. Das apreensões surge uma nova economia política do território, representada pelos Leilões, realizados pela Secretaria da Receita Federal.

O governo brasileiro estabeleceu cotas de consumo para produtos oriundos do comércio paraguaio. Sendo assim, cada pessoa tem direito a uma cota de gastos, sem tributação, de trezentos dólares ao mês. Acima desse valor, o consumidor deve declarar à Receita Federal a ultrapassagem da cota e pagar tributos. Além de definir o valor, a Receita Federal também limita o número de produtos iguais, visando evitar a revenda de mercadorias no território brasileiro. O problema se dá no desrespeito ao volume e à soma do valor das mercadorias permitidos pela Receita Federal e ao não pagamento do imposto para legalizar as mesmas quando há superação dos números/valores das cotas.

A declaração de bens comprados é parcialmente ignorada pelos consumidores de produtos caros e para consumo próprio (alguns declaram, outros não) e para os sacoleiros a situação conhece o estágio da ilegalidade. Sempre fora dos padrões da Receita Federal, pessoas que exercem a atividade de revenda dependem de "falhas da fiscalização", ou seja, estão sempre sujeitos a terem suas mercadorias apreendidas e sua atividade de sobrevivência interrompida e ameaçada.

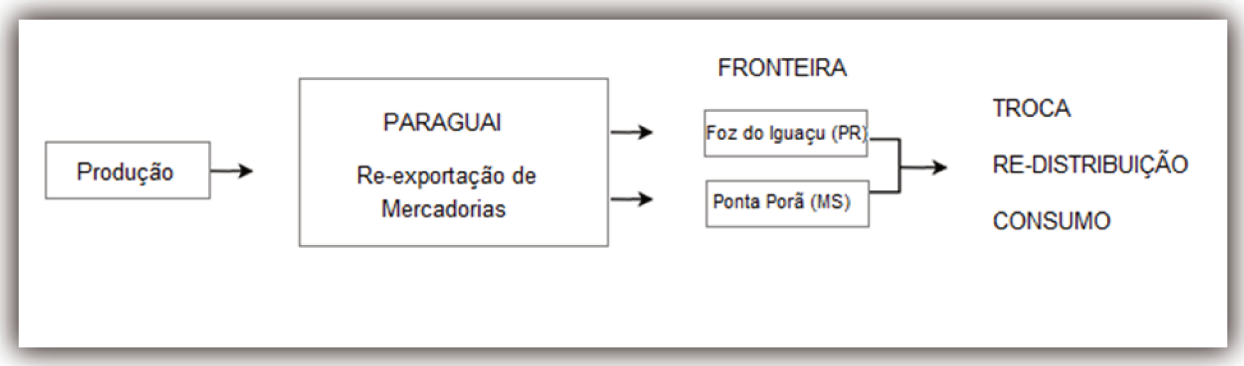
O resultado dessa circulação, com seus "curtos circuitos" e "falhas de fiscalização", é claramente observado no comércio de rua das grandes cidades brasileiras, especialmente na capital paulista. A atividade comercial paraguaia é sustentada pelo consumo brasileiro na fronteira, que acaba por gerar um consumo similar nos centros urbanos brasileiros.

Nossa pesquisa considera a hipótese da ocorrência de um fluxo majoritário de "sacoleiros" em Foz do Iguaçu/Ciudad del Este e um fluxo menor de turistas que realizam compras para si próprios e uma inversão dessa situação em Ponta Porã/Pedro Juan Caballero. Essa situação foi observada em trabalhos de campos e tem rebatimentos nas estruturas comerciais nas cidades paraguaias.

Ciudad del Este teria uma estrutura voltada às vendas de grande volume e menor valor individual, já Pedro Juan Caballero teria uma maior ocorrência de estabelecimentos de luxo, preços mais elevados e locais mais confortáveis (lojas com estacionamento com seguranças, praça de alimentação, etc.) voltados ao atendimento do turista-turista, não ao "sacoleiro"/ turista-comprista.

De acordo com nossa hipótese, afirmada anteriormente, a circulação de mercadorias que move a fronteira e alcança cidades longínquas funciona por meio de 4 etapas, sendo elas (diagrama a seguir):

Diagrama 1.2 - Etapas do circuito espacial produtivo na fronteira entre BR e PY



Fonte: Produzido pela autora.

Na etapa da importação ocorre reexportação de mercadorias, ou seja, a redistribuição de mercadorias importadas de diversos países pelo Paraguai. Já na etapa do comércio urbano nas cidades gêmeas, a cidade de Ciudad del Este (gêmea de Foz do Iguaçu - PR) é a maior distribuidora de produtos importados do Paraguai, o que influencia muito na circulação em Foz do Iguaçu. Em Pedro Juan Caballero (gêmea de Ponta Porã – MS) a estrutura do comércio parece ser mais voltada para o comprador de maior poder aquisitivo e de produtos de alto luxo/alto valor agregado.

De maneira geral, o comércio fronteiriço alimenta o consumo de mercadorias nas cidades próximas e longínquas, gerando uma situação em que tanto serve ao consumo da própria cidade, como a cidade serve de entreposto para nova distribuição para o comércio de cidades de menor porte.

O maior atrativo do comércio fronteiriço é o menor preço. Esse fato se repete no comércio popular dos centros urbanos brasileiros, é algo que está presente no cotidiano das pessoas. Para ilustrar tal fato, apresentamos uma tabela na qual constam certas mercadorias comuns seguidas de seu valor, em reais, no maior lugar de produção asiático (a cidade de Yiwu, na China) e de seu valor no comércio popular da Rua 25 de março.

Tabela 1.2 – Comparação do valor de mercadorias do comércio popular

Mercadorias (em R$)	Valor unitário em Yiwu (China) Na compra de lote de 5 mil unidades ATACADO	Valor unitário no comércio popular da Rua 25 de Março (São Paulo, Brasil) VAREJO
Mochila escolar	3,63	39,90
Tapete de yoga	1,21	16,00
Garrafa térmica	3,63	14,20
Carteira	0.97	15,40
Camisa social	38,28	89,90
Chaleira elétrica	21,81	59,00
Vaporizador de ar	18,90	99,00
Baú porta jóias	4,85	47,20
Cachecol	2,50	12,00
Relógio de parede	2,42	18,60
Calculadora	1,21	8,25
Leque de madeira	0,24	10,00
Pulseira	0,19	9,90
Estojo de maquiagem	0,48	5,10

Fonte: Portal Último Segundo, 2011.

2. AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL E PARAGUAI

2.1 A zona de fronteira brasileira

Segundo Furtado (2011), a faixa de fronteira, além do sentido original ligado à defesa do território, também deve ser compreendida como uma *zona de integração fronteiriça*, "um espaço de interação diversa e complexa entre povos e nações, cuja linha divisória, ao mesmo tempo em que determina a separação de soberanias e também ponto de interseção para a promoção do desenvolvimento".

Steimen (2003) promove o entendimento do estabelecimento das fronteiras políticas internacionais através de sua constituição por lei. A autora aponta três etapas iniciais, sendo elas: a) a delimitação, que consiste na fixação dos limites através de tratados internacionais; b) a demarcação, que é a implantação física dos limites, por meio da construção de marcos em pontos determinados; c) a densificação ou caracterização, etapa na qual se realiza o aperfeiçoamento sistemático da materialização da linha divisória, mediante intercalação de novos marcos, com o objetivo de torná-los cada vez mais intervisíveis. Ainda segundo Steimen (2003), em relação à fronteira internacional na Constituição Brasileira, temos que:

- A Constituição de 1934, em seu artigo 166, avança e delimita uma faixa de 100 km paralela às fronteiras brasileiras. Dentro da faixa, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderia ser feita sem a audiência prévia do Conselho Superior de Segurança Nacional, cuja criação estava prevista na mesma constituição.
- A Constituição de 1937, em seu artigo 165, mantém as regras de concessão e utilização da terra, bem como o predomínio de brasileiros na exploração econômica, mas amplia a faixa de fronteira de cem para cento e cinquenta quilômetros, largura que prevalece até hoje.
- A Constituição de 1946 mantém os critérios anteriores para as zonas indispensáveis à defesa nacional e acrescenta a obrigatoriedade da nomeação dos prefeitos, pelos governadores dos estados ou dos territórios, dos municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País.
- A Constituição Federal de 1967 não faz qualquer menção à faixa de fronteira, limitando-se a designar a tarefa de segurança das fronteiras à Polícia Federal. A matéria tornava-se

de inteira competência do Conselho de Segurança Nacional e a faixa de fronteira continuava, portanto, a ser regida pela Lei nº 2597/55.

- Na Constituição de 1988, a fronteira aparece em 5 artigos, sem no entanto, haver alteração significativa das normas já estabelecidas por lei.

Na América do Sul, cinco países, além do Brasil, reconhecem a faixa ou zona de fronteira como uma unidade espacial distinta e sujeita à legislação específica:

Tabela 2.3 - Determinação legal da faixa/zona de fronteira dos países sul americanos

País	Faixa de Fronteira	Instrumento Legal
Argentina	Não tem	Constituição de 1994
Bolívia	50 Km	Constituição de 1967, reformada em 1994
Brasil	150 Km	Constituição de 1988
Chile	Não tem	Constituição de 1980, reformada em 2001
Colômbia	Não especifica largura	Constituição de 1991, reformada em 1997
Equador	Não especifica largura	Constituição de 1998
Guiana	Não tem	Constituição de 1980, reformada em 1996
Guiana Francesa*	-	-
Paraguai	Não tem	Constituição de 1992
Peru	50 Km	Constituição de 1993
Suriname	Não tem	Constituição de 1987, reformada em 1992
Uruguai	Não tem	Constituição de 1997
Venezuela	Não especifica largura	Constituição de 1999

- sem dados

Fonte: Steiman (2003).

Segundo Furtado (2011), o Paraguai determinou certas regras de ocupação na sua zona fronteiriça, no ano de 2005.

> O Paraguai, em 2005, editou lei restritiva a ocupação de sua faixa de fronteira de cinquenta quilômetros. Segundo o diploma legal, somente com autorização concedida por meio de decreto do Poder Executivo (fundado em razões de interesse público, como aquelas atividades que gerariam o uso de mão de obra nessa faixa), Os estrangeiros oriundos de qualquer dos países limítrofes a República Paraguaia, ou as pessoas jurídicas integradas majoritariamente por estrangeiros oriundos de qualquer dos países limítrofes ao Paraguai, não poderão ser proprietários, condôminos ou usufrutuários de imóveis rurais.

Segundo Oliveira (2005), a fronteira é "a linha que divide um Estado de outro, a faixa que separa (ou une, mas não mistura) uma cultura de outra, conspira contra a organização compacta e isofórmica do território". Tal definição tem respaldo na vida da fronteira, no cotidiano da mesma, sendo sempre bipolar e multiforme. Ainda segundo o autor, temos que a fronteira de comporta como

> um lugar onde o limite se estabelece como (quase) necessidade de ser transposto. 'Se relações necessárias devem se instituir entre elementos pertencentes a duas malhas diferentes, não são os limites que impedem essas relações... '(RAFFESTIN, 1993:177). Por esta condição, a fronteira tem que ser observada com cuidado. A 'frontera fue y es simultáneamente um objeto/concepto y um concepto/metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la outra, fronteras culturales, simbólicas' (GRIMSON, 2000:9).

Concluindo, Oliveira (2005) define que a fronteira mantém o aspecto antitético de ser "concreta e abstrata, física e metafísica simultaneamente" e que ela mantém a característica de ser "o axial que sustenta a transposição dos limites compulsórios à legalidade ou, melhor dizendo, adequação à realidade".

Desse modo, temos uma zona com um traçado único, mas que em cada trecho é única, de acordo com as diferenciações regionais nacionais e também de acordo com as características do país do outro lado. Em cada *díade* temos uma situação de fronteira exclusiva.

Mapa 2.2 - Visualização dos limites da zona de fronteira brasileira

Fonte: Grupo Retis/UFRJ, 2008.

Sobre a diferenciação básica dos termos ligados ao tema "fronteira", Machado (1998) explica que é comum considerar os termos *fronteira* e *limite* como sinônimos, mas que existem diferenças essenciais que devem ser definidas. Segundo a autora "a palavra *fronteira* implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere -- o que está na frente". Inicialmente, seu uso não era associado a nenhum conceito legal, assim como não era um conceito essencialmente político ou intelectual. "Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a

margem do mundo habitado". Com o desenvolvimento dos povos, os arquétipos foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência e assim "as fronteiras entre tornaram-se *lugares de comunicação* e, por conseguinte, adquiriram um caráter político".

Segundo a autora, as diferenças são essenciais. Enquanto a fronteira se orienta "para fora", os limites se orientam "para dentro".

> As diferenças são essenciais. A fronteira está orientada "para fora" (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados "para dentro" (forças centrípetas). Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado "marco de fronteira" é na verdade um símbolo visível do limite (p. 2).

Machado (1998) ainda afirma que enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. O contato entre as cidades de fronteira brasileiras tem no comércio um forte laço de união.

> O padrão espacial das zonas de livre-comércio na fronteira oeste brasileira mostra que muitos desses lugares correspondem às zonas de livre-comércio dos países vizinhos. Esses *lugares de comunicação,* ao estarem sujeitos à legislação especial, permitem a realização de operações comerciais e cambiais não sujeitas à regulamentação específica dos estados respectivos (p. 4).

Assim, temos que o transpassar dos limites e as facilidades da vida em ambiente fronteiriço podem beneficiar os habitantes da faixa de fronteira. Porém, Machado (1998) afirma que existem indicadores de que "o maior beneficiário é a *economia paralela* dos países limítrofes". Citando o caso de Foz do Iguaçu, a autora define que, para os circuitos de "sacoleiros", a cidade paranaense está assim como Ciudad del Este, ou seja,"se transformou em lugar central para operações de evasão fiscal e lavagem de dinheiro através do circuito bancário".

Mais recentemente, a proposta do governo sustenta "a abordagem das fronteiras sob o ponto de vista de novos paradigmas que surgem com o advento da globalização e que afetam diretamente a questão de Defesa Nacional" (Seminário Faixa de Fronteira, 2004). Na mesma ocasião, a postura do Estado assume que "com a globalização, pela primeira vez na história o

poder econômico prepondera sobre o poder político" e que "hoje, as relações internacionais ocorrem mais em nível de mercado do que em nível de governo".

O governo afirma, assim, que ocorre um ressurgimento da geopolítica, agora pautada em estratégias de desenvolvimento que levam às alianças internacionais. O estudo considera que a ideia tradicional de faixa de fronteira tem uma dimensão ligada à defesa, mas que a perspectiva da defesa não pode jamais ser cindida da perspectiva do desenvolvimento regional. A defesa alimenta o desenvolvimento e este alimenta a defesa. Isso exige que o modelo clássico de atuação da esfera pública da faixa de fronteira seja repensado. A nova política de desenvolvimento regional norteia as ações em andamento e o foco prioritário da política de desenvolvimento regional está dividido em duas sub-regiões especiais: a região do semiárido e a região de faixa de fronteira. São regiões críticas sob diversos aspectos ligados ao desenvolvimento, à soberania nacional e à questão da própria prioridade da política pública do governo do presidente Lula e, recentemente, do governo da presidente Dilma. Dessa forma, a visão do governo em desenvolver projetos para a faixa de fronteira está ancorada em preceitos que definem que

> A política de desenvolvimento regional tem que partir de uma visão econômica, onde se procura identificar e estimular arranjos dos sistemas produtivos. Nesse sentido, a fronteira não pode ser vista como um peso a ser levado pelo País, mas como espaço de oportunidades de desenvolvimento nacional.

Para o Estado Nacional um dos desafios estratégicos que se colocam para a faixa de fronteira é a definição de estratégias respeitando a diversidade da região. Como podemos observar no mapa a seguir o grande número de municípios da faixa de fronteira não é desprezível e indica o crescimento populacional cada vez maior da área.

Ainda que a maior parte da faixa de fronteira seja de vazios populacionais, os fluxos que as atravessam são numerosos e objeto de preocupação nacional, pois além de mercadorias, pelas fronteiras passam remédios controlados, armas e drogas em carregamentos de proporções gigantescas.

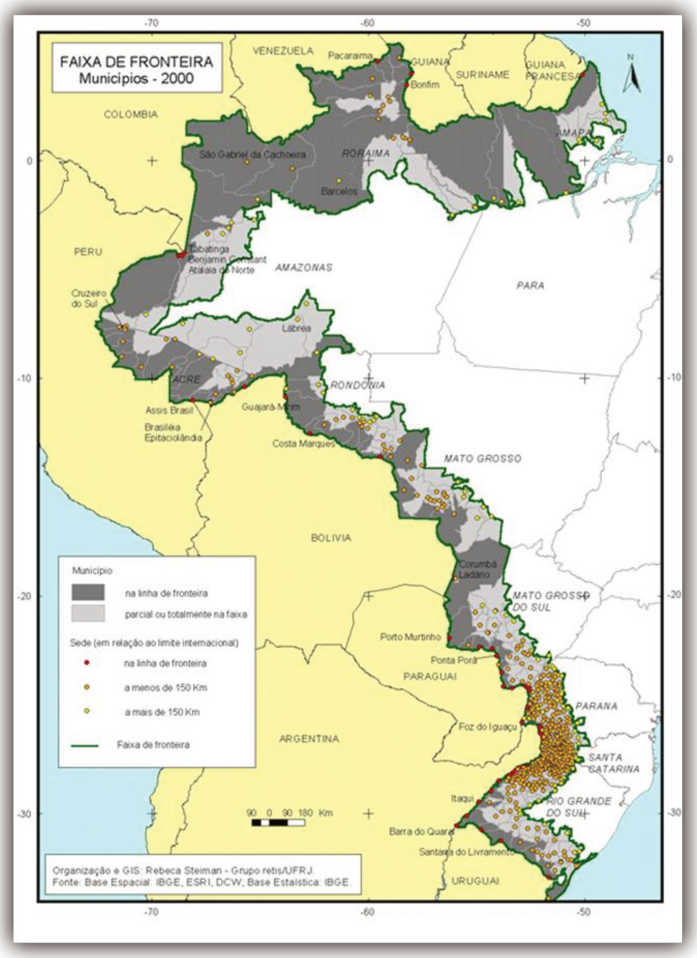
Tal área especial é objeto de medidas políticas locais e estatais; as cidades de fronteira tem seu cotidiano comum, mas representam também locais especiais de circulação cujas proporções e problemas são de ordem nacional. Como nos diz Abinzano (2005)

> Las fronteras son los confines de um ente, sus manifestaciones, simbolizaciones o materializaciones extremas. Pero, cuando se trata de sociedades, solo encontramos algo parecido (e solo parecido) em las

> *líneas de frontera*, aquellas zonas convencionales referidas siempre a um espacio definido, estabelecido por los estados naciones u otras formas de organización política según de derecho internacional público.

Abaixo podemos observar a densidade municipal na faixa de fronteira. A região sul impressiona pelo grande número de municípios na fronteira com o Paraguai e a Argentina.

Mapa 2.3 - Densidade municipal nos municípios da faixa de fronteira (ano 2000)



Fonte: Grupo Rétis/UFRJ, 2008.

No caso de nossa pesquisa, temos dois tipos de estruturas que possibilitam a circulação. No caso da fronteira localizada em Foz do Iguaçu (PR) o Rio Paraná jaz como marco de fronteira natural, uma barreira que constrange a circulação. O problema foi sanado em acordo nacional por meio da Ponte Internacional da Amizade, na década de 1960.

Fotografia 2.2 - Fronteira entre Brasil e Paraguai (seção entre Foz do Iguaçu (PR) e a cidade paraguaia de Ciudad del Este) – Rio Paraná

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 10/09/2008.

Fotografia 2.3 - Vista parcial da Ponte Internacional da Amizade sobre o Rio Paraná

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 10/09/2008.

No caso da fronteira entre Ponta Porã (MS) com o Paraguai temos a situação de fronteira seca, ou seja, apenas uma rua sinaliza o limite entre dois países, sem marcos naturais para demarcar a fronteira. A rua em questão é tomada por barracas de camelôs e comércio popular.

Fotografia 2.4 - Fronteira entre Brasil e Paraguai (seção entre Ponta Porã (MS) e a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero).

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 18/09/2011.

A circulação de mercadorias nesse tipo de fronteira é inevitável e facilmente incontrolável. Tal fato produz situações únicas em cada cidade fronteiriça brasileira, criando regiões distintas por toda a zona de fronteira.

Segundo Abinzano (2005) há como definir a fronteira como uma região. Assim, podemos utilizar o termo *região de fronteiras*. O autor define que

> "se trata de um conjunto de múltiples relaciones econômicas, sociales, políticas, laborales, culturales, personales, etc. que se estabelecen em um espacio transnacional em elcual*las líneas de frontera que dan contenidas em su interior*"

Nesses lugares especiais de circulação as interações espaciais (Corrêa, 1998) têm papel fundamental. Abinzano (2005) afirma que "sonlos agentes sociales quienes construyen sue scenario de interacciones dentro de los limites fijados objetivamente" e que estes limites são definidos por suas especializações produtivas e trabalhistas, entre muitos outros fatores nas fronteiras locais, regionais e internacionais de grande escala. Nesse contexto, o autor afirma que "lo importante e sel núcleo mas denso y significativo de estas interacciones que se manifiestan en forma de redes dinâmicas y procesuales para cuyo estúdio es necesario apelar a meodologías que den cuenta de la complejidade y el dinamismo que las constituye".

Por estas razões há a preferência de tratar cada cidade fronteiriça como fenômeno único, usando para tal fim o termo situação de fronteira, tratado a seguir.

2.1.1 Cidades gêmeas, situação geográfica e situação de fronteira.

> Enquanto as leis do Estado-Nação funcionam de forma horizontal onde todos, sem distinção, estão sob sua égide e suas imposições, na fronteira, existe um escopo legal dividido em *duas* partes. Dista muito de ser um espaço isonômico. São duas legislações que se impõem (ou se contrapõem): de forma *horizontal* para um lado e *vertical* para o outro e vice-versa. É como se o indivíduo fronteiriço vivesse em dois estados (sólido e gasoso), cuja necessidade imperativa é se adaptar (OLIVEIRA, 2005).

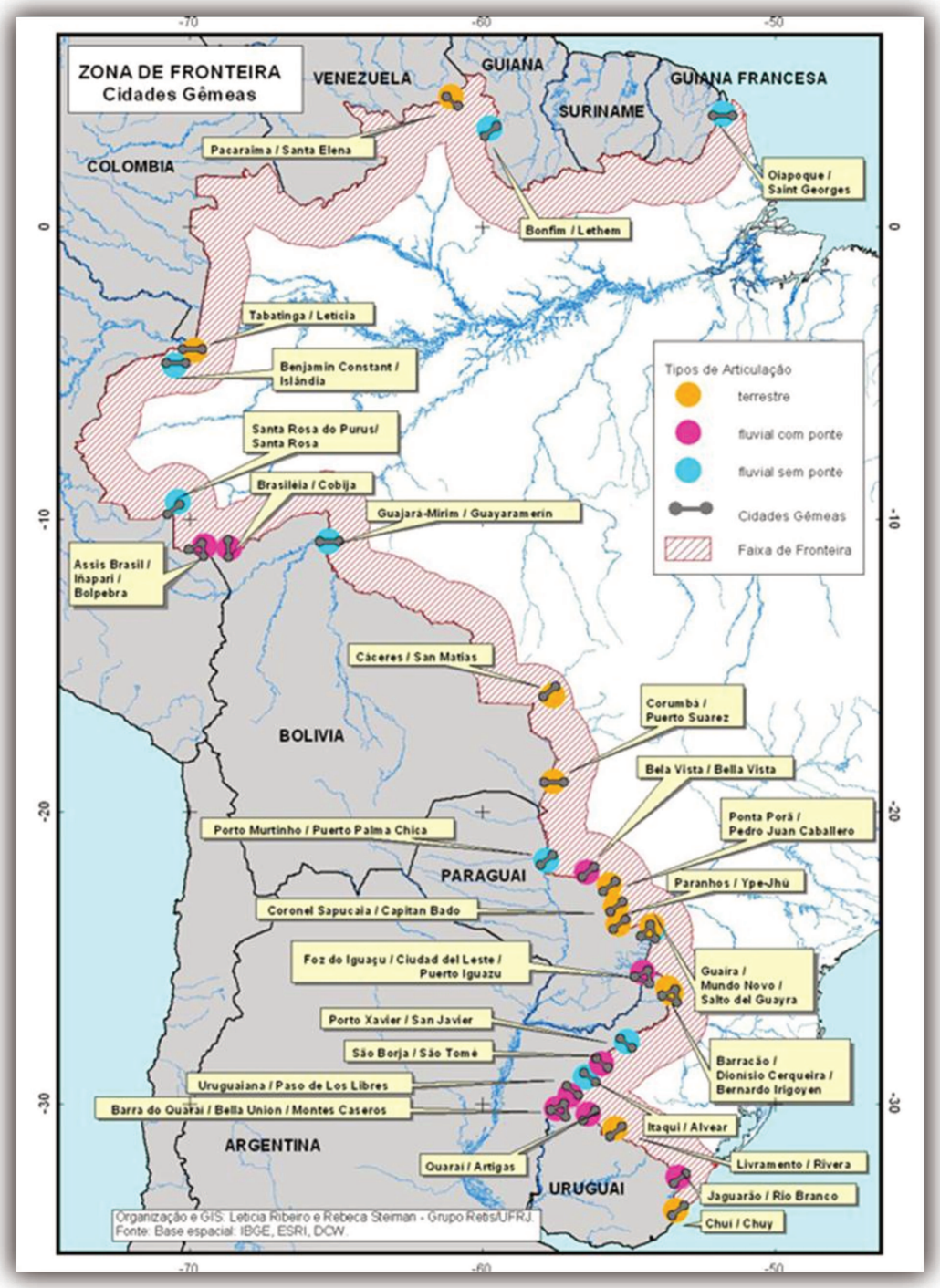
O termo "cidades gêmeas" permite representar cidades fronteiriças que se tornaram extremamente relacionadas. Núcleos urbanos simétricos postados em ambos os lados de uma fronteira, são definidos por Cortesão *apud* Couto e Silva (1967) como "centros formadores de fronteira". Com o auxílio de redes variadas, tais cidades acabam por desenvolver grande interação e suportam variados e grandes fluxos. Formando conurbações, atravessadas pelo limite internacional de dois ou mais países, apresentam grande integração econômica e cultural.

Meira Mattos (1990) definiu cidades de fronteira como "áreas interiores de intercâmbio fronteiriço", cuja prioridade seria a presença de infraestrutura para a conexão dos interesses internacionais sul-americanos. As cidades gêmeas, de maneira estratégica, constam como fator principal das relações diversas que ocorrem na zona de fronteira, especialmente no caso do Brasil, cujas relações fronteiriças produziram cidades gêmeas por toda faixa de fronteira continental. Por apresentar infraestrutura adequada à circulação, as cidades de fronteira são os pontos por onde melhor são construídas as articulações internacionais, como são os casos das cidades objeto de nossa pesquisa. Rabossi (2004), define que

> Que haja inter-relações, no entanto, não significa pertencer a uma entidade comum. Neste sentido, a utilização do conceito de 'cidades-gêmeas' utilizado por Letícia Ribeiro (2001) é mais apropriado para analisar as relações entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, pois permite analisar as interações sem subsumi-las em uma unidade" Rabossi (2004)

A seguir temos a visualização das cidades gêmeas em toda a zona de fronteira brasileira.

Mapa 2.4 - Cidades gêmeas na zona de fronteira brasileira



Fonte: Grupo Rétis/UFRJ, 2007.

Situação geográfica e situação de fronteira

Silveira (1999) afirma que fatores originados acima do Estado compõem o período atual, o período da globalização. Apesar de tais fatores, "curtos-circuitos e arranjos instalam-se no território, graças ao encontro desses fatores com as formas do trabalho e da vida nos lugares e as mediações da formação socioespacial". Dessa forma, trazemos para nosso estudo essa rica percepção, visto que propomos o termo "situação de fronteira", derivado do conceito "situação geográfica". Assim como Silveira (1999), partimos do pressuposto que o espaço geográfico é "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações" (Santos,1996).

Silveira (1999), citando A. Bailly e H. Béguin (1982) nos diz que o sítio envolve as características do lugar, enquanto a situação se refere às relações deste com o externo, ou "um meio exterior mais longínquo". Para a autora, o conceito de "situação geográfica" está inerentemente ligado à noção de "evento". Citando Santos (1996), ela discorre que "o evento é um veículo de uma ou algumas possibilidades existentes no mundo, na formação socioespacial, na região, que se depositam, isso é, se geografizam no lugar". O termo "situação de fronteira" nos permite analisar os diversos eventos ocorrentes nessa porção, nessa faixa especial do território brasileiro, onde inúmeras forças, agentes se encontram e realizam transformações no espaço. Silveira (1999) afirma que "uma situação geográfica supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico". Assim sendo, nos guiando por essa premissa, estabelecemos o objetivo de, através da análise da situação de fronteira em dois pontos distintos, compreender a circulação de mercadorias na fronteira entre Brasil e Paraguai.

Para Silveira (1999, p. 2) "os eventos criam, de um lado, uma continuidade temporal, suscetível de ser cindida em períodos significativos e, de outro, uma coerência espacial que é dada pelos sistemas de eventos nos lugares". A circulação de mercadorias seria um evento significativo no cotidiano das cidades abordadas. As coerências, as solidariedades, a estrutura e a circulação fazem dessas díades lugares especiais e únicos, que merecem estudo aprofundado e isolado. A "situação de fronteira" é estabelecida de maneira singular nos lugares, com característica e coerência própria. Dentro desse entendimento, cada díade teria em sua fragmentação inúmeras situações de fronteira, com distintas e variadas causas e efeitos.

Santos (1996) afirma que a região e o lugar (tidos como sinônimos) são definições da funcionalização do mundo que nos permitem perceber o mundo de maneira prática. Porém, o autor afirma que a região e o lugar não tem existência própria. "Tanto a região quanto o lugar são subespaços subordinados às mesmas leis gerais da evolução, onde o tempo empiricizado entra como condição de *possibilidade* e a entidade geográfica entra como condição de *oportunidade*". Em se tratando de lugar e região como sinônimos, podemos pensar, em relação ao estudo de regiões fronteiriças, em formas de *acontecer solidário* (Santos, 1996) que definem nosso objeto de estudo. O autor nos diz que o acontecer solidário define a região/lugar e, em relação à nossa pesquisa, pensamos que o acontecer solidário de maneira hierárquica é o que melhor nos serve para entender as atividades e dinâmicas nos dois pontos escolhidos na fronteira (Ponta Porã e Foz do Iguaçu). Santos (1996) define o acontecer hierárquico como "resultante das ordens e da informação, provenientes de um lugar e realizando-se em outro, como trabalho". A movimentação comercial nas cidades de fronteira não são animadas pelo próprio lugar. Tanto Ponta Porã como Foz do Iguaçu tem seus fluxos contínuos de visitantes vindos de certas áreas de influência, regida principalmente pelo consumo (próprio e revenda posterior). Assim como, em teoria, o autor conclui a existência de *verticalidade* (Santos, 1996) "(...) os limites à escolha de comportamentos num lugar podem ser devidos a interesses sediados em um outro". No caso das cidades de fronteira, a movimentação viria de regiões externas à fronteira que seriam definidas pelo consumo. O acontecer hierárquico viria desse fato e regeria toda a racionalização das atividades, configuração comercial, demanda por estabelecimentos, circulação, entre outros pontos necessários à atividade comercial na fronteira. O poder do consumo, nesse caso, é absoluto. A fronteira não sobreviria sem essa demanda que movimenta constantemente o comércio paraguaio durante todos os meses do ano (com relativas altas nas datas comerciais brasileiras – calendário de compras comercial).

Santos (1996) dissertando sobre o poder da informação em unir partes distantes do território, nos fala sobre certa "força centrípeta" dos lugares de comando, ou seja, "o centripetismo do outro", a verticalidade. No acontecer solidário hierárquico, o autor define que as relações podem ser pontuais. É esse nosso objetivo geral na pesquisa, entender essas relações pontuais, com certas áreas do território tendo poder de movimentação econômica e espacial na fronteira entre Brasil e Paraguai, tomando como estudos de casos diferenciados e não comparativos as cidades de Ponta Porã (MS) e Foz do Iguaçu (PR).

Nas cidades de fronteira, formam-se certos *arranjos espaciais* (Santos, 1996), que seriam "constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores". O recorte adequado para o estudo de tais arranjos é definido pelo autor como *horizontalidades* e *verticalidades*. "De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*" (Santos, 1996).

O recorte que definiria as relações de circulação entre as cidades de fronteira e pontos de "comando" ou demanda do consumo no território brasileiro seria o da verticalidade. Diferentes pontos no território definem a circulação nas cidades de fronteira. Por exemplo, temos em nossa pesquisa que o maior consumidor de mercadorias da cidade de Foz do Iguaçu (PR) é o centro de compras popular da cidade de São Paulo, seguida de outros centros urbanos paulistas e de outros estados do Sul do País (conforme base de dados inicial da pesquisa). Já no caso de Ponta Porã a área de consumo/demanda se estenderia entre pelo próprio Mato Grosso do Sul, Paraná, Oeste do estado de São Paulo e estados da região Centro Oeste (segundo dados de trabalho de campo). Cada cidade de fronteira, em sua própria "situação de fronteira", tem uma área de influência que provoca a circulação de mercadorias à distância.

Na situação de fronteira, o acontecer solidário (Santos, 1996) se forma através de ações coerentes e de objetivos e projetos comuns – a circulação de mercadorias. Esse é um ponto em que o termo adquire um tom de especificidade (o projeto/objetivo final pode não ser de comum acordo entre as formas de acontecer solidário no conceito de situação geográfica. Na situação de fronteira, a circulação é desejada e intencional, no que se refere aos agentes). A situação de fronteira se torna assim, uma construção histórica. Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (interação em fronteira seca ocasionada por movimentos espontâneos, efetivada na região) terão em sua história conjunta fatos que produziram um presente muito singular e próprio, assim como Foz do Iguaçu e Ciudad del Este (com integração planejada na esfera do Estado Nacional).

Silveira (1999) afirma que "diante do esforço de analisar uma região, não seríamos convocados a estudar todos seus elementos conhecidos num inventário sem hierarquias, mas a compreendê-la como uma ou mais situações significativas, decorrentes da geograficização dos eventos, detectando certos problemas-chave que obrigam, com mais evidência, a uma permanente referência ao país, ao mundo e a uma indagação sobre seus dinamismos". A proposição do termo

"situação de fronteira" visa seguir tal proposição de estudo, cercando a análise das cidades de fronteira de temas ligados à circulação de mercadorias. Sendo a situação geográfica "um recorte da história do presente", a "situação de fronteira" se comporta da mesma forma, possibilitando uma compreensão genética e atual dos eventos que movimentam as cidades fronteiriças abordadas.

Desse modo, cada par de cidades conta com uma história diferenciada e especificidades locais únicas, acompanhando a definição de Silveira (1999) de que "as situações nos lugares são diferentes e sua abordagem permitirá captar o diverso", mesmo que o diverso se encontre em diferentes pontos da fronteira brasileira, na *díade* entre Brasil e Paraguai.

As contradições, segundo Silveira (1999), estão presentes na situação geográfica, pois se desenvolvem a partir dos vestígios materiais e organizacionais/normativos: "A situação é um cenário para as novas formas de produção e de vida, para as novas ações e para a implantação de novos futuros. Ela é feita de tempos que serão formas, condicionando, então, os eventos e acolhendo possibilidades".

Silveira (1999) propõe que a análise das situações seja também uma análise das existências. Em termos de situação de fronteira, nada mais adequado para se definir as formas de subsistência e consumo. Pares dialéticos são comuns nas situações geográficas, afirma a autora. Nas situações de fronteira tal fato é observável quanto ao aspecto da legalidade/ilegalidade, escala Estado Nacional/escala local, grandes estruturas de comércio/sacoleiros, nacional/internacional e principalmente no que se refere ao consumo diferenciado na fronteira e em todo o território nacional, o consumo superior e inferior (apesar de que os circuitos superior e inferior serem complementares e interdependentes).

2.2 Cidades de fronteira: Foz do Iguaçu (PR), Ponta Porã (MS) e a circulação de mercadorias do comércio paraguaio.

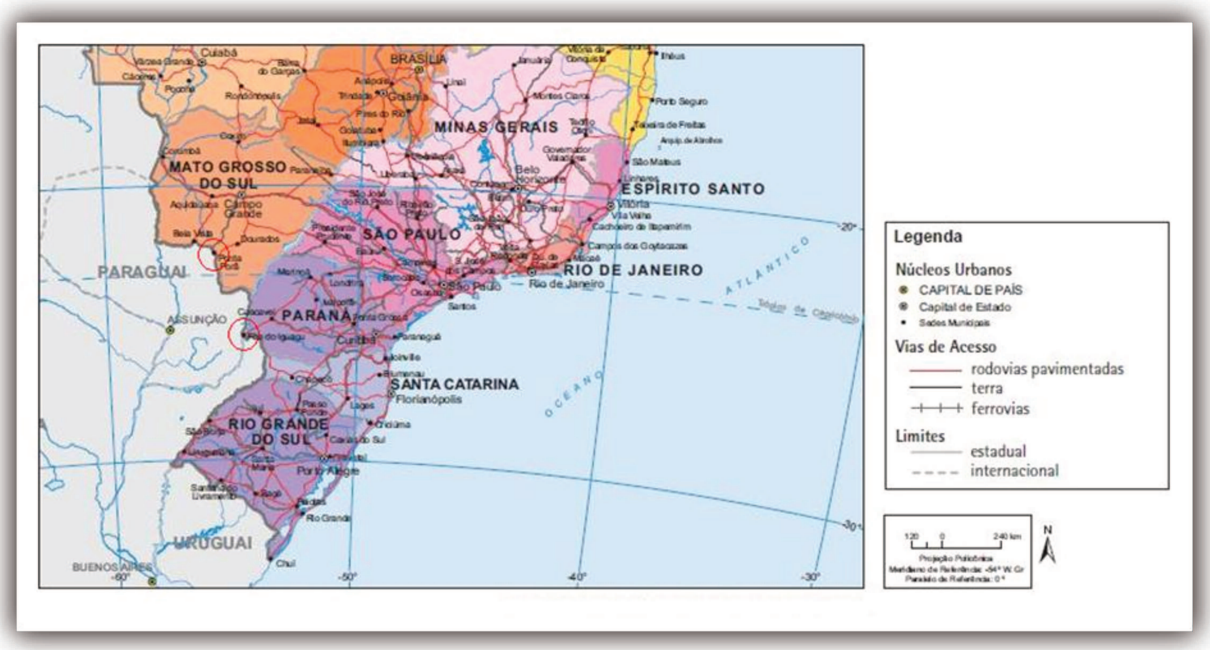
A fronteira é um ambiente plural em se tratando da diversidade das relações. Segundo Oliveira (2005) "esse ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território-nação e singulares entre si – cada fronteira é *uma* fronteira".

Essa singularidade, por sua vez, produz reflexos na população que vive em tais áreas, ou seja, "(...) las sociedades de frontera poseen uma *especificidad* innegable" Abinzano (2005).

As cidades fronteiriças podem ser vistas como pontos especiais de circulação entre territórios nacionais. Dentro deste contexto, temos, de acordo com Abinzano (2005) que "las líneas de frontera son los enclaves de las instituciones especializadas em el control de los flujos que las atraviesan: personas, mercancias, mensajes, etc". De maneira geral, esses pontos especiais de circulação que tem cotidiano próprio, porém alterado pelos fluxos constantes de pessoas e mercadorias que as atravessam diariamente.

Segundo Claval (1979) "a vida social se inscreve no espaço e no tempo. É feita de ações sobre o meio ambiente e de interação entre os homens". Em nosso estudo, abordamos as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS) como pontos especiais de circulação na fronteira entre Brasil e Paraguai. A escolha dessas cidades refere-se ao fato de que os fluxos de mercadorias que as atravessam denotam ser mais volumosos do que quaisquer outras cidades compreendidas na mesma seção de fronteira; a cobertura da mídia é bastante extensa, além da expressiva fiscalização realizada pela Polícia Federal e Receita Federal do Brasil.

Mapa 2.5 - Localização geográfica de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS), circuladas em vermelho, na fronteira entre Brasil e Paraguai.



Fonte: IBGE; Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia. Alterado pela autora.

Referimo-nos a um trecho de fronteira entre dois países. No caso, os limites territoriais facilitam ou dificultam as tentativas de controle de fluxos e de seus agentes. No caso de Foz do Iguaçu (PR) há uma barreira física que demarca a fronteira política (o Rio Paraná). Após a construção da Ponte da Amizade nos anos 1960, foi possível instalar postos de controle e vigilância na saída da ponte, de modo que a fiscalização de qualquer natureza fica facilitada, se houver empenho. No caso da cidade de Ponta Porã (MS) a situação é outra: não há limites naturais que impeçam os fluxos. A fronteira em si não tem representações visuais imediatas, nem barreiras físicas, em qualquer ponto, que impeça a livre circulação.

Estando em qualquer cidade fronteiriça, o ímpeto de circular em outro país com facilidade é grande. A interação entre as populações fronteiriças é expressiva e inevitável, por mais que as limitações sejam visíveis (como no caso de Foz do Iguaçu, que tem apenas a Ponte da Amizade como acesso ao Paraguai). Dessa forma, fica claro que o comércio segue esse ímpeto irresistível de se estender além-fronteiras, ainda mais quando há vantagens grandes envolvidas (como política de impostos baixos e possibilidade de evasão fiscal, por exemplo).

> Não há sociedade que viva totalmente fechada em si mesma: mesmo no mundo arcaico, o comércio é indispensável para a aquisição de matérias primas que faltam ao grupo. As formas de imitação e difusão pelo treinamento são múltiplas. Não se pode analisar o jogo do poder abstraindo-se do que acontece fora dos limites onde ele se exerce (CLAVAL, 1979).

Não há como dissociar o cotidiano das cidades de fronteira sem compreender lugares externos que são afetados/movimentados pelas mesmas atividades. As facilidades encontradas além-fronteiras explicam a grande atração brasileira pelo comércio paraguaio. Somado a isso, a inexistência ou falhas de fiscalização fiscal e policial/legal criam ambientes propícios ao desenvolvimento de atividades comerciais consideradas lícitas ou ilícitas, dependendo de que lado da fronteira o indivíduo se encontra.

> Quando deixamos um território nacional para entrar num outro mudamos de soberania e de sistema de poder: em cada país, deve-se tudo ao governo local e nada do vizinho. Quando examinamos as relações do ângulo do poder e da autoridade, tudo acaba nas fronteiras (CLAVAL, 1979).

O referido autor, seguindo essa linha de raciocínio, ainda afirma que "os sistemas nacionais são fundamentalmente heterogêneos. É precisamente isso que constitui a atração das fronteiras". Portanto, podemos concluir que "... tem-se nelas uma margem estreita, uma

possibilidade de mudar de soberania, segundo as atividades, os interesses ou as necessidades", onde se procura obter o melhor de cada espaço.

Nas cidades fronteiriças, portanto, temos uma situação singular, passível de observação, com as devidas particularidades, em toda a faixa de fronteira brasileira. Para tal análise, Claval (1979) nos apresenta o termo *efeito-fronteira*, que nos permite uma análise mais fiel aos acontecimentos cotidianos das cidades fronteiriças. O *efeito-fronteira* pode ser entendido como um condicionamento que a região de fronteira aplica a seus habitantes (mesmo sendo em uma fronteira separada por uma barreira física, como no caso da cidade de Foz do Iguaçu ou em uma situação de fronteira seca, onde o *efeito-fronteira* é ainda mais visível). Tal condicionamento se aplica em diversos níveis e orienta desde a vida social dos cidadãos, medidas políticas em escalas distintas (municipal, estadual e nacional) e até estratégias comerciais de empresas em busca de maior lucro e flexibilidade em impostos e mão-de-obra.

> Por muito tempo o efeito-fronteira ligado ao contato de duas soberanias foi limitado a uma zona de alguns quilômetros, de um lado e de outro – aquilo que se pode facilmente percorrer no âmbito dos deslocamentos cotidianos para trabalho ou compras. Os operários iam trabalhar em fábricas estrangeiras para conseguir remuneração maior; os industriais instalavam suas oficinas a dois passos de sua sede social, mas além das alfândegas, para que seus produtos escapassem às proteções tarifárias. Todos lucravam com as facilidades de que dispunham os moradores da fronteira na aquisição de artigos de que tenham necessidade, ao melhor preço. Hoje a faixa em que essas migrações são praticadas tem, com frequência, 30 a 40 quilômetros de largura; aos deslocamentos cotidianos se acrescentam as viagens de fim de semana ou férias; uma grande parte da população sofre as tentações de fronteira. (CLAVAL, 1979).

O deslocamento de pessoas em direção às cidades de fronteira produz efeitos que podem ser considerados positivos e negativos para a cidade em questão. Há aumento populacional considerável em finais de semanas e feriados comerciais, o que aumenta a demanda por serviços de alimentação, fiscalização e apoio em rodovias e serviços hospitalares [4]. Tais efeitos são objetos de acordos entre prefeituras (a prefeitura de Ponta Porã (MS), por meio de reuniões com a prefeitura de Pedro Juan Caballero (Departamento de Amambay, PY) determinou certa

[4]Através dos trabalhos de campo e denúncia de jornais locais, pudemos constatar que na cidade de Ponta Porã o hospital da cidade (planejado para atender apenas o número de habitantes do município) atende também grande parte da população paraguaia e um expressivo número de turistas semanalmente (há socorro às mulheres que buscam remédios abortivos em Pedro Juan Caballero (PY) e os tomam em plena fronteira; tal fato é corriqueiro na cidade – há uma média de 15 casos semanais, segundo o jornal local O Progresso).

organização do espaço comercial fronteiriço, em um acordo que veladamente deixou as instalações comerciais mais ao lado paraguaio da fronteira, enquanto a maioria dos restaurantes e instalações de serviços do mesmo gênero localiza-se do lado brasileiro da fronteira, segundo informações coletadas em trabalho de campo e entrevista com a Secretaria de Turismo de Ponta Porã). No caso de Foz do Iguaçu os acordos são de outra natureza, em razão da separação física causada pelo Rio Paraná. Os acordos entre prefeituras, no caso, atendem a casos de controle de epidemias como sarampo e dengue, entre outros problemas em comum.

O interesse que mais move a fronteira, inegavelmente é a circulação de mercadorias. Dependendo da flutuação do câmbio-referência ou dominante, no caso o padrão dólar, a população encontra preços mais favoráveis ora na cidade brasileira, ora na cidade paraguaia. Tal comportamento gera consequências na configuração urbana das cidades gêmeas, gerando atrofiamento de alguns estabelecimentos e profusão de outros (como supermercados[5], por exemplo).

Para Claval (1979) a situação de grande interação entre populações fronteiriças gera uma situação desconfortável para os estados menores, pois "a proximidade dos mercados estrangeiros cria uma pressão não desprezível: a maior mobilidade da população provoca, portanto, o enfraquecimento das soberanias nacionais".

[5]No caso da cidade de Ponta Porã tal fenômeno é facilmente observado. Não há na cidade supermercados desenvolvidos, uma vez que o consumo é realizado em grande parte nos supermercados/hipermercados paraguaios localizados bem na linha de fronteira.

Fotografia 2.5 - Fluxo de veículos convergindo para a Ponte da Amizade, em direção ao Paraguai

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 10/09/2008.

O autor prossegue em sua análise acerca das interações fronteiriças e afirma que "às relações econômicas acrescentam-se as trocas culturais. Adquirem-se, com frequência, num país vizinho, novas ideias, uma ideologia estruturada segundo princípios até então ignorados, instituições ou modos de organização da vida social". O espaço social fronteiriço é ordenado pelas trocas e pelo consumo, local e de lugares longínquos.

> As relações internacionais se inserem, de início, no nível das sociedades civis dos países que colocam em contato: as pessoas trocam bens, serviços, tomam ou concedem empréstimos, difundem ideias ou comentam o que se faz em outros lugares. Os fluxos desse tipo aumentam muito depressa em nosso mundo: a mobilidade dos bens e das pessoas e a transparência mais completa provaram movimentos mais numerosos, trocas mais frequentes (CLAVAL, 1979).

A vida de relações nas cidades gêmeas é animada pela circulação; primeiramente, entre os próprios habitantes do lugar e depois, pelas pessoas atraídas de lugares próximos e distantes em busca do consumo de mercadorias na fronteira. Em se tratando deste consumo, ele subdivide-se em vários tipos, alimentando diversos circuitos além-fronteiras. Tal consumo cria, por sua vez, especializações no espaço comercial fronteiriço, resultando numa configuração única, com estruturas voltadas aos diversos tipos de consumidores.

> Nunca é demais lembrar que as pessoas somente sobrevivem porque se complementam, as divisões sociais do trabalho consolidam e respaldam os motivos de viver de cada um; as cidades também somente existem por que se complementam com outras cidades no palco da divisão territorial do trabalho. Todavia, na fronteira existe algo mais (OLIVEIRA, 2005).

Fotografia 2.6 - Aduana da Receita Federal do Brasil na entrada da Ponte da Amizade

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 10/09/2008.

Segundo Oliveira (2005) não há no ambiente fronteiriço, especialmente nas cidades gêmeas, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaça sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas. Há, por sua vez, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. É um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos, ou seja, ao consumo, ao dinheiro (OLIVEIRA, 2005).

Fotografia 2.7 - 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado de Ponta Porã, situado a poucos metros da fronteira com o Paraguai

Fonte: Trabalho de campo realizado em 02/10/2011.

O autor afirma que, no passado (até não muito distante), a singularidade fronteiriça possuiu um significado (quase) exclusivamente militar. A questão é simples: a segurança militar ali localizada estava submetida à lógica intransigente da preservação e não da expansão. Nos dias que correm, ainda que a presença militar na fronteira seja real, ela não passa de uma presença limitada e reduzida, e do ponto de vista 'da função', ineficiente e torpe. Há uma inversão da lógica: da preservação para a expansão

Fotografia 2.8 - Veículo do exército, na realização da Operação Ágata. Rodovia Dourados-Ponta Porã (MS)

Fonte: Trabalho de Campo. 18/09/2011.

"Não há expansão do território (como estava traduzida a lógica da preservação), mas sim, a expansão das relações de trocas e, na expansão – daquilo que, no dizer de Santos (2004b), podemos chamar – da *territorialidade"* afirma Oliveira (2005).

Fotografia 2.9 - Presença da Polícia Militar nas imediações da Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR)

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 10/09/2008.

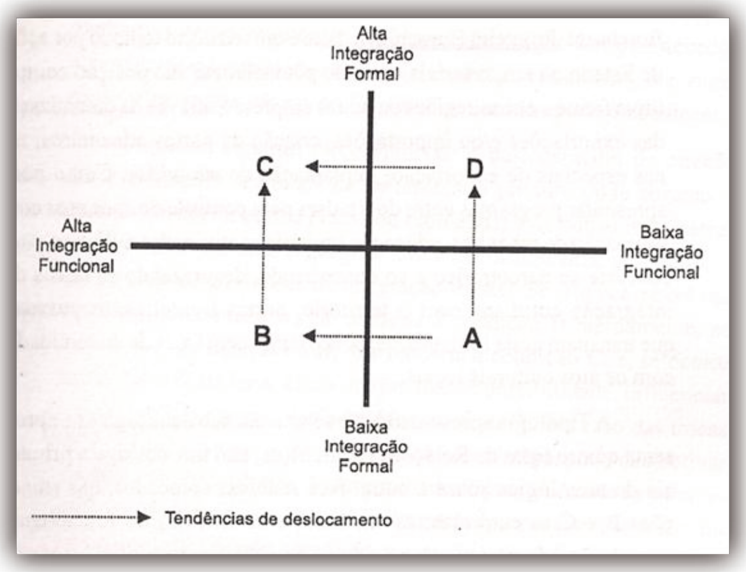
Segundo Oliveira (2005) a fronteira não é uma só e, para compreendê-la, devemos depreender as especificidades de seus fluxos e suas conexões íntimas com o território. Sendo assim,

> ...podemos dizer que, enquanto perspectivas: a população e a economia fronteiriça clamam pela ampliação da integração *funcional*; enquanto, o Estado, tentará, por todos os meios, instituir regras que limitem a funcionalidade e amplie a integração *formal* (OLIVEIRA, 2005).

O autor afirma que se pode classificar a região da fronteira baseando-se em duas lógicas centrais: a lógica da integração funcional e a lógica da integração formal. Com a ajuda desta dupla condição de integração ele determina uma tipologia de relações fronteiriças, que nos permite "verificar uma diferença acentuada entre as localidades, empresas, etc, caracterizados pela presença de relações de troca com outro país".

A tipologia foi construída, segundo o autor, "colocando-se de um lado, a intensidade e fragilidade de relações *formais* de trocas e, de outro, a intensidade e fragilidade de relações *funcionais* de trocas". Assim temos quatro tipos diferentes de relações fronteiriças.

Diagrama 2.3 - Tipologias de relações fronteiriças



Fonte: Oliveira (2005).

Oliveira (2005) considera que, como a sociedade em geral, "a fronteira ou é dinâmica ou sofre reflexos de dinamismos externos" e que se considerarmos que "a fronteira é mais porosa e

permeável do que outras partes dos territórios nacionais" não se pode considerar que a posição delas é estática.

Os dois exemplos de cidades fronteiriças trabalhados nesta pesquisa contêm características que as localizam, segundo a tipologia apresentada, na categoria Alta integração formal com alta integração funcional, sendo classificadas como Fronteiras vivas.

Tabela 2.4 - Tipologias de relações fronteiriças segundo Oliveira (2005)

TIPOLOGIAS DE RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS (Oliveira, 2005)		
Situação A	Baixa integração *formal* com baixa integração *funcional*	Fronteira Morta
Situação B	Baixa integração *formal* com alta integração *funcional*	Território Perigoso
Situação C	Alta integração *formal* com alta integração *funcional*	Fronteiras Vivas
Situação D	Alta integração *formal* com baixa integração *funcional*	Fronteira Burocrática

Fonte: Elaborado pela autora com base em Oliveira (2005).

Com tamanha integração, são notórias as atividades comerciais de produtos importados nas cidades fronteiriças, assim como também é grande o impacto que tais atividades geram no consumo em algumas cidades do Sul e Sudeste brasileiro. Como já discutido, a política de impostos no Paraguai mantém os mesmos em níveis reduzidos, o que gera grande diferença nos preços de produtos importados em comparação à carga tributária brasileira. Há décadas é vantajoso comprar mercadorias no Paraguai com ou sem o pagamento do devido imposto de importação, o que gera um grande fluxo de pessoas, principalmente nas cidades fronteiriças.

Segundo Rabossi (2004), no contexto de integração, a dinâmica que se instala pelo limite internacional "só pode desenvolver-se *apesar* desse limite internacional", apesar dos controles instaurados para regular o fluxo das mercadorias e das pessoas. O autor afirma que tal fato "produz uma situação singular: o fato de ser um espaço de inter-relações que se estrutura a partir de diferenças", onde "ambos os elementos se pressupõem e não se cancelam, contrariamente às imagens de alguns retratos que o apresentam como um espaço homogêneo".

Nesse sentido há, com relativa naturalidade, o florescer das relações de troca, do comércio e da circulação. Rabossi (2004), levando a fronteira em foco, afirma que

> o espaço é uma variável das oportunidades. A possibilidade de conseguir produtos que não se encontram ou cujos preços são menores noutro lugar sempre foi um dos motores do comércio, das grandes viagens e das caravanas.

O autor confirma que, nesse contexto, Ciudad del Este ocupa um lugar fundamental como centro de provisão de mercadorias para milhares de pessoas que empreendem longas viagens para realizar suas compras.

As cidades paraguaias atraem pela oferta de mercadorias a preços mais baixos que os brasileiros. A atração estende-se a vários tipos de consumo, que moldam o espaço comercial fronteiriço. Sobre os tipos de consumidores Rabossi (2004) revela que "de forma genérica, a categoria turista é utilizada para referir-se a qualquer pessoa que, atravessando a fronteira, chega à cidade para realizar compras".Dentro dessa classificação, há o comprador que compra para fins de revenda e o que compra para si. "De fato, a categoria turista se desdobra de acordo com essa diferença, sendo os primeiros chamados de *compristas* enquanto os segundos são *turistas-turistas"*.

As mercadorias assumem o papel fundamental no contexto da circulação na fronteira entre Brasil e Paraguai. E, assim como há diferentes tipos de compradores, há por sua vez diferentes tipos de comércio.

> Com o tempo, alguns comerciantes passaram a ser representantes exclusivos de tal ou qual marca e produto, sendo distribuidores ou vendedores diretos. Os comerciantes, trabalhando em locais ou na rua, passaram a ser intermediários entre os importadores e os que chegavam à cidade (RABOSSI, 2004).

Basicamente, há o comércio de rua, ambulante ou em barracas pequenas, há o comércio de pequenas e médias lojas e há o comércio das megalojas de departamentos (também chamados de autoservices por Rabossi (2004)). De acordo com essas estruturas tem-se também a diversificação de mercadorias. Geralmente, os produtos de baixo valor agregado/falsificações têm maior saída nas barracas de camelôs e pequenas lojas, atraindo mais os *compristas*, que revendem a mercadoria em outras cidades. Já as médias e grandes lojas, que começaram a aparecer nas cidades paraguaias por volta do ano 2000, mais confortáveis e com estrutura voltada ao *turista-turista*, oferecem mercadorias de alto valor agregado e originais. Essa divisão acaba por produzir

fluxos que denotam uma possível divisão territorial do trabalho na fronteira: Foz do Iguaçu atrairia mais turistas-compristas em razão da travessia até o Paraguai ser trabalhosa e Ponta Porã, com menos fiscalização, seria um destino mais aprazível para o *turista-turista*, com estruturas que oferecem conforto e familiaridade ao comprador de itens caros. Rabossi (2004) aponta uma mudança significativa no comércio de Ciudad del Este, onde houve "a mudança de um centro comercial de artigos importados para turistas para um centro regional de produtos importados (massificados) para revendedores (em partes – um tipo de comércio não exclui o outro)". De modo geral, o surgimento de grandes estruturas de comércio mudou a rotina na fronteira, seja em qualquer cidade ao longo da zona fronteiriça com o Paraguai.

Fotografia 2.10 - Loja "Shopping China", um autoservice de enormes proporções.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 02/10/2011.

Nos autoservices "a mercadoria é exposta em prateleiras em grandes locais onde não é necessária a figura do empregado que atende cliente por cliente. Os preços são públicos e disponíveis ao lado dos produtos". Essas grandes estruturas são apontadas por Rabossi (2004) como marcos da decadência dos pequenos vendedores ("*mesiteiros*") e símbolos de uma nova configuração de consumo na fronteira. O autor afirma que, em relação à diferenciação de consumidor,

> a distinção entre sacoleiro e turista está associada a uma certa escala de valores. O primeiro é uma pessoa que vive do comércio e as compras realizadas em outras cidades são precisamente para se prover de mercadorias. O segundo é uma pessoa que viaja para realizar compras não

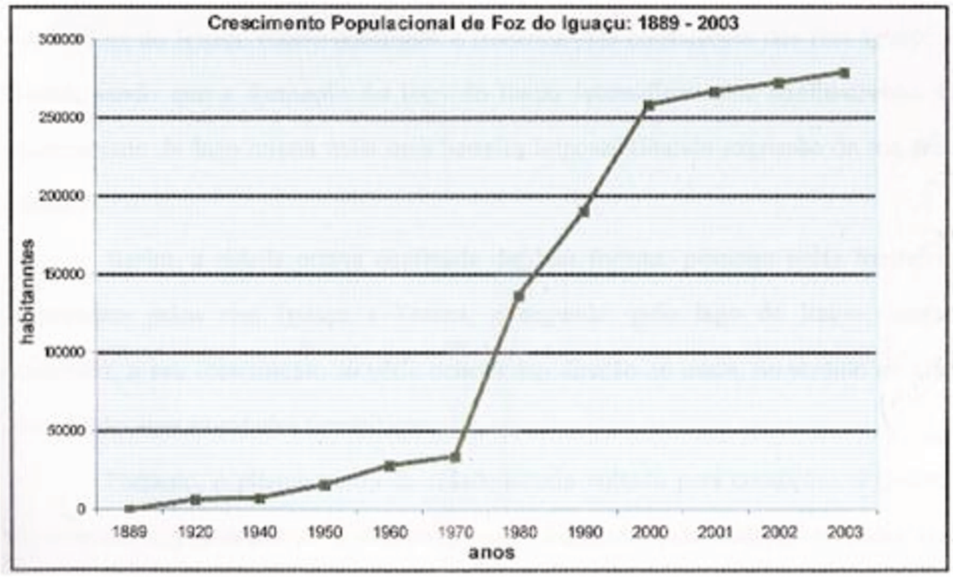
> com a intenção de comercializá-las senão para o uso pessoal. Implícita fica a ideia de que esta última atividade é mais 'respeitável', como se a compra para uso pessoal –o consumo final- enobrece-se o ato de comprar.

Concluindo, Rabossi (2004), ao relatar a atratividade de Ciudad del Este no que se refere à oferta de mercadorias, afirma que "centralidades e periferias não se estendem em um plano homogêneo de relações entre espaços mas que as mesmas se constituem de forma intrincada entre as diversas dimensões que constituem cada uma dessas posições". De fato, o circuito de consumo materializado em Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS) é parte de uma complexa rede de nós, formando um circuito espacial produtivo guiado pelo consumo, cuja expressão maior é a circulação de mercadorias em todo o território nacional.

Foz do Iguaçu (PR)

Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do Paraná, e faz fronteira com o Paraguai e a Argentina, formando uma tríplice fronteira. Sua população total, segundo o Censo do IBGE para o ano de 2010 é de 256.088 habitantes, sendo que 99,17% residem na zona urbana e 0,83% residem na zona rural. A cidade é centro turístico e econômico da região. Surgiu como Colônia Militar no século XIX, em razão do potencial estratégico da área de fronteira. Naquela época havia na região espanhóis e ingleses, dedicados à extração da erva-mate e de madeira que eram exportadas via rio Paraná. A presença militar na região pretendeu disciplinar a atividade econômica e garantir a posse do território pelo Brasil. A cidade desenvolveu-se, inicialmente, atrelada a estratégia de controle territorial. Sempre alvo de interesses geopolíticos, as medidas tomadas para seu controle acabaram por influenciar todo o Oeste Paranaense.

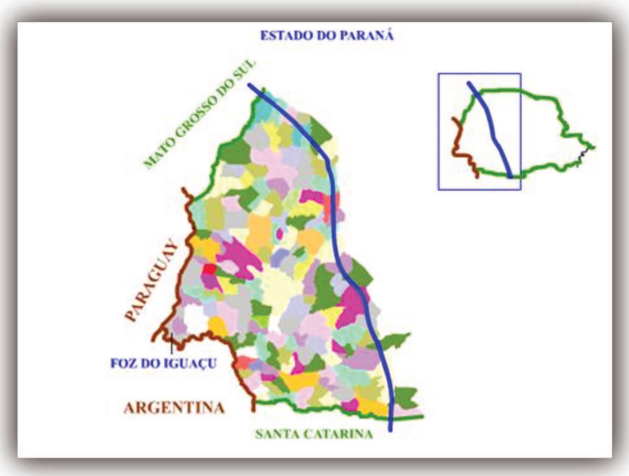
Gráfico 2.2 - Crescimento populacional de Foz do Iguaçu (1889-2003)



Fonte: Roseira (2006).

A construção da BR 277 (viabilizada em 1970) e da Usina Binacional de Itaipu (construída de 1970 a 1982) são marcos importantes para o povoamento e constituição de uma nova economia regional.

Figura 2.A - Representação da Faixa de Fronteira Brasileira no Estado do Paraná



Fonte: IBGE; Alterado pela autora.

Sua “gêmea” paraguaia, Ciudad del Este, é a segunda mais importante cidade do Paraguai. Fundada em 1957, com cerca de 250.000 habitantes, está a 5 km do centro de Foz do Iguaçu e é considerada um dos maiores centros comerciais latino-americanos. O crescimento de Ciudad del Este está inegavelmente ligado ao dinamismo que cerca as relações fronteiriças. A cidade apresenta importante atividade econômica de reexportação de produtos importados. Seu movimento comercial é considerável: são milhares de lojas de eletroeletrônicos, brinquedos, roupas, bebidas, importados de vários países norte-americanos e europeus, e também dos principais pólos produtores da Ásia. O comércio local tem circulação anual de aproximadamente, US$ 15 bilhões (Rabossi, 2004), valor que o coloca no mesmo patamar de importância de outros centros comerciais mundiais, como Miami, Cidade do Panamá e Hong Kong.

Fotografia 2.11 - Imagem de Satélite da Seção Fronteiriça entre Foz do Iguaçu (PR) e Ciudad del Este (PY)

Fonte: Imagem coletada com uso do software Google Earth® versão 5.2.1.1588 (Data da imagem: 06/09/2006). Editado pela autora.

O crescimento comercial de Ciudad del Este está relacionado a sua consolidação como centro de compras e de abastecimento de produtos importados para milhares de comerciantes e compradores, principalmente brasileiros.

Foz do Iguaçu é um centro urbano muito bem desenvolvido, em grande parte graças ao turismo (tanto natural quanto de compras). A cidade possui rede de transporte eficiente, ligando pontos distantes com sucesso. O comércio é muito bem desenvolvido, apesar da proximidade com o comércio paraguaio de Ciudad del Este. Como o único contato com o Paraguai (e Argentina) é via pontes, Foz do Iguaçu desenvolveu-se sem alterações que cidades em situação de fronteira seca apresentam.

Ponta Porã (MS)

Ponta Porã é um município brasileiro localizado no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Constitui uma área conturbada internacional com a cidade Pedro Juan Caballero, capital do departamento de Amambay, no Paraguai. Está distante 350 quilômetros da cidade de Campo Grande, capital do Estado. Ligada por meio de Rodovia Federal, que também dá acesso aos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Sua população total, segundo o Censo do IBGE para o ano de 2010 é de 77.872 habitantes, sendo que 79,7% residem na zona urbana e 20,3% residem na zona rural.

Segundo Oliveira (2005) toda a região de contato da cidade foi, na passagem do século XIX para o século XX, do lado brasileiro palco do "grande latifúndio do oeste", de domínio da *Cia. Matte Laranjeiras* que explorou, sob concessão, todos os ervais em território brasileiro localizado na faixa entre os Rios Paraná e Paraguai.

> Talvez, o ponto de partida para entendermos todo o processo de aproximação dos povos da fronteira seja a exploração da Erva-mate (*ilex paraguaryensis*). Enquanto a maioria dos ervais era explorada do lado brasileiro, a mão-de-obra utilizada era proveniente do lado paraguaio (...) a rica história produzida por essa exploração dos ervais na fronteira foi a propulsora de criação de cidades e vilas, do aproveitamento do criatório bovino para alimentação e transportes, da criação de portos e vias de circulação, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio (OLIVEIRA, 2005).

Dentro da estrutura e tipologias propostas pelo autor, Ponta Porã se classifica como tipo C de integração fronteiriça, descrita por Oliveira (2005) como região "onde mora o perigo". O autor

afirma que Pedro Juan Caballero e Ponta Porã formam uma "conurbação vibrante, recheada de ações *formais* e complementaridades *funcionais* plurais".

Fotografia 2.12 - Marco de fronteira internacional entre as cidades de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY).

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 18/09/2011.

Segundo Oliveira (2005), Ponta Porã e Pedro Juan Caballero formam uma conurbação onde habitam cerca de 150 mil e estabelecem um nível de convivência com intensa complementaridade. Levando em conta a presença de contrabando, narcotráfico e outras ilegalidades, o autor revela que "suas dimensões não ultrapassam os índices das outras cidades do mesmo porte da América Latina. Senão o contrário, esta conurbação apresenta índices de violência menores que a cidade de Dourados".

> O nascimento, quase concomitante, destas cidades com um crescimento e com características muito próximas, desde a exploração da erva-mate, sempre impôs limites ao avanço, indiscriminado de uma parte sobre a outra, possibilitando criar uma interação recheada de inter-relações históricas, culturais e sociais (OLIVEIRA, 2005).

Ponta Porã, em razão da situação de fronteira seca, tem sua configuração urbana razoavelmente afetada pelo comércio paraguaio. Certos estabelecimentos comerciais, como supermercados por exemplos, são razoavelmente pequenos e mal desenvolvidos se comparados

aos similares paraguaios situados bem na linha de fronteira. A estrutura comercial destas cidades gêmeas é, antes de tudo, complementar; o consumo é orientado pela flutuação de três moedas: o dólar, o real e o guarani.

Figura 2.B - Representação da Faixa de Fronteira Brasileira no Estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: IBGE; Alterado pela autora.

Fotografia 2.13 - Imagem de Satélite da Seção Fronteiriça entre Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY).

Fonte: Imagem coletada com uso do software Google Earth® versão 5.2.1.1588 (Data da imagem: 13/06/2010). Editado pela autora.

3. FISCALIZAÇÃO E DESTINAÇÃO DE MERCADORIAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

> Na região de fronteira há complementaridades de toda ordem, todos sabemos, o que as transforma em subsistemas abertos pouco condicionados às amarras das burocracias estatais. As coisas, os fatos, os atos – enfim, a vida – que ocorre ali, é movida por necessidades e/ou vontades que fogem dos grilhões do escopo legal (OLIVEIRA, 2005).

Para compreendermos a complexidade da relação existente nas cidades de fronteira temos que, primeiramente, voltar nossa atenção às interações espaciais capazes de realizar transformações no espaço. As cidades gêmeas são um perfeito exemplo de alta interação espacial, base das relações de troca em um território (Corrêa, 1997), capaz de produzir alterações no espaço em um período relativamente curto de tempo. São milhares de pessoas que, diariamente, atravessam a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, atravessando também, deste modo, fluxos incomensuráveis de mercadorias, sendo que a fiscalização presente não é capaz de controlar os volumes que transitam entre os dois países.

Fotografia 3.14 - Ponte Internacional da Amizade, com Ciudad del Este ao fundo

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 10/09/2008.

A circulação de mercadorias pode ser enquadrada como uma interação espacial que envolve diversos atores em diversas escalas. A interação espacial deve ser vista, segundo Corrêa (1997), como parte do processo de transformação social, e não como simples deslocamentos de pessoas e mercadorias. As interações refletem, segundo o autor, as diferenças de lugares, as interações seriam assimetrias que denunciam as necessidades de um lugar face ao outro e acabam por ampliar as diferenças, transformando os lugares.

Fotografia 3.15 - Veículos apreendidos com contrabando na década de 1960

Fonte: Mostra de fotografias da Inspetoria da Receita Federal de Ponta Porã. Trabalho de Campo realizado em 02/10/2011.

As interações se baseiam nas relações humanas; por isso só são compreensíveis quando expostas e somadas à história e geografia instável do homem. Elas estarão, portanto, onde se reproduza o capital (Corrêa, 1997). As interações espaciais, especialmente no caso de nossa pesquisa, envolvem o deslocamento aos centros interurbanos de mercadorias, sendo que estas são provenientes de uma verdadeira hierarquia dos lugares, desde o polo produtor (a maioria das mercadorias são provenientes de países asiáticos), passando pelos megacentros distribuidores (as cidades paraguaias Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero) e chegando aos centros urbanos dispersores das mercadorias (comércio popular da rua 25 de Março e entorno, por exemplo).

Cada lugar participa diferentemente na hierarquia, sendo que, curiosamente, o controle vem do consumo, ou seja, da parte final da cadeia, que seria também centro dispersor. Há

verticalidade (Santos, 1996), ou seja, as cidades brasileiras consumidoras comandariam as atividades ligadas ao circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979) na fronteira.

O comércio gêmeo tem, entre suas características, o fato de manter uma complexa circulação na fronteira para alimentar seu funcionamento, além de ser fortemente dependente de economias externas e de seus centros consumidores. Estes comandam as atividades de maneira indireta, através de um calendário de compras cujos picos se devem a datas importantes do comércio. São as ditas comemorativas, tais como: Dias das Mães, Dia dos Pais, Natal, entre outras. Tais datas têm espaçamento relativamente curto entre elas, o que mantém o ritmo de compras constante no comércio em geral. O mesmo acontece com o comércio gêmeo, grande e principal irradiador de mercadorias para abastecer os mercados consumidores das regiões brasileiras, principalmente o comércio popular da cidade de São Paulo.

Fotografia 3.16 - Aduana da Receita Federal na entrada da Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR).

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 10/09/2008.

Segundo Corrêa (1997), as interações espaciais são influenciadas pela distância, diminuindo de intensidade ao passo que a distância aumenta. Conforme pudemos constatar durante o andamento da pesquisa, o fluxo que parte de São Paulo em direção às cidades gêmeas é majoritário, volumoso e constante.

No que se refere aos dados empíricos obtidos no decorrer da pesquisa, trabalhamos com dados oficiais cedidos pela Receita Federal. Assim, podemos ter dimensão da importância do

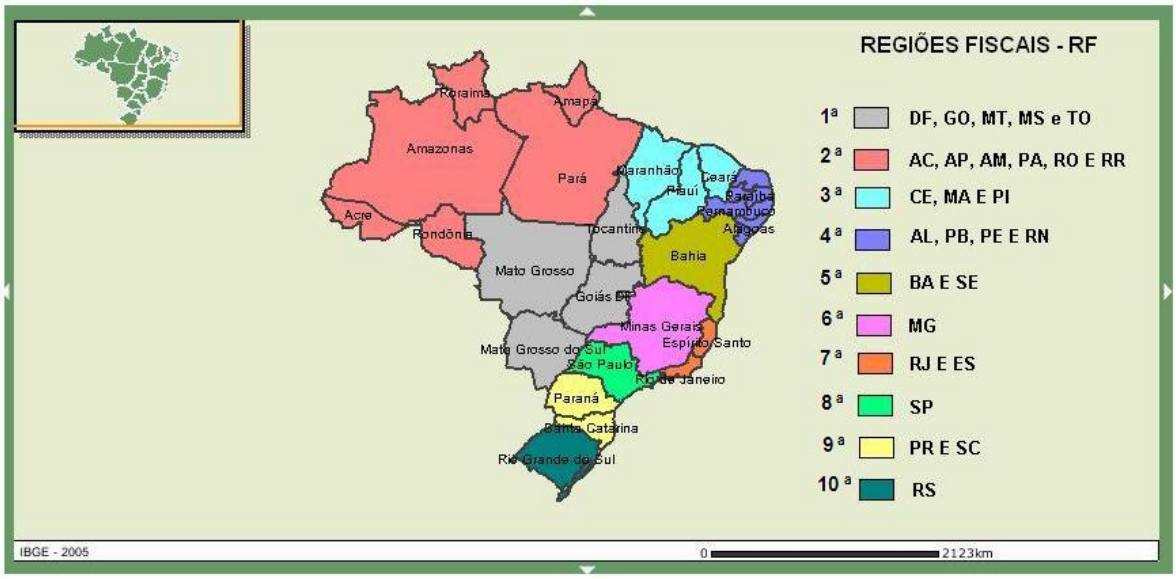
comércio praticado e dos valores circulantes entre a fronteira e o interior do País consultando o valor de mercadorias apreendidas.

Fotografia 3.17 - Apreensão de café em Ponta Porã, na década de 1960

Fonte: Mostra de fotografias da Inspetoria da Receita Federal de Ponta Porã. Trabalho de Campo realizado em 02/10/2011.

A Receita Federal regionaliza o Brasil em Regiões Fiscais, organizando os valores apreendidos de acordo com cada Região.

Mapa 3.6 - Regiões Fiscais – Divisão da Receita Federal do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal sobre base cartográfica do IBGE.

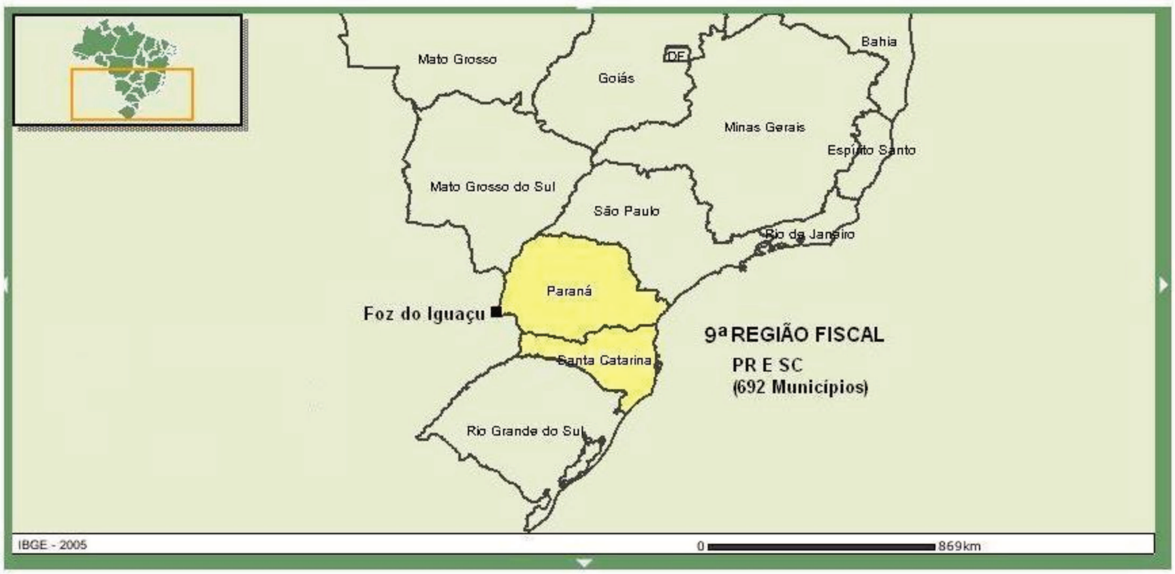
São dez as Regiões Fiscais definidas pela Receita Federal. Para nosso estudo, isolamos a análise dos dados nas Regiões Fiscais 1 e 9, ou seja, nas Regiões que compreendem os valores de apreensão nas cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS).

Através do endereço eletrônico da Receita Federal obtivemos os dados, abertos ao público, de apreensão de mercadorias por Região Fiscal, sem discriminação de quantidade por estados ou cidades. Para mensurarmos a importância em apreensão e circulação de mercadorias nas cidades gêmeas contempladas em nosso estudo, solicitamos, através de visita técnica, e obtivemos o valor de apreensão em Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS). Assim, nos dois casos, pudemos "filtrar" essas cidades do resto das cidades que compõem a Região Fiscal e comprovar o grande volume anual que corrobora nossas hipóteses de grandes fluxos nessas áreas em direção constante ao resto do País (e em especial os grandes centros consumidores e revendedores de mercadorias, como a cidade de São Paulo).

Primeiramente, apresentamos os dados comparativos de Foz do Iguaçu (PR) com a 9ª Região Fiscal e, posteriormente, apresentamos os dados comparando as apreensões em Ponta Porã (MS) e a 1ª Região Fiscal.

Foz do Iguaçu e a 9ª Região Fiscal: Mercadorias apreendidas

Mapa 3.7 - Foz do Iguaçu e a 9ª Região Fiscal



Fonte: Produzido pela autora a partir de base cartográfica do IBGE.

Fotografia 3.18 - Fiscalização na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR).

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 10/09/2008.

A seguir apresentamos os valores apreendidos em mercadorias, destacando a cidade de Foz do Iguaçu (PR) do conjunto de cidades que integram a 9ª Região Fiscal (composta pelos estados de PR e SC).

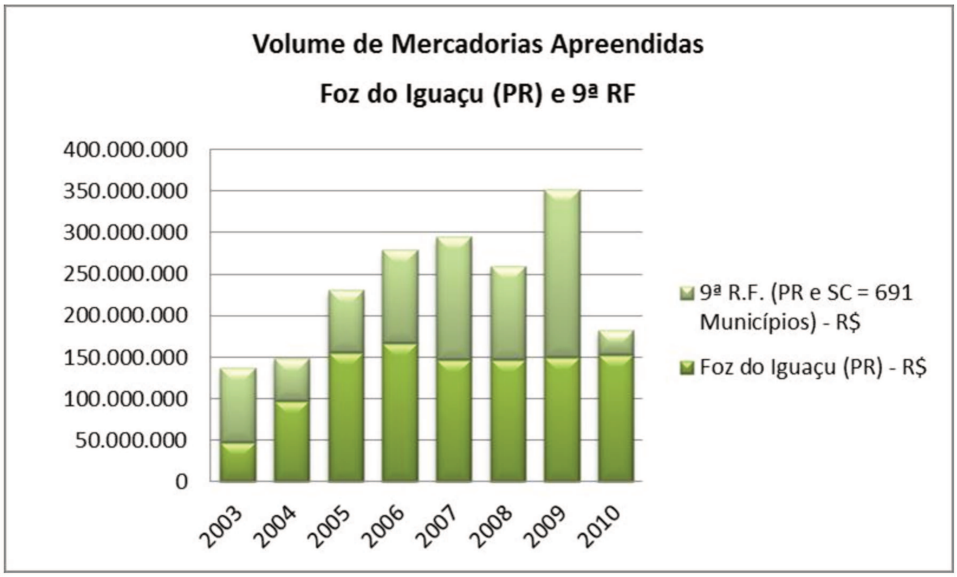
Tabela 3.5 - Mercadorias apreendidas: Foz do Iguaçu (PR) e 9ª Região Fiscal

Ano	Foz do Iguaçu (PR) - R$	9ª Região Fiscal PR e SC = 691 Municípios - R$	Total da 9ª Região Fiscal 692 Municípios
2003	47.386.899	89.918.425,59	137.305.324,59
2004	97.287.407,80	51.527.428,13	148.814.835,93
2005	155.816.455	75.005.665,66	230.822.120,66
2006	167.166.978,58	111.640.883,21	278.807.861,79
2007	147.550.557,20	146.762.925,67	294.313.482,87
2008	147.565.794,60	112.235.326,67	259.801.121,27
2009	149.806.530,18	202.134.764,91	351.941.295,09
2010	153.453.067,20	29.389.377,66	182.842.444,86
	*2010 até mês 09		*2010 até mês 07

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

A seguir, o gráfico originado a partir da tabela comparativa acima:

Gráfico 3.3 - Volume de mercadorias apreendidas: Foz do Iguaçu (PR) e 9ª Região Fiscal



*2010: volume de mercadorias até o mês de julho.
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

Podemos observar claramente a grande importância de Foz do Iguaçu (PR) e/ou a eficiência em apreensões em seus domínios no que se refere à interceptação de mercadorias em estado considerado ilegal. Considerando que o total apresentado equivale ao total de cidades de dois estados da federação (Paraná e Santa Catarina, resultando em 691 municípios) é indiscutível o nível altíssimo de circulação entre as gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Nota-se que a partir do ano de 2004, segundo o gráfico, que Foz do Iguaçu é responsável por mais da metade das apreensões de mercadorias na 9ª Região Fiscal. Os valores se mantém estáveis no período que segue até o ano de 2010 (incluindo a ressalva de que os valores para este ano só vão até o mês de julho). O aumento dos valores apreendidos revela uma maior eficiência da fiscalização da Receita Federal ou até um aumento da circulação de mercadorias nesse ponto da fronteira entre Brasil e Paraguai.

Ponta Porã e a 1ª Região Fiscal: Mercadorias apreendidas

Mapa 3.8 - Ponta Porã e a 1ª Região Fiscal

Fonte: Produzido pela autora a partir de base cartográfica do IBGE.

Fotografia 3.19 - Inspetoria da Receita Federal em Ponta Porã (MS)

Fonte: Trabalho de campo realizado em 02/10/2011.

A seguir apresentamos os valores apreendidos em mercadorias, destacando a cidade de Ponta Porã (MS)do conjunto de cidades que integram a 1ª Região Fiscal (composta pelos estados de MS, MT, TO, GO e DF.

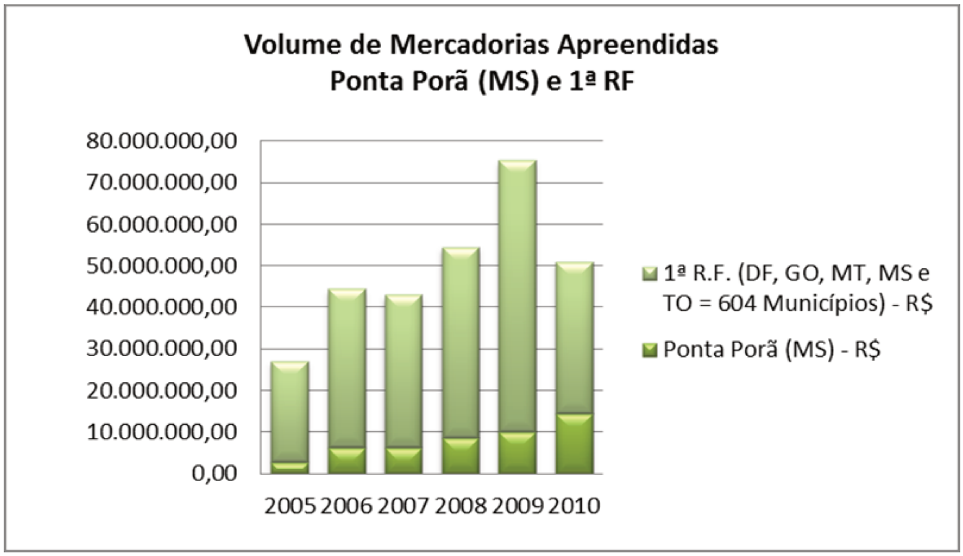
Tabela 3.6 - Mercadorias apreendidas: Ponta Porã (MS) / 1ª Região Fiscal

Ano	Ponta Porã (MS) - R$	1ª Região Fiscal DF, GO, MT, MS e TO = 604 Municípios R$	Total da 1ª Região Fiscal 605 Municípios R$
2005	2.807.007,94	24.232.205,72	27.039.213,66
2006	6.238.854,10	38.252.212,46	44.491.066,56
2007	6.210.531,56	36.796.124,52	43.006.656,08
2008	8.751.933,22	45.703.011,79	54.454.945,01
2009	10.187.518,38	65.176.474,83	75.363.993,21
2010	14.530.085,30	36.521.808,75	51.051.894,05
	* 2010 até mês 09		* 2010 até mês 07

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

Ponta Porã (MS) apresenta uma razoável participação em relação à sua Região Fiscal e, no geral, os dados indicam que o volume pertencente à cidade é crescente e constante. A seguir temos o gráfico originado da tabela anterior, onde podemos visualizar de maneira apropriada a crescente participação e volume de apreensões de mercadorias em comparação com os municípios da 1ª Região Fiscal.

Gráfico 3.4 - Volume de mercadorias apreendidas: Ponta Porã (MS) / 1ª Região Fiscal



*2010: volume de mercadorias até o mês de julho.
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

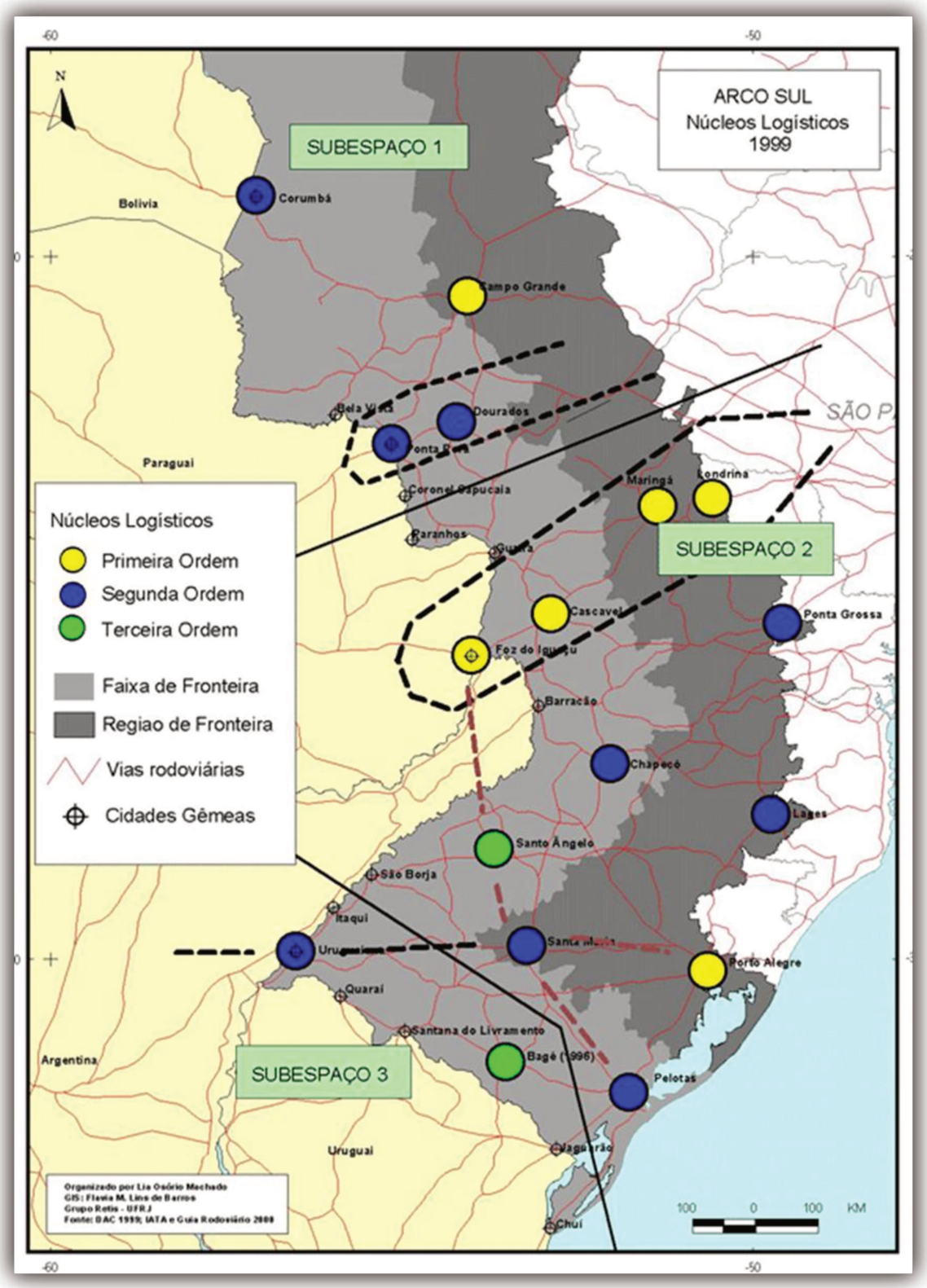
Apesar do volume de apreensões na cidade de Ponta Porã indicar pouca expressão, devemos destacar que as quantias são consideradas altas para um único município (levando-se em conta que toda a 1ª Região Fiscal abrange quatro estados e o Distrito Federal). Conforme podemos comprovar na visualização do gráfico, Ponta Porã se afirma como importante ponto de entrada de mercadorias, com fluxo constante e com tendência a maiores valores apreendidos, visto que, para o ano de 2010 os dados fornecidos pela Receita Federal vão até o mês de julho (e já denotam crescimento nos números de apreensão na cidade de Ponta Porã). Podemos pensar, assim como em qualquer ponto de circulação e fiscalização, em duas hipóteses: a fiscalização da Polícia Federal está mais efetiva ou ocorre um aumento significativo dos fluxos no decorrer dos anos.

Fotografia 3.20 - Barreiras do exército na rodovia que liga Dourados à Ponta Porã – Operação Ágata do Governo Federal.

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 18/09/2011.

Tanto Foz do Iguaçu (PR) quanto Ponta Porã (MS) são consideradas núcleos logísticos expressivos, que abrigam inúmeros fluxos além de mercadorias comuns (fluxos de drogas e medicamentos e armamento pesado, por exemplo). No mapa a seguir temos a classificação das cidades pela qual Foz do Iguaçu (PR) é considerada um núcleo logístico de Primeira ordem, enquanto Ponta Porã (MS) é classificada como núcleo logístico de Segunda Ordem (sendo que a ordem varia até a terceira colocação).

Mapa 3.7 - Núcleos logísticos do arco sul na região de fronteira brasileira.



Fonte: Grupo Rétis/UFRJ, 2008.

Apreensão e destinação de mercadorias

A apreensão de mercadorias é realizada pela Polícia Federal nas rodovias brasileiras. Em decorrência de suas investigações, a Receita Federal pôde traçar um perfil das redes logísticas que realizam o transporte das mercadorias, em uma rota Brasil/Paraguai. As definições e os termos são definidos pela Receita Federal:

●*Batedores:* responsáveis pelos contatos, vigilância a BR 277 e pontos de fiscalização e pela formação dos comboios;

●*Facilitadores:* os quais juntamente com os batedores são responsáveis pela contratação de equipes e contatos que eliminam os riscos dos transportes;

●*Exército de cidadãos desempregados seviciados pelas organizações criminosas:* pessoas empregadas pelo crime organizado para transpassar mercadorias e assumir a responsabilidade tributária e criminal em nome de seus patrões;

●*Transportadores:* empresas cadastradas para o turismo eventual e em menor escala e autorizadas a realizar o transporte regular de passageiros, bem como ônibus clandestinos utilizados para transportar os produtos do crime.

●*Hotéis e guarda-volumes:* utilizados para armazenar temporariamente as mercadorias;

●*Veículos de passeio, vans, táxis e motos:* utilizados para passar mercadoria pela fiscalização na fronteira e eventualmente, em condições adversas durante as operações, levá-las até o destino.

Tais definições puderam ser constatadas em trabalhos de campo, onde tais descrições tomam forma no cotidiano nos circuitos de fronteira entre Brasil e Paraguai. A tipologia das mercadorias apreendidas segue o padrão de consumo usual da população, exceto no que se refere a apreensões de armas, drogas ilícitas e máquinas industriais de grande porte.

Abaixo, apresentamos uma tabela disponibilizada pela Receita Federal onde estão os tipos mais comuns de mercadorias apreendidas e seus dados comparativos de crescimento para o ano de 2010, em Foz do Iguaçu (PR).

Tabela 3.7 - Resultado da fiscalização em 2010. Apreensões de mercadorias– Foz do Iguaçu (PR)

Tipologia	Total (Valores em US$)	Evolução em Relação 2009
	Ano	Ano(%)
Bebidas	138.954,00	63%
Brinquedos	969.901,00	32%
Cigarros	4.406.921,00	1%
Eletrônicos	9.840.719,00	98%
Informática	3.760.534,00	37%
Mídia Ótica Gravada	654.011,00	229%
Mídia Ótica Virgem	670.620,00	-74%
Perfumes	785.190,00	76%
Relógios	1.065.018,00	50%
Vestuário	2.999.697,00	60%
Outras Mercadorias	6.751.184,00	67%
Veículos	17.180.288,00	50%
TOTAL	49.223.037,00	44%

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2010. Modificada pela autora.

Nota-se que o maior aumento em relação ao ano de 2010 se deve à Mídia Ótica Gravada (muito populares nos centros urbanos, de qualquer porte), assim como Eletrônicos, Perfumes, Bebidas e Vestuário. A destinação das mercadorias apreendidas segue diversos caminhos, desde doações/incorporações a entidades e órgãos públicos, decisão favorável à pessoa autuada, destruição e por fim, os leilões.

As doações e incorporações foram constatadas em nossos trabalhos de campo; comumente, *notebooks*, computadores, acessórios de informática e projetores são encaminhados às Universidades Federais e à própria Polícia Federal e Receita Federal.

Fotografia 3.22 - Posto Fiscal Aduaneiro na década de 1960.

Fonte: Mostra de fotografias da Inspetoria da Receita Federal de Ponta Porã (MS). Trabalho de Campo realizado em 02/10/2011.

Através do gráfico, a seguir, podemos ter uma amostra da diversificação da destinação de mercadorias apreendidas, por meio da análise dos dados publicados pela Receita Federal para o ano de 2010.

Podemos constatar que a maior parte das apreensões (33,4%) é destruída, ou seja, é o equivalente aos volumes de drogas e armas sob custódia da Polícia Federal. A incorporação a entidades e a órgãos públicos atingem 9,8% e 24,7% respectivamente, e funciona como explicitado anteriormente. A alienação das mercadorias (cerca de 19,2%) nos leva a uma análise mais detalhada da atividade dos leilões e seus reflexos no território brasileiro, dentro de um contexto de um circuito espacial produtivo de escala planetária/mundial.

Gráfico 3.5 - Destinação de mercadorias apreendidas pela Receita Federal

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2010.

Leilões realizados pela Receita Federal

Uma das formas de destinação que nos chama a atenção em nosso estudo são os leilões. As mercadorias levadas a leilão consistem em produtos apreendidos pela Receita Federal e/ou abandonados por seus proprietários, sem o pagamento dos tributos. Os leilões podem ser de dois tipos: leilões destinados às pessoas físicas e leilões destinados às pessoas jurídicas. Em nossa pesquisa, trabalhamos a hipótese de que os leilões seriam um mecanismo de legalização do "ilegal", ou seja, uma forma do governo reinserir no espaço econômico uma grande quantidade de mercadorias que entraram no circuito de comércio de forma considerada ilegal/criminosa.

Os leilões são realizados obedecendo ao planejamento e controle da Receita por Região Fiscal. Sendo assim, não há discriminação do local de apreensão das mercadorias, ou seja, o leilão de lotes de mercadorias provenientes de toda a Região Fiscal é realizado em posto da Receita anunciado previamente via edital no endereço eletrônico do Ministério da Fazenda.

Fotografia 3.23 - Leilão estadual de veículos realizado em Campo Grande (MS)

Fonte: Trabalho de Campo realizado em Campo Grande (MS), em 06/06/2010.

A seguir, temos os valores em arrecadação via leilões nas 1ª e 9ª Regiões Fiscais e apresentamos também a arrecadação em leilões na Região Fiscal que corresponde ao estado de São Paulo (8ª Região Fiscal). As outras regiões definidas pela Receita Federal quase não realizam leilões; por esse motivo e por não serem contempladas em nossa pesquisa, não apresentamos tabelas e gráficos referentes a elas. Para a 1ª Região Fiscal temos:

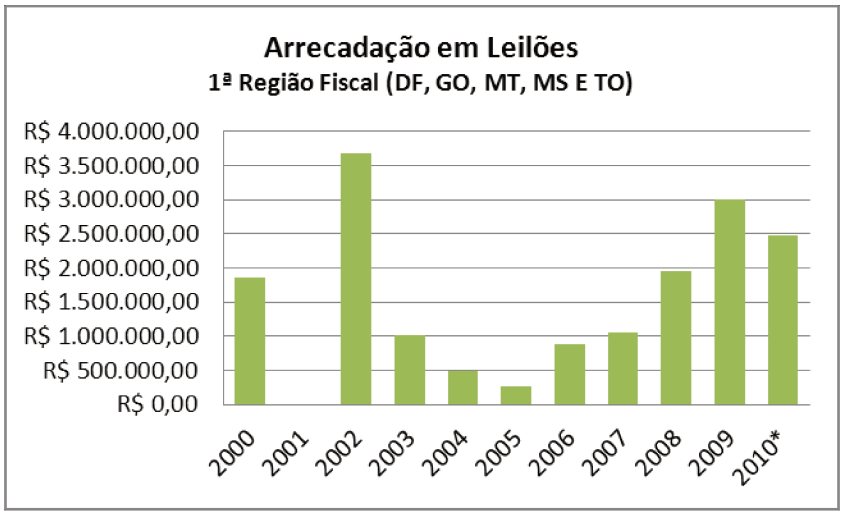
Tabela 3.8 - Arrecadação em leilões. 1ª Região Fiscal – DF, GO, MT, MS E TO

Total Série Histórica (2000 até 2010) - 1ª RF		
Ano	Total Arrecadado (J até D)	N° Leilões
2000	1.858.287,00	11
2001	0,00	0
2002	3.680.800,00	34
2003	1.009.300,00	6
2004	493.260,00	3
2005	269.330,00	2
2006	884.168,04	3
2007	1.063.200,00	2
2008	1.949.469,50	4
2009	2.999.600,00	4
2010*	2.479.500,00	2

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

A seguir, temos o gráfico originado da tabela, demonstrando a evolução da arrecadação nos respectivos estados. Onde não há demonstração de arrecadação é porque, segundo a Receita a arrecadação foi nula.

Gráfico 3.6 - Arrecadação em leilões. 1ª Região Fiscal – DF, GO, MT, MS E TO



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

Nota-se que o número de leilões realizados não é contínuo: há uma queda vertiginosa no número de leilões durante a década de 2000 (exceto o ano de 2002) e um aumento acentuado a partir do ano de 2007. O mesmo fato é observado para a 9ª Região Fiscal, que apresenta valores maiores, mas ostenta o mesmo comportamento que a 1ª Região Fiscal demonstrada anteriormente. Para a 9ª Região Fiscal temos:

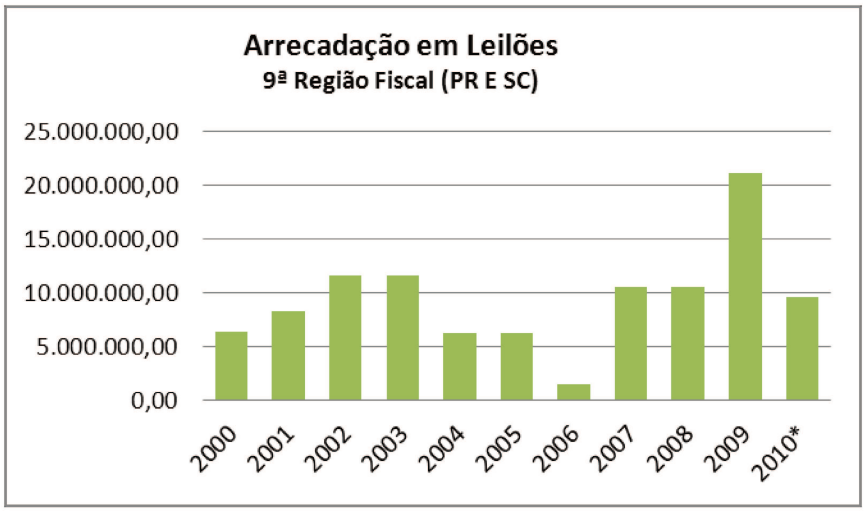
Tabela 3.9 - Arrecadação em leilões. 9ª Região Fiscal – PR E SC

Total Série Histórica (2000 até 2010) - 9ª RF		
Ano	Total Arrecadado (J até D)	N° Leilões
2000	6.432.629,00	52
2001	8.295.498,00	59
2002	11.646.725,00	39
2003	11.676.309,00	22
2004	6.222.382,00	16
2005	6.304.675,00	11
2006	1.538.630,00	4
2007	10.517.115,00	8
2008	10.562.990,00	6
2009	21.217.020,00	6
2010*	9.588.750,00	3

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

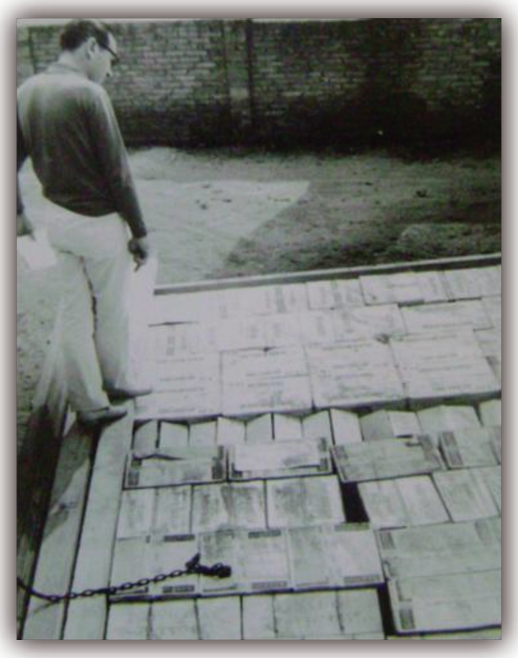
Tal fato pode ser explicado pelo aumento de fiscalização em pontos estratégicos, como rodovias. Uma vez aumentada a apreensão de mercadorias, espera-se que o número de leilões tenha, por sua vez, um leve aumento. A seguir o gráfico originado da tabela acima:

Gráfico 3.7 - Arrecadação em leilões. 9ª Região Fiscal – PR E SC



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

Fotografia 3.24 - Fiscal de renda observa apreensão de caixas de uísque em Ponta Porã, na década de 1960.



Fonte: Mostra de fotografias da Inspetoria da Receita Federal de Ponta Porã. Trabalho de Campo realizado em 02/10/2011.

Por fim demonstramos a arrecadação do maior em arrecadação por leilões, o estado de São Paulo, para efeitos de comparação com as outras regiões.

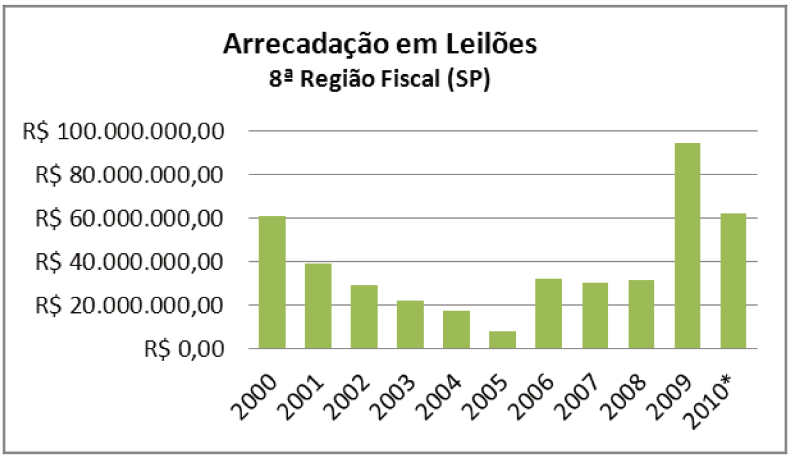
Tabela 3.10 - Arrecadação em leilões. 8ª Região Fiscal – SP

Total Série Histórica (2000 até 2010) - 8ª RF		
Ano	Total Arrecadado (J até D)	N° Leilões
2000	60.861.660,00	24
2001	39.091.750,00	17
2002	28.919.143,00	17
2003	21.938.035,00	15
2004	17.166.034,00	8
2005	7.767.090,00	5
2006	31.855.998,00	9
2007	30.284.265,00	11
2008	31.793.330,00	12
2009	94.592.340,00	19
2010*	62.213.073,00	11

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

As cifras altas se devem principalmente ao Porto de Santos e aos depósitos privados alugados pela Receita Federal para suportar o enorme volume de apreensões.

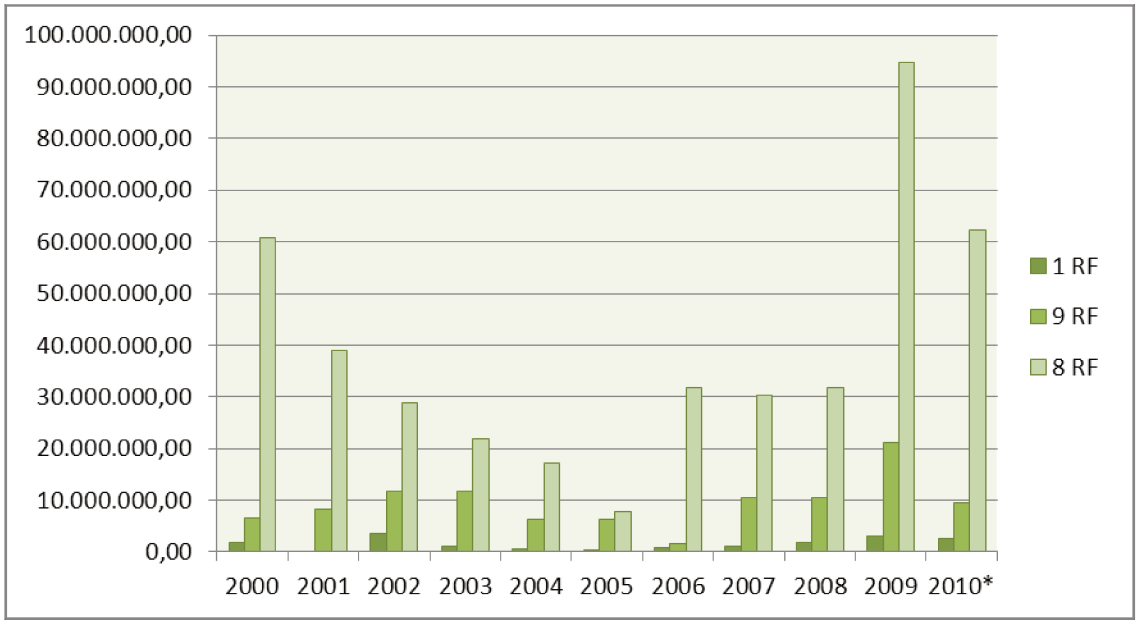
Gráfico 3.8 - Arrecadação em leilões. 8ª Região Fiscal – SP



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

Curiosamente, os leilões no estado de São Paulo apresentam a mesma queda que as regiões anteriores. Tal fato pode ser explicado por alterações políticas em decorrência de troca de partidos no poder executivo, por exemplo. A seguir, um gráfico onde há a comparação das três Regiões Fiscais analisadas.

Gráfico 3.9 - Comparação das Regiões Fiscais – Arrecadação via leilões. 1ª, 8ª e 9ª Região Fiscal



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Receita Federal.

Há medidas para transformar os leilões em uma atividade virtual, para expandir o público e evitar que os leilões sejam em locais específicos, favorecendo compradores considerados fora dos padrões pela Receita Federal (compradores em grupo). Além de tentar reduzir o volume de fraudes, o Ministério da Fazenda pretende conseguir melhores lances pelas mercadorias e aumentar a arrecadação da Receita Federal e do INSS - 60% do que é arrecadado em leilão vai para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) e o restante é destinado à seguridade social.

3.1 CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA: O PERFIL DOS ENVOLVIDOS NAS PRÁTICAS COMERCIAIS CHAMADAS DE INFORMAIS

A circulação de mercadorias na fronteira está ligada às atividades que compõem um exercício de sobrevivência dos mais pobres dentro do mercado de trabalho brasileiro. O famigerado "trabalhador informal" é, antes de tudo, um sobrevivente. Assim, ao tratarmos de assuntos ligados à sobrevivência e trabalho, logo nos defrontamos com os termos "trabalho informal" ou "informalidade" para classificar pessoas ativas economicamente, mas sem contrato formal de trabalho.

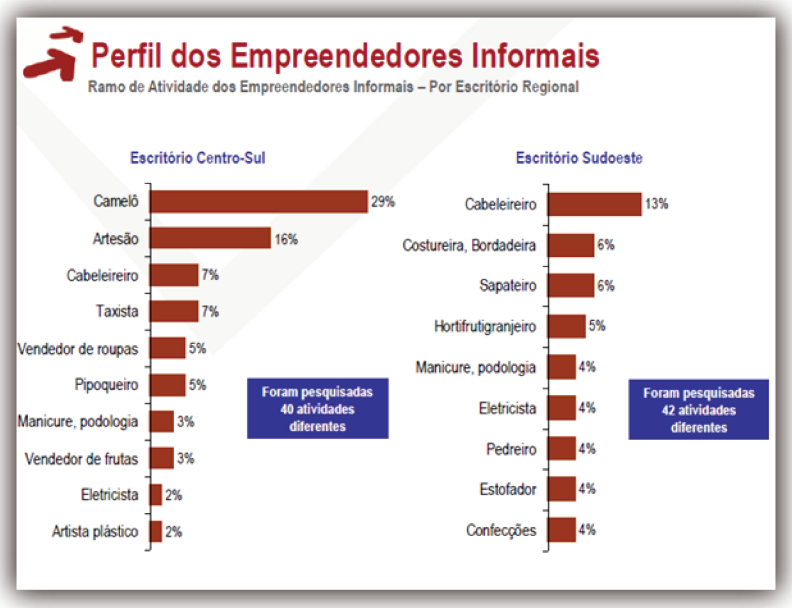
Entre as muitas classificações para o trabalhador que exerce atividades englobadas pelo circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979) temos, de maneira geral, o termo "trabalhador informal", adotado nacionalmente pelos veículos de imprensa e literatura acadêmica sobre o tema. O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) usualmente classifica tal trabalhador de maneira distinta. Para tal órgão, qualquer pessoa que exerça atividades enquadradas nas definições do circuito inferior é classificada como "empresário" ou "empreendedor" ou ainda "empresários /empreendedores Informais", cujo infortúnio e constante batalha teria o objetivo de se tornar "formal". O atendimento/objetivo do SEBRAE em cada estado brasileiro é claro: formalizar tais trabalhadores e seus empreendimentos. Diante de tal desafio, as unidades SEBRAE-PR e SEBRAE-MS têm desenvolvido pesquisas para determinar o perfil dominante das pessoas envolvidas em atividades que impulsionam a circulação de mercadorias; alguns perfis apresentados serão reproduzidos em nossa análise, para que possamos ter uma pequena dimensão sobre a realidade do "trabalhador informal", peça chave da circulação de mercadorias no território nacional.

A seguir, temos a apresentação e análise dos dados recolhidos e trabalhados pelo SEBRAE, sendo que temos, primeiramente, a análise do perfil do trabalhador para o estado do Paraná e, posteriormente, temos os índices para o perfil do trabalhador informal para o estado de Mato Grosso do Sul (em razão destes dois estados compreenderem a circulação de mercadorias e as cidades fronteiriças objeto de nossa pesquisa).

a) *Perfil do trabalhador informal no estado do Paraná (segundo pesquisa "Perfil dos Empreendedores Informais" do SEBRAE-PR).*

No gráfico a seguir temos a listagem de quais atividades concentram mais trabalhadores informais, considerados "empreendedores informais" para o SEBRAE-PR:

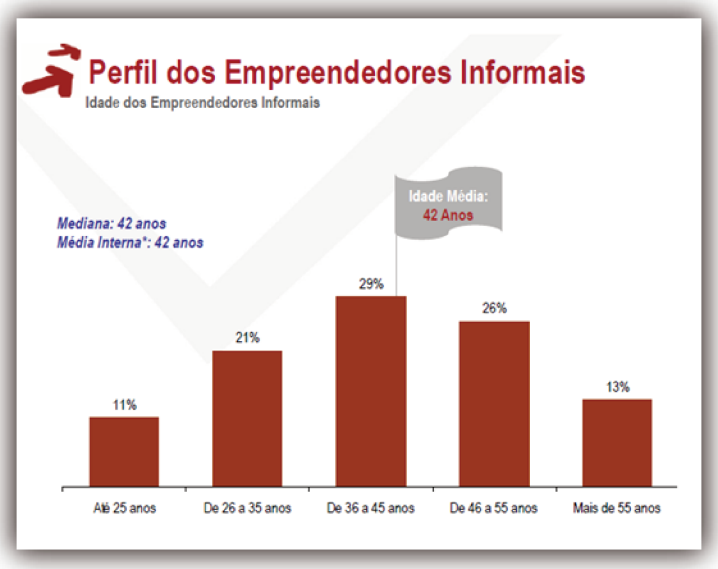
Gráfico 3.9 - Ramos de atividade do trabalhador informal (PR)



Fonte: SEBRAE - PR, 2009.

O espaço amostral da respectiva pesquisa corresponde a 831 entrevistas nas cidades de maior população do Paraná, com destaque para a cidade de Foz do Iguaçu. A atividade de "camelô" é a que mais concentra trabalhadores sem contrato formal de trabalho (29%) na região Centro-Sul e Sudoeste, com quase o dobro de trabalhadores da segunda profissão (no caso, artesão, com 16% dos trabalhadores).

Gráfico 3.10 - Idade média do trabalhador informal (PR)

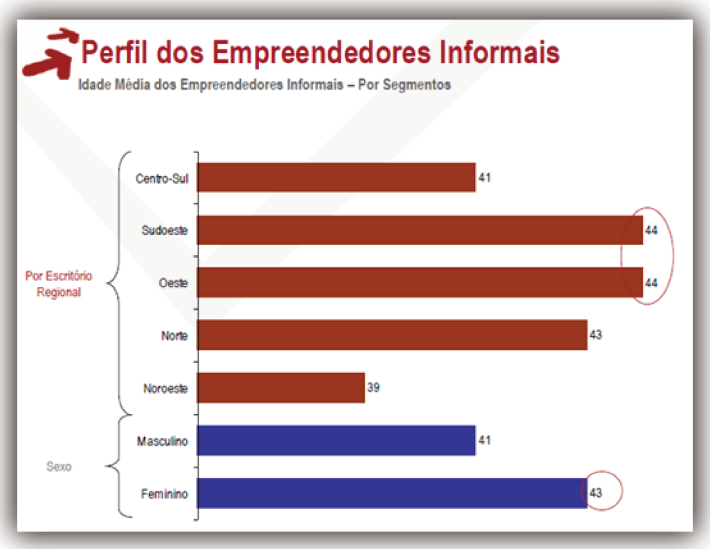


Fonte: SEBRAE - PR, 2009.

Podemos observar, com base no gráfico acima, que a idade média do trabalhador informal paranaense é 42 anos, sendo que a idade da maioria das pessoas empregadas nessas atividades consideradas informais fica entre os 26 e 55 anos.

No gráfico, a seguir, temos a informação de onde há maior concentração de trabalhadores informais, por região. A região Sudoeste e Oeste, as regiões em contato fronteiriço, apresentam os maiores índices. Entre os motivos, não seria pretensioso afirmar que as regiões com proximidade da fronteira saem na frente, entre muitos outros motivos, pelos grandes apelos turísticos do Sudoeste paranaense, ou seja, o turismo propriamente dito (Cataratas do Iguaçu, Usina Binacional de Itaipu, parques diversos, a maioria concentrada em Foz do Iguaçu) e também o turismo de compras na fronteira com o Paraguai.

Gráfico 3.11 - Idade média do trabalhador informal (PR)



Fonte: SEBRAE - PR, 2009.

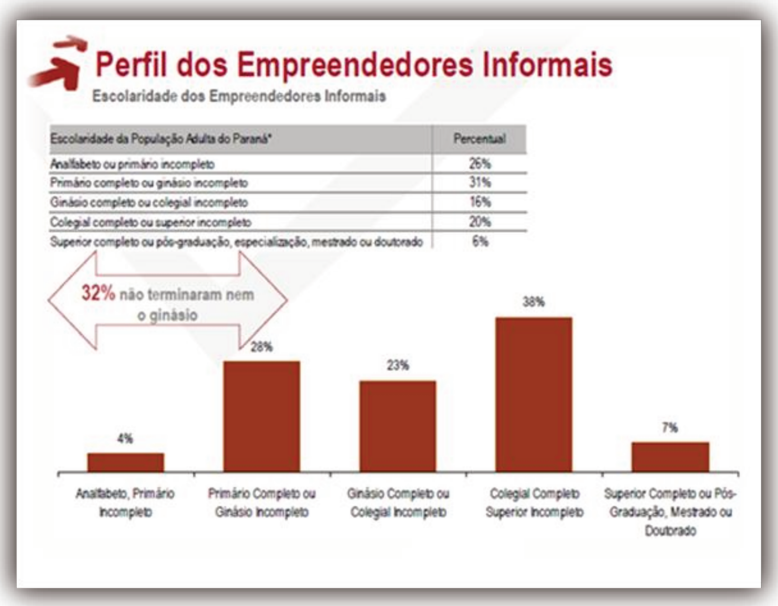
Há equilíbrio entre os sexos nas ocupações informais, conforme podemos constatar no gráfico acima.

O grau de escolaridade do trabalhador brasileiro tem relação direta com a dificuldade em arrumar emprego formalizado. A absorção do mercado de trabalho é infinitamente superior para os que têm maior grau de estudo e especialização.

A seguir, temos a indicação do nível educacional do trabalhador informal paranaense. A escolaridade dos trabalhadores ditos informais segue uma tendência diversificada, que em muito difere em relação à população adulta do Paraná (ver comparação no gráfico a seguir).

Entre os trabalhadores sem vínculos formais, temos que 38% têm o Ensino Médio completo; 28% têm o Ensino Fundamental incompleto enquanto 23% têm o Ensino Médio incompleto. O restante divide-se entre 7% com Ensino Superior completo (incluindo pós-graduados) e 4% de analfabetos.

Gráfico 3.12 - Nível de escolaridade do trabalhador informal (PR)

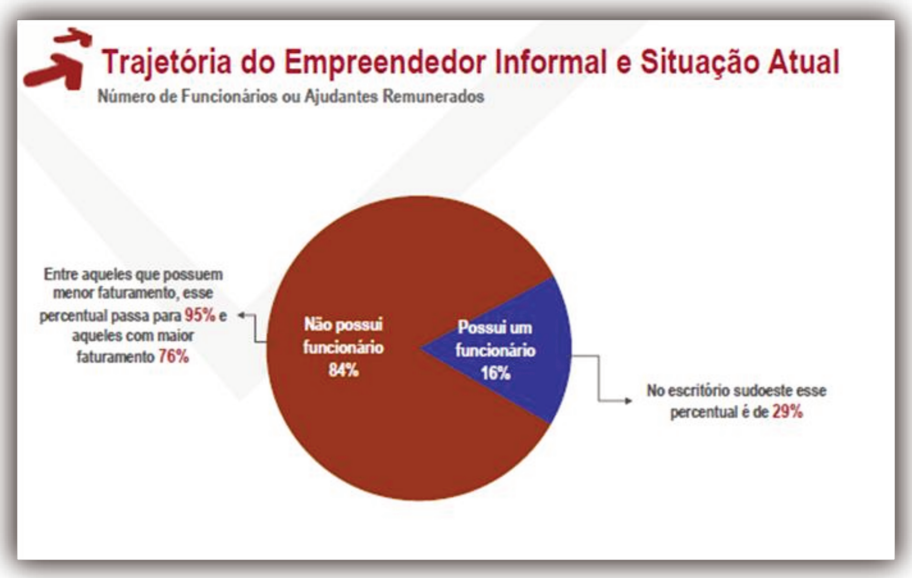


Fonte: SEBRAE - PR, 2009.

A pesquisa realizada pelo SEBRAE-PR nos permite ter ciência da situação dos trabalhadores informais de uma maneira mais exata (afinal, é uma parcela da população muito diversificada, com inúmeros motivos para a situação de informalidade). Porém, em nossa análise, procuramos evitar corroborar o diagnóstico realizado pelo SEBRAE, cuja conclusão prega que "a informalidade é, em grande parte, uma decisão individual que não se reverte com o crescimento da economia ou oferta de vagas de trabalho". A informalidade não é questão, apenas, de escolha; é antes de tudo uma forma de sobrevivência na economia capitalista (fato que se torna muito mais observável nos países de economias subdesenvolvidas).

Os estabelecimentos comerciais informais podem ser observados em qualquer cidade (pequena, média ou grande). O universo do modo de comércio dos trabalhadores informais é inesgotável em formas e maneiras de apresentar as mercadorias aos clientes. Como representante inegável dessa categoria, temos em nosso estudo o foco voltado para o *camelô* urbano, principal pulverizador de mercadorias importadas e peça final de uma cadeia de circulação de mercadorias de escala mundial.

Gráfico 3.13 - Aspectos da estrutura comercial do trabalhador informal (PR)



Fonte: SEBRAE - PR, 2009.

No gráfico acima podemos entender que o espaço comercial do trabalhador informal é, geralmente, pequeno. O maior lucro vem quando não se admite funcionários (caso de 84% dos entrevistados) e no caso dos trabalhadores com lucros ainda menores o percentual passa para 95% de trabalhadores que cuidam sozinhos do próprio negócio.

A trajetória do trabalhador informal é analisada segundo informações do gráfico a seguir. Além da forte tendência do SEBRAE em descobrir motivos a "não formalização", podemos ver que os índices apontam uma situação comum no País. A questão da sobrevivência aparece iminente, pois 21% dos entrevistados apontam desemprego formal. A maior parcela (49% dos entrevistados) indica que o trabalhador assalariado "abriu mão de um emprego com carteira assinada para ser seu próprio patrão". Em meio a um contexto no qual a informalidade é um recurso de muitos, acreditamos que essa parcela enorme de pessoas não tenha motivos muito distintos dos 21% que, simplesmente, não viram outra opção no mercado formal de empregos.

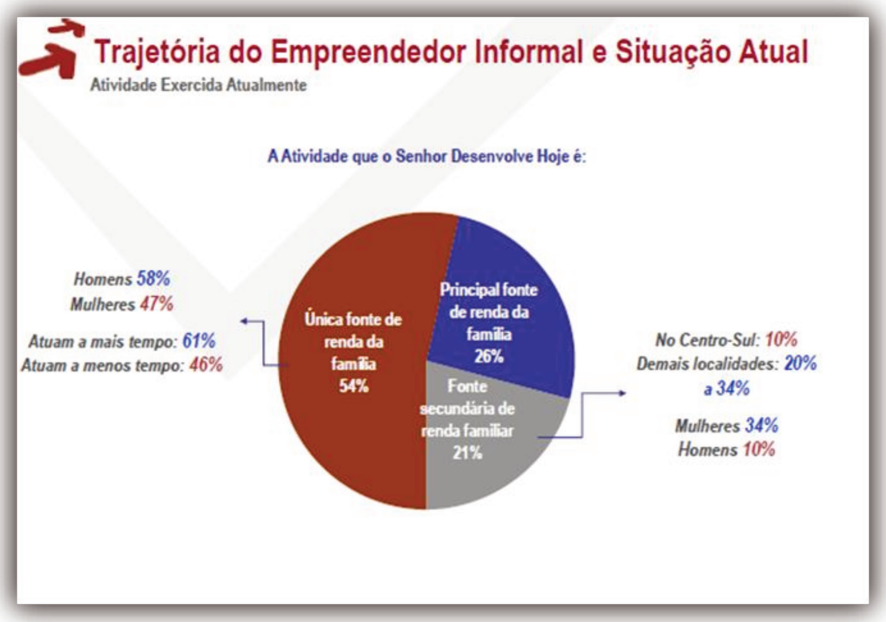
Gráfico 3.14 - Razões pessoais da situação de informalidade do trabalhador (PR).

Fonte: SEBRAE - PR, 2009.

Ainda na questão dos motivos que levam à informalidade, o próximo gráfico esmiúça a situação anterior do trabalhador paranaense (e, por consequência, do trabalhador informal brasileiro – a situação deve ser uma constante no País todo).

Segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE, 58% dos entrevistados tinham, antes da informalidade, emprego no setor privado, sem cargo de chefia. A segunda maior parcela, 27% dos entrevistados, sempre foi autônoma. Acreditamos que, por força do termo "empreendedor informal" o SEBRAE tome como desejo maior do trabalhador ser "seu próprio chefe". O desejo é real, mas não podemos deixar de considerar que esse seja o único motivo da maior parcela de entrevistados; assim como no gráfico anterior, essas duas categorias apresentam os mesmos motivos. Assim, praticamente 85% dos entrevistados estariam na informalidade por questões mais profundas, ligadas ao desemprego e sobrevivência (além, portanto, do desejo de não ter patrão).

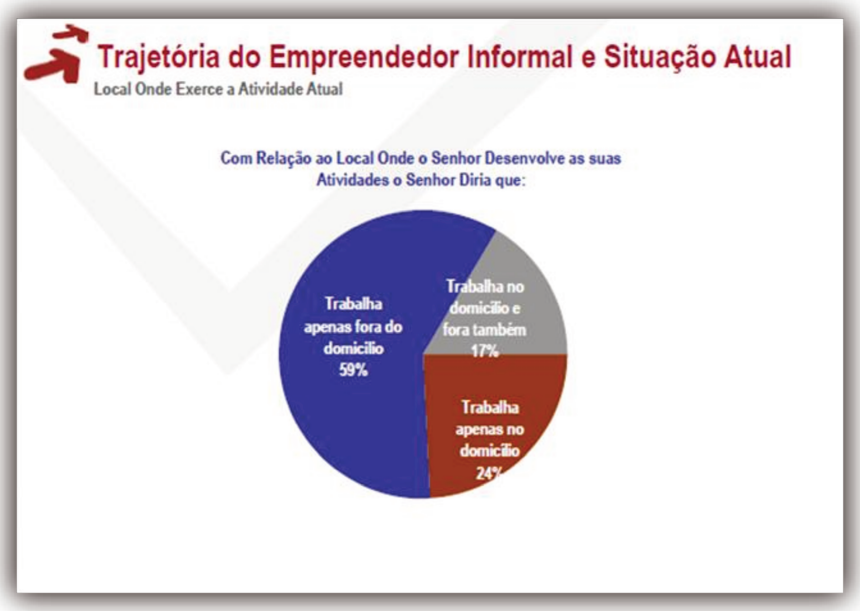
Gráfico 3.15 - Participação da renda obtida no trabalho informal no orçamento do trabalhador e trabalhadora (PR).



Fonte: SEBRAE - PR, 2009.

A renda obtida através da atividade informal é, em mais de 50% dos casos, a única fonte de renda familiar, sendo que 26% dos entrevistados informaram que a renda é a principal (mas não única) fonte de renda da família. O trabalho considerado informal tem uma importância gigantesca para grande parte da população brasileira. Apesar de ser considerado obscuro, o setor é responsável pelo sustento e participação econômica direta e indireta desses trabalhadores na economia brasileira. Afinal, com a renda obtida eles consomem e dão possibilidade de consumo ao revenderem suas mercadorias.

Gráfico 3.16 - Estrutura comercial do trabalhador informal (PR).

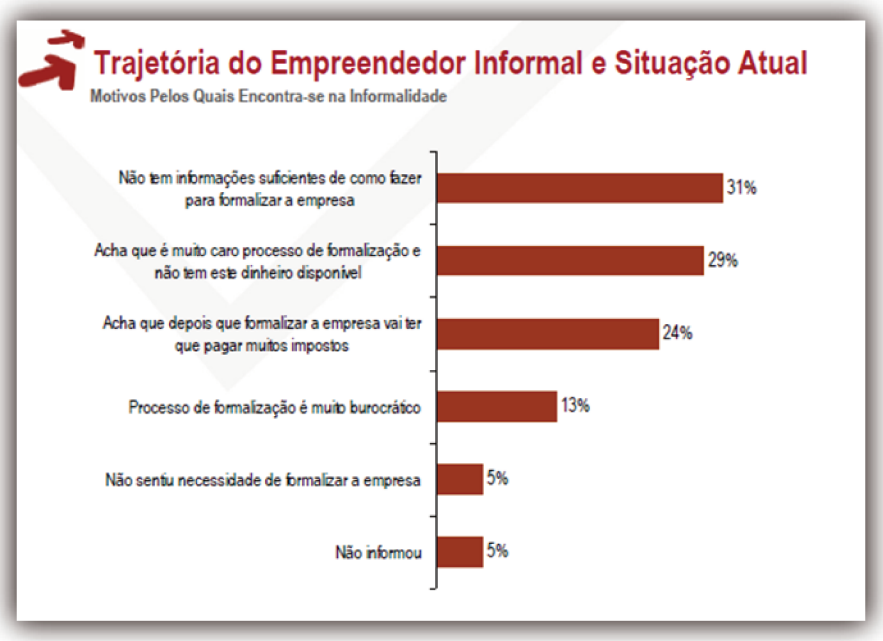


Fonte: SEBRAE - PR, 2009.

Em se tratando de condições de trabalho, temos, através de gráfico, que 59% dos trabalhadores informais paranaenses trabalham fora do domicílio, enquanto 24% trabalham em domicílio e 17% exercem as duas opções.

Nessas condições, uma grande indagação do SEBRAE é: porque esses trabalhadores não se formalizam? Segundo a pesquisa de opinião com tal público, a falta de informação de como proceder é o principal motivo, seguido do alto preço para se formalizar. Os altos impostos também são apontados como inibidores da formalização. Dentro do contexto de pobreza e sobrevivência que norteia as atividades comerciais do circuito inferior é muito provável que as razões sejam mais profundas que estas, ainda que os motivos apontados pelo SEBRAE sejam parte da realidade do trabalhador informal.

Gráfico 3.17 - Razões da situação informal do trabalhador (PR).



Fonte: SEBRAE - PR, 2009.

b) *Perfil do trabalhador informal no estado de Mato Grosso do Sul (segundo pesquisa "Pesquisa Informalidade no MS", do SEBRAE-MS).*

Do mesmo modo que apresentamos as características do trabalhador informal do estado do Paraná apresentamos a análise e características do trabalhador informal do estado de Mato Grosso do Sul. A estrutura da pesquisa do SEBRAE se mantém para os dois estados, visando encontrar motivos para a baixa formalização dessa população que sobrevive comercializando mercadorias diversas.

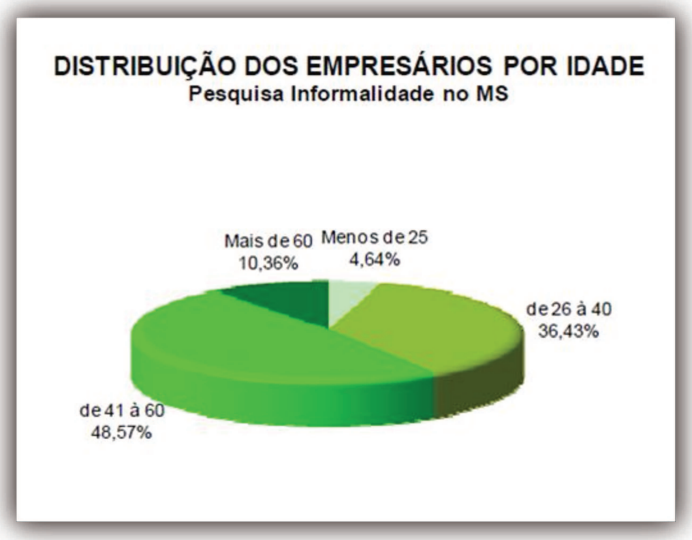
A pesquisa foi realizada com 280 pessoas ligadas às diversas atividades que compõem o universo do trabalhador informal (ou do "empreendedor informal", segundo o SEBRAE). A seguir temos a apresentação dos gráficos acompanhados da análise dos mesmos.

Gráfico 3.18 - Gênero dos trabalhadores informais (MS)

Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

A população de trabalhadores informais do estado de Mato Grosso do Sul distribui-se, em se tratando de gênero, em 36,79% de homens e 63,21% de mulheres. A média etária, como se pode observar no gráfico abaixo, tem maioria de trabalhadores entre os 41 e 60 anos (48,57% das pessoas entrevistadas), seguido da faixa de pessoas entre 26 e 40 anos de idade (36,43%).

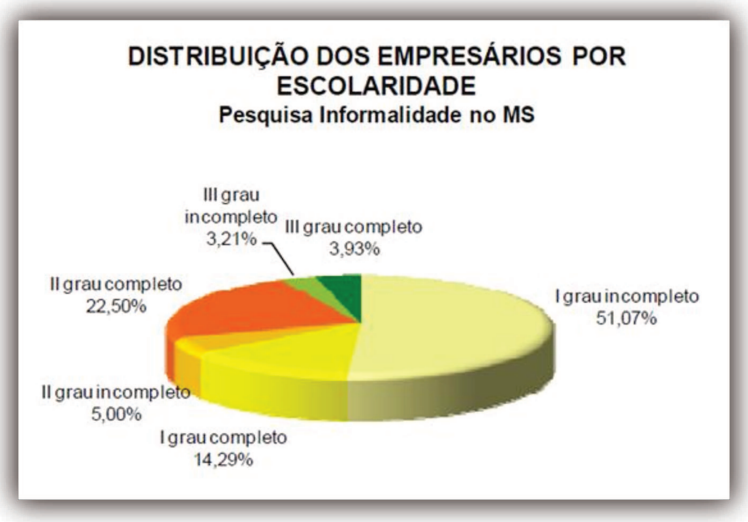
Gráfico 3.19 - Média etária do trabalhador informal (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

O SEBRAE-MS considera essa faixa de população, de acordo com o sexo e idade, como "perfil com dificuldade de acesso ao emprego no setor formal". Tal fato, por sua vez, tem reflexo no grau de escolaridade dessa fatia da população. Como podemos observar no gráfico abaixo mais da metade dos trabalhadores informais (51,07%) tem o primeiro grau incompleto, o que dificulta enormemente a inserção no mercado de trabalho, seja em qualquer ocupação urbana (principalmente na pouco expressiva indústria no estado de Mato Grosso do Sul ou no comércio).

Gráfico 3.20 - Grau de escolaridade do trabalhador informal (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

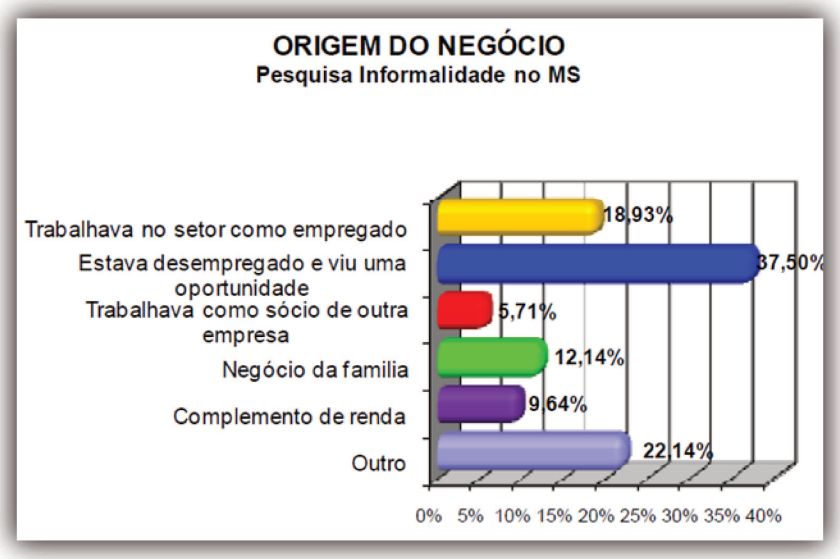
A seguir observa-se a formação dos trabalhadores para a função exercida atualmente:

Gráfico 3.21 - Formação educacional da área de atuação do trabalhador informal (MS)

Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

Constata-se que 68,93% dos trabalhadores informais não realizaram qualquer curso na área em que trabalham. Nesse sentido, a pesquisa sobre informalidade do SEBRAE-MS afirma que "a informalidade é uma saída para o desemprego, uma questão de sobrevivência". A sobrevivência é o motivo maior, a força motriz do trabalhador informal, acima de motivos já apontados como "desejo de ser o próprio patrão", entre tantos outros exemplificados no gráfico a seguir.

Gráfico 3.22 - Razões da situação informal do trabalhador (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

As razões que levam um trabalhador a permanecer na situação de informalidade são muitas e praticamente todas ligadas à sobrevivência em um mercado de trabalho cada vez mais exigente. A dedicação a tal maneira de ganhar a vida pode não ser envolvimento de uma família toda, como podemos observar no gráfico a seguir, mas pode ser um complemento de renda ou principal fonte de ganho. Como são pequenos negócios, na maioria, a estrutura não necessita mais que uma ou duas pessoas. Segundo a pesquisa do SEBRAE-MS, 32,14% dos trabalhadores cuidam sozinhos do próprio negócio, seguidos de 33,93% de trabalhadores que trabalham em dupla.

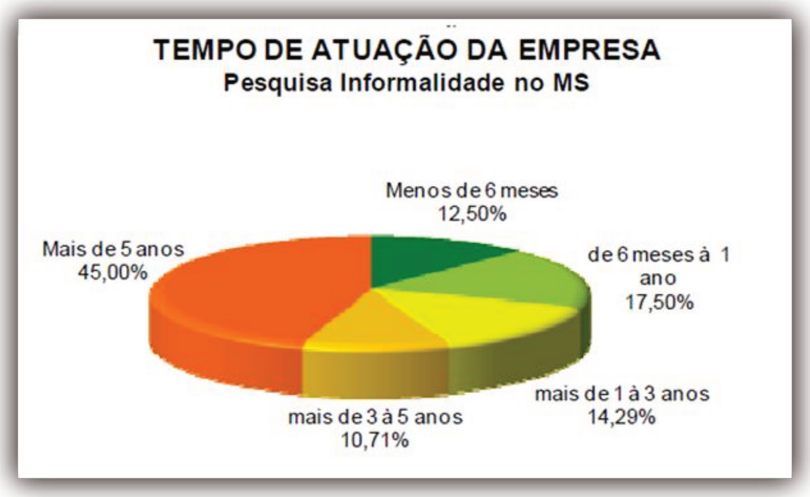
Analisando a estrutura das atividades informais, temos que poucas pessoas são suficientes, pois apenas 12,14% têm três funcionários e o restante, com indivíduos acima dessa contagem não alcançam 4% de trabalhadores informais.

Gráfico 3.23 - Estrutura média do emprego no estabelecimento comercial informal (MS)

Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

Em relação ao tempo de existência dos estabelecimentos que suportam a atividade considerada informal temos que 45% tem existência acima de 5 anos; 10,71% entre 3 e 5 anos; 14,29% entre 1 e 3 anos; 17,50% com tempo de estabelecimento entre 6 meses e 1 ano e 12,5% com tempo inferior a 6 meses, segundo o gráfico a seguir:

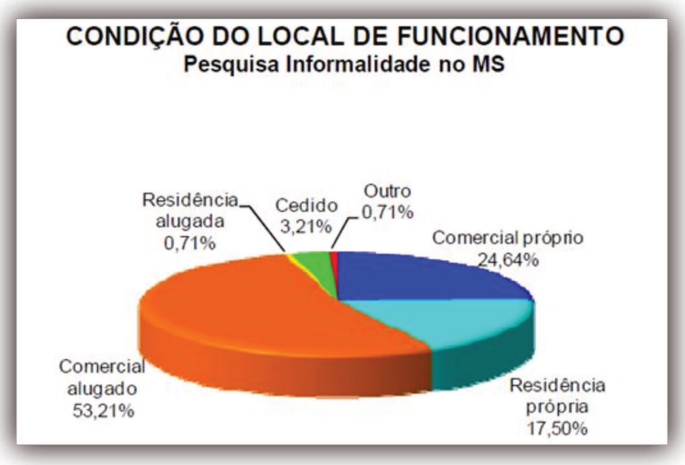
Gráfico 3.24 - Tempo de permanência do estabelecimento informal (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

A pesquisa do SEBRAE-MS nos possibilita um retrato desses trabalhadores e das características de suas atividades, que podem ser muito diversas. Em relação ao tempo de estabelecimento, podemos inferir que grande parte dessas "empresas" é muito recente e poderia ser indicador de aumento do número de trabalhadores informais nos últimos anos. Tais empresas funcionam, em grande parte das vezes, de maneira precária e sem licença comercial. Como podemos observar nos gráficos a seguir, temos que, em relação ao local de funcionamento, 53,21% trabalham em local alugado; 24,64% em local próprio; 17,5% trabalham na própria residência e o restante em outras condições.

Gráfico 3.25 - Estrutura do comércio informal (MS)

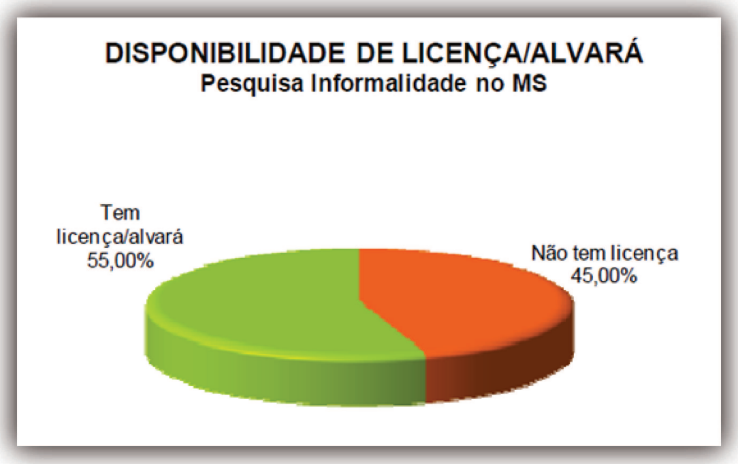


Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

Em relação à regularização do estabelecimento comercial a situação dos trabalhadores sul-mato-grossenses se divide em 55% com licença e 45% sem alvará de funcionamento, um índice bastante alto, que identifica bem a situação de informalidade do estado.

Sobre qualquer tipo de limitação que a informalidade promova, 56,79% dos trabalhadores entrevistados declaram que não sentem este efeito, enquanto 43,21% dos entrevistados acreditam que a informalidade limita seu modo de gerar renda. A seguir, temos os gráficos que apresentam tais estatísticas:

Gráfico 3.26 - Regularização do estabelecimento comercial (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

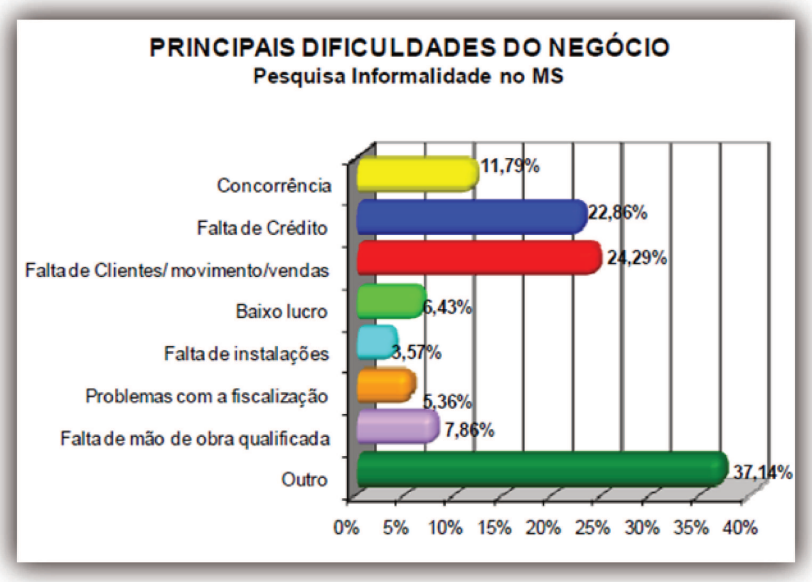
A informalidade pode até limitar, mas, inegavelmente, abre possibilidades de sobrevivência para as pessoas que, por algum motivo, são excluídas dos empregos considerados formais.

Gráfico 3.27 - Opinião dos trabalhadores sobre a situação de informalidade (MS)

Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

O trabalhador informal conhece inúmeras limitações. Mesmo após o estabelecimento de uma atividade informal, as principais dificuldades enfrentadas são a forte concorrência, falta de crédito, baixa clientela, baixo lucro, entre outros motivos, como podemos observar no gráfico a seguir:

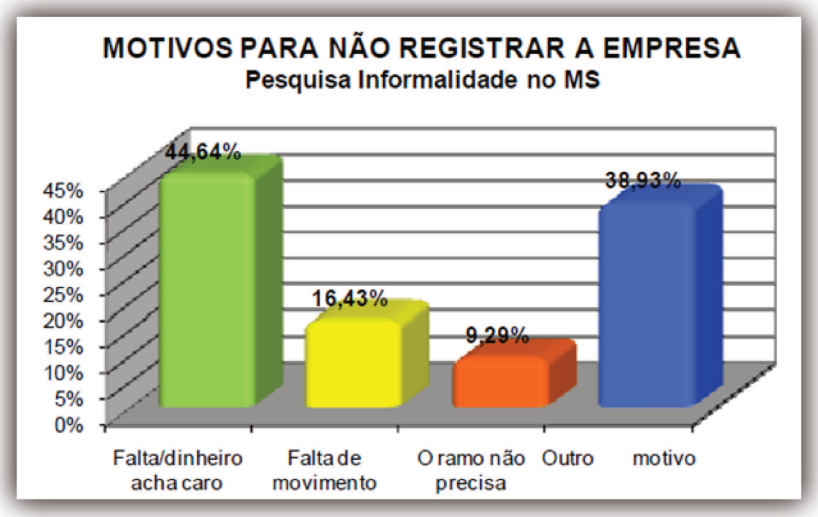
Gráfico 3.28 - Principais dificuldades para o trabalhador informal (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

Chama a atenção o fato de que o motivo "Outro" aparece com grande percentual no gráfico acima (34,14%).

Gráfico 3.29 - Motivos da permanência na informalidade (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

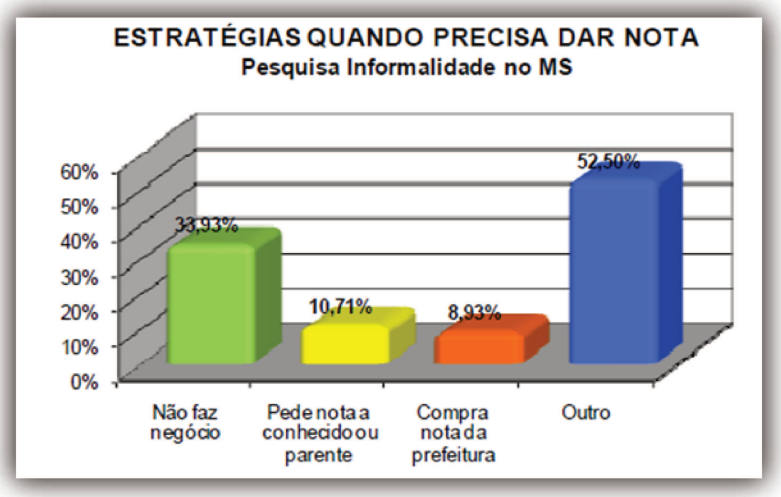
A maioria dos trabalhadores informais sustenta dívidas em seus próprios negócios (84,64%), enquanto apenas 14,29% não enfrenta a mesma situação.

Gráfico 3.30 - Nível de endividamento dos estabelecimentos comerciais informais (MS)

Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

Alguns hábitos dos trabalhadores informais são revelados na pesquisa do SEBRAE-MS. Por exemplo, diante do pedido de nota fiscal, 33,93% não fazem negócio, enquanto 10,71% conseguem a nota mediante conhecidos e 8,93% compram a nota da prefeitura.

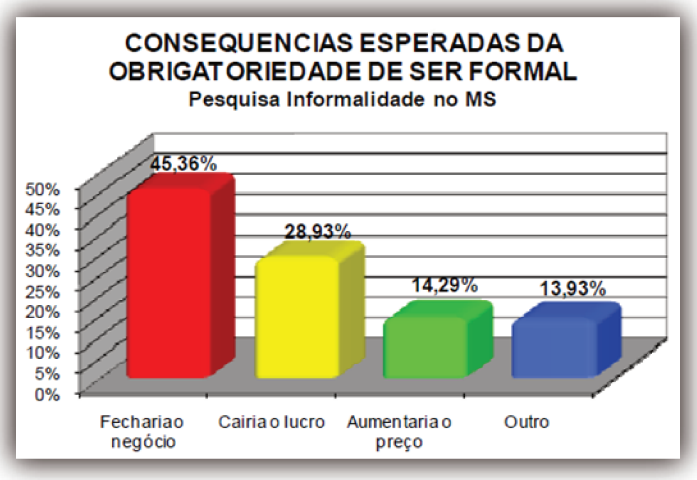
Gráfico 3.31 - Hábitos comerciais dos estabelecimentos comerciais informais (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

Segundo o levantamento realizado pelo SEBRAE-MS 52,50% dos trabalhadores informais responderam “outro” diante do pedido de nota por parte do cliente. “Outro” provavelmente significa realizar o negócio sem emitir a nota.

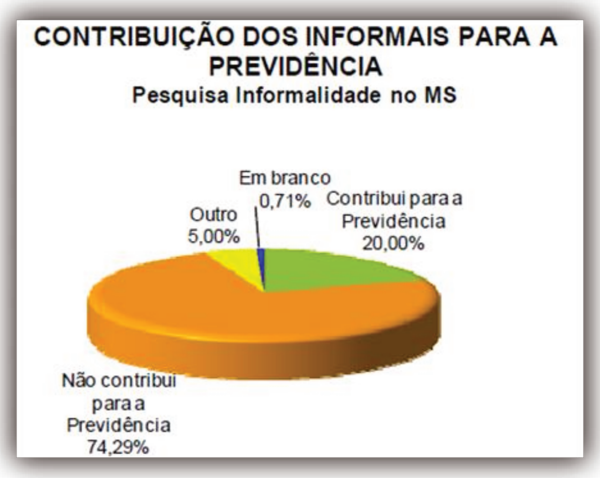
Gráfico 3.32 - Comportamento do estabelecimento na situação formal (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

Em uma situação onde ficasse clara a obrigatoriedade de ser formal, a maioria dos estabelecimentos fecharia (segundo opinião dos trabalhadores informais 45,36% encerrariam atividades). As alternativas frente à obrigatoriedade seriam cair o lucro (28,93%) e ocorrência de aumento de preços (14,29%).

Gráfico 3.33 - Contribuição do trabalhador informal para a previdência social (MS)



Fonte: SEBRAE-MS, 2009.

A contribuição para a previdência social por parte do trabalhador informal fica em torno dos 20%, enquanto a maioria (74,29%) permanece sem realizar contribuição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve, como objetivo geral, promover entendimento sobre a situação das cidades fronteiriças em relação à circulação de mercadorias entre Brasil e Paraguai. Para tanto, em nosso estudo, focamos nossa atenção nas cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS), por serem expoentes entre tantas outras cidades na mesma situação de fronteira. A situação de fronteira, termo derivado por nós do conceito de situação geográfica (Silveira, 1999), é um estado no qual o lugar é especial, justamente por representar o limite entre dois países e por sustentar eventos onde inúmeros agentes promovem a circulação de mercadorias e transformações no espaço.

Seguindo esses preceitos, o presente trabalho iniciou com uma análise que começa nas raízes do subdesenvolvimento brasileiro e com o nascimento do circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979). Tal circuito, inexistente nas economias desenvolvidas, nos fornece ferramentas teóricas para entender a situação vigente entre Brasil e Paraguai, cujos desdobramentos influenciam diretamente no cotidiano das práticas comerciais em praticamente todos os centros urbanos brasileiros, no que se refere ao consumo de mercadorias. O consumo, em suas diversas formas, é a grande força motriz dessa situação de fronteira e seu poder em ordenar atividades gera interesses tanto em escala local como na escala do Estado Nacional. Desse modo, a fronteira entre os dois países foi analisada levando-se em conta seu contexto histórico e os eventos que construíram a realidade atual. As cidades escolhidas como estudos de caso representam pontos especiais de interação e circulação e, apesar de nossa pesquisa reconhecer fatos locais em decorrência da circulação de mercadorias, não objetivamos construir monografias locais sobre Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS) e, sim, reconhecê-las como referências importantes no que concerne aos grandes fluxos de mercadorias que se espalham pelo território brasileiro.

Nesse ponto, trabalhamos em nossa pesquisa a parte da fiscalização realizada pelo Estado, através da coleta e análise de dados. Assim, deflagramos uma nova etapa da circulação de mercadorias, ou seja, a destinação de mercadorias apreendidas (em especial, os leilões realizados pela Receita Federal, que promovem a reinserção das mercadorias no cenário econômico). Com interesse no perfil dos agentes que provocam a circulação e seus desdobramentos, finalizamos nosso estudo esmiuçando o perfil dos envolvidos em práticas consideradas informais (com base

em dados do SEBRAE-PR e SEBRAE-MS), cujas raízes e motivos estão inegavelmente ligados à sobrevivência urbana, em um país de economia subdesenvolvida como o nosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC DIGITAL, 2001. Disponível em http://www.abc.com.py/nota/estiman-crecimiento-del-pib-de-4-1-en-segundo-trimestre/. Acesso em 01/08/2011.

ABINZANO, Roberto Carlos. *LasRegiones de Frontera: EspaciosComplejos de la Resistencia Global*. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org). Território sem limites. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras em movimento e identidades nacionais. A imigração brasileira no Paraguai. Fortaleza. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2005.

ARROYO, M. Mercosul: Discursos de uma Nova Dimensão de Território que Encobre Antigas Falácias. In: Santos, Milton; Souza, Maria Adélia Aparecida; Silveira, Maria Laura. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

BECKER, B K. "A geografia e o resgate da geopolítica". Revista Brasileira. de Geografia (RGB). Rio de Janeiro, V. 50, Número Especial. pp. 99-125, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

Cano, W. Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil, ED. Unicamp, 2002.CARDOSO DE MELLO, J.M., O Capitalismo Tardio. Brasiliense, São Paulo, 1982.

Cardoso de Mello, J.M., O Capitalismo Tardio. Brasiliense, São Paulo, 1982.

CLAVAL, Paul: Espaço e Poder, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais .In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASTRO, I. E. Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, W. M. Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o Território e o Poder. Editora Hucitec, 1992.

COUTO E SILVA, G. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

CUISINIER-RAYNAL, Arnaud. La fronteire au Pérou entre fronts e synapses. L'ESPACE GEOGRAPHIQUE, 2001, vol. 30, no 3, 1998-2001.

FURTADO, Renata de S. As fronteiras no âmbito do Mercosul: apontamentos sobre a formação da agenda política de integração fronteiriça. Univ. Rel. Int., Brasília, v. 9, n. 1, p. 371-381, 2011.

GRUPO RETIS DE PESQUISA. Material disponível em http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/. Acesso em agosto de 2008.

IMAGEM DE SATÉLITE GOOGLE EARTH. Image Geoeye, 2006. Largura: 640 pixels. Altura: 480 pixels. Resolução: 1,65 m. Formato JPEG. Disponível em earth.google.com. Acesso em 10/10/2011.

IMAGEM DE SATÉLITE GOOGLE EARTH. Image Geoeye, 2010. Largura: 640 pixels. Altura: 480 pixels. Resolução: 1,65 m. Formato JPEG. Disponível em earth.google.com. Acesso em 10/10/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#geociencias. Acesso em março de 2011.

ITIKAWA, L. Geometrias da clandestinidade: o trabalho informal no centro de São Paulo. São Paulo, Doutorado FAU USP, 2006.

LAINO, D. Paraguai: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo, Global, 1979.

LALL, S. Globalização e desenvolvimento: perspectivas para as nações emergentes. In: Castro, A.C., BNDES. Desenvolvimento em Debate. Novos rumos de desenvolvimento o mundo. BNDES, Rio de Janeiro, 2002, 3v.

LIMA, Perci. Foz do Iguaçu e sua história, 2001.

MACHADO, Lia Osório. *Limites, Fronteiras, Redes*. In T.M.STROHAECKER, A.DAMIANI, N.O.SCHAFFER, N.BAUTH, V.S.DUTRA (org.). Fronteiras e Espaço Global, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1990.

MARQUEZINI, A C T. *Cidades Gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: Circuitos Espaciais de Fronteira*. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP, 2008.

MARX, Karl. *Relação geral entre a Produção e a Distribuição, a Troca, o Consumo*. In: MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução de M. H. Barreto Alves; Revisão de C. R. F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MONTENEGRO, Marina Regitz. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período de Globalização. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: USP, 2006.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org). Território sem limites. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

PRADO, Fábio Hauagge do. *Grupos de Pressão: Teoria e Prática. Caso Foz do Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Pós- Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2002.

PORTAL ÚLTIMO SEGUNDO. Reportagem da série Expedições IG – China. Disponível em http://economia.ig.com.br/expedicoes/china/na+mae+de+25+de+marco+nascem+70+das+quinquilharias+vendidas+no+mundo/n1597045569142.html. Acesso em junho de 2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em http://www.receita.fazenda.gov.br/. Múltiplos acessos durante os anos de 2009, 2010 e 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 1993.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira.* Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

ROSEIRA, Antonio Marcos. *Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana.* São Paulo, 2006.RABOSSI, Fernando. *Dimensões da espacialização das trocas: a propósito de mesiteiros e sacoleiros em Ciudad del Este*. Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras – Campus de Foz do Iguaçu. 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não Hegemônico. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25, no 74, 2010.

ROSEIRA, Antonio Marcos. *Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana.* São Paulo, 2006.

SANTOS, Marlene Xavier. *BR 277 – A Vivificação da Fronteira.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: USP, 1995.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* São Paulo, Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção.* São

Paulo: Hucitec, 1996.

SEBRAE – MS. Disponível em http://www.sebrae.com.br/uf/mato-grosso-do-sul. Acessos em julho de 2001.

SEBRAE – PR. Disponível em http://www.sebraepr.com.br/. Acessos em julho de 2001.

SEMINÁRIO DE FAIXA DE FRONTEIRA. Novos Paradigmas, 2004. Disponível em: http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/faixa%20de%20fronteira.pdf . Acesso em julho de 2011.

SILVEIRA, María Laura. Uma Situação Geográfica: Do Método à Metodologia. *Território*, n. 6, p. 21-28, 1999.

SILVEIRA, María Laura. *Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana.* Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Texto apresentado no X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis, 2007.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.

STEIMAN, Rebeca A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia).Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2002.

WEBER, W E. Itaipu e o Paraguai: o renascer de uma nação. 1. ed. - Editora Enfoque Econômico, Asunción, Paraguai, 2008.